

O ESPAÇO TRADICIONAL EM  
CONTEXTO PERIFÉRICO:

INADEQUAÇÕES E TENSÕES ENTRE  
VISÕES DE MUNDO, O CASO DE AFUÁ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LUNA BARROS BIBAS

**O ESPAÇO TRADICIONAL EM CONTEXTO PERIFÉRICO:  
INADEQUAÇÕES E TENSÕES ENTRE VISÕES DE MUNDO, O  
CASO DE AFUÁ.**

BELÉM  
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LUNA BARROS BIBAS

**O ESPAÇO TRADICIONAL EM CONTEXTO PERIFÉRICO  
INADEQUAÇÕES E TENSÕES ENTRE VISÕES DE MUNDO, O  
CASO DE AFUÁ.**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Orientadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Duarte Cardoso

**Área de Concentração:**

Desenho e concepção do espaço construído na Amazônia.

**Linha de Pesquisa:**

Tecnologia, espaço, desenho da cidade.

BELÉM  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

B581e      Bibas, Luna Barros.  
              O espaço tradicional em contexto periférico : Inadequações e tensões entre visões de mundo: o caso de Afuá / Luna Barros Bibas, . — 2018.  
              145 f. : il. color.

              Orientador(a): Profª. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso  
              Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

              1. Afuá. 2. heterotopias. 3. desenvolvimentismo. 4. colonialidade. 5. várzea. I. Título.

CDD 710

---

LUNA BARROS BIBAS

**O ESPAÇO TRADICIONAL EM CONTEXTO PERIFÉRICO  
INADEQUAÇÕES E TENSÕES ENTRE VISÕES DE MUNDO, O  
CASO DE AFUÁ.**

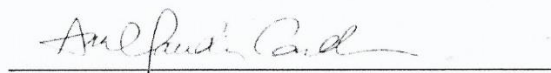
Defendida em 12/09/2018

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Área de Concentração:** Desenho e concepção do espaço construído na Amazônia.

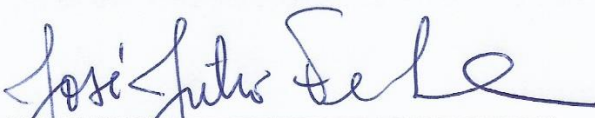
**Linha de Pesquisa:** Tecnologia, espaço, desenho da cidade.

**Banca Examinadora:**



Profª Dr. Ana Cláudia Duarte Cardoso

Orientadora – PPGAU/UFPA



Profº Dr. José Júlio Ferreira Lima

Examinador Interno – PPGAU/UFPA

---

Liza Maria Souza de Andrade

Examinadora Externa – PPG-FAU/UnB

BELÉM

2018

*para Afuá,  
desejo que todas as  
dificuldades sejam superadas*

## AGRADECIMENTOS

Eu agradeço primeiramente à minha mãezinha que me deu todo apoio e foi fazer a primeira pesquisa de campo comigo, que me suportou nos dias de loucura e me deixou à vontade para ser louca. À minha mãe acadêmica e orientadora, professora Ana Cláudia que topou esse trabalho e disponibilizou o seu tempo para me orientar e corrigir meus erros, que não foram poucos, acalmar meus nervos e me oferecer uma nova perspectiva de mundo, por isso, muito obrigada. Agradeço à equipe do laboratório (LABCAM) e especialmente ao Juliano por sempre lembrar de ótimas referências e cartografias, que economizou muito meu tempo em vários momentos. À Taynara pelas conversas que me aliviaram a pressão sempre.

Agradeço a cada ser, entidade, instituição, anjo da guarda, desafio, facilidade que me fez chegar até aqui. Aos meus amigos que estão sempre prontos a me animar e a estar do meu lado, vocês são realmente MARAVILHOSOS. Obrigada pela companhia, pelos churrascos, pelas dormidas, pelas séries, indicações, dinheiro emprestado e por compartilhar essa jornada comigo, não só essa, mas a jornada da vida, amo vocês. Luana, obrigada por compartilhar a minha primeira casa comigo como minha companheira de casa. Gabriel e Tony, pela vizinhança. À Carla, pelas conversas e por toda a companhia na João Balbi, obrigada por gostar das minhas chatices. À Ianie pelo espírito alto astral, e por me ajudar com as referências, obrigada, more.

Carol, muito obrigada por todas as conversas, minha amigona de todos os tempos também virou minha amigona dentro da academia, obrigada pelas conversas inspiradoras, por todos os desabafos e por descobrir junto comigo essa nova discussão, essa nova literatura e esse nova maneira de lançar o olhar e buscar um empoderamento quando tudo parece que são cinzas.

Às minhas manas, que estão sempre ali, conversando, o tempo todo, todos os dias, movimentando o meu amor e meu afeto por vocês, obrigada por fazerem eu me sentir parte de vocês e da vida de vocês que mesmo longe parece que estão sempre por perto. E também pelo ouvido, pelos excessos, pelo compartilhamento das inseguranças, das incertezas, dos abusos que passamos, mas sobretudo pela contribuição na descoberta dessa força interna que a gente nem sempre sabe que a gente tem.

Agradeço ao Luis Felipe e a sua família, especialmente à Dona Dalva que me recebeu na sua casa em Afuá. Aos afuaenses que me receberam nas suas casas, me deram café, tapioca, peixe e açai. Ao Ezequiel e ao Joésio que contribuíram com uma outra visão de Afuá. Eu espero ter contribuído com alguma coisa, e que todas as dificuldades enfrentadas nesse espaço-tempo possam ser superadas.

Por fim, aos meus irmãos lindos que torcem por mim, sempre, que me deram sobrinhos lindos, obrigada pelo apoio e pelas comemorações.

quem é tua mãe?  
quem é teu pai?  
não esquece,  
não esquece.  
de onde vieste?  
onde estás?  
não esquece,  
não esquece,  
vieste sozinho ou te deram as mãos?  
o que aprendeste?  
cadê teus irmãos e irmãs?  
quais são as histórias que queres contar?

quem é teu senhor, patrão, algoz?  
não esquece  
não esquece  
quem te beija a face e te joga aos leões?  
não esquece,  
não esquece.  
pra quem são tuas velas, tuas orações?  
a quem agradeces?  
meu canto vem te lembrar

[bando mastodontes]

## RESUMO

O tema central deste trabalho é o espaço urbano da várzea ribeirinha, investiga-se a interação entre racionalidades dentro desse espaço híbrido e complexo. A pesquisa apoiou-se em um percurso teórico que procurou investigar o avanço da modernidade sob a ótica do desenvolvimentismo e da colonialidade do saber, do poder e do ser assumindo a perspectiva do sul global e a forma subordinada como a várzea amazônica está inserida no cenário global e nacional. A partir do caso de Afuá, verificou-se que o percurso da modernidade cooptou espaços, apoiando-se no discurso desenvolvimentista e no avanço da ciência moderna. Ultrapassou as fronteiras até alcançar o espaço urbano-tradicional da várzea, provocando rupturas com o modo de vida local e gerando heterotopias e novos desafios ao planejamento urbano. A pesquisa revelou um descompasso entre o modo de vida pré-existente na região e as novas manifestações espaciais de inspiração exógena, discursos políticos e políticas públicas inadequadas. A pesquisa evidenciou as mudanças emergentes no espaço urbano-tradicional ribeirinho da cidade de Afuá, que é instrumental ao modo de vida da várzea, e se reproduzia há séculos no território amazônico. Foram identificadas distâncias entre as demandas da população e as ações do poder público, que intervém no espaço gerando circunstâncias contraditórias nem sempre adequadas para o modo de vida local. A investigação espera contribuir para o aprofundamento da discussão sobre o espaço ribeirinho da Amazônia, ampliando a análise do discurso político para os discursos técnicos ideológicos de modo a permitir a reflexão sobre o papel do arquiteto e urbanista, na condição de agente determinante de novas emergências nesse espaço. A trajetória da cidade de Afuá contém ensinamentos que não são valorizados dentro da academia, mas que podem ser tomados como referências de urbanidade, sociabilidade e funcionalidade para o contexto em que vivemos, uma vez que demonstram capacidade de resistir com todos os seus atributos espaciais a um ritmo de modernização quase inexorável. A reflexão sobre as práticas do planejamento urbano e as inadequações de políticas públicas para a região, entrelaça visões de mundo, na medida em que procura incorporar a natureza e o modo de vida secular tradicional nas políticas públicas, na economia e no cotidiano como alternativa para um desenvolvimento endógeno e a redefinição das relações entre os processos urbanos, natureza e a região amazônica.

Palavras-Chave: Afuá, heterotopias, desenvolvimentismo, colonialidade, várzea.

## ABSTRACT

The central theme of this work is the urban space of the riverside floodplains, it investigates the interaction between rationalities within this hybrid and complex space. The research was based on a theoretical course that sought to investigate the advance of modernity from the perspective of developmentalism and the colonality of knowledge, power and being taking on the perspective of the global south and the subordinate form as the Amazonian floodplain is inserted in the global and national scenarios levels. From the case of Afuá, it was verified that the course of modernity co-opted spaces, relying on the development discourse and the advance of modern science. It crossed the frontiers until reaching the urban-traditional space of the floodplain, causing ruptures with the local way of life and generating heterotopias and new challenges to the urban planning. The research revealed a mismatch between the preexisting way of life in the region and the new spatial manifestations of exogenous inspiration, political discourses and inadequate public policies. This research evidenced the emergent changes in the urban-traditional of the floodplains within the area of the city of Afuá, which is instrumental to the way of life of the floodplains areas, and reproduced for centuries in the Amazonian territory. A gap have been identified between the demands of the population and the actions of the public power, which intervene in space generating contradictory circumstances that are not always adequate for the local way of life. The research hopes to contribute to the deepening of the discussion about the riverside space of the Amazon, extending the analysis of the political discourse to the ideological technical discourses in order to allow the reflection on the role of the architect and urban planner, in the condition of determining new emergencies in this space. The trajectory of the city of Afuá contains lessons that are not valued within the academy, but which can be taken as references of urbanity, sociability and functionality for the context in which we live, since they demonstrate the capacity to resist with all its spatial attributes the almost inexorable pace of modernization. The reflection on the practices of urban planning and the inadequacies of public policies for the region, interweaves worldviews, insofar as it seeks to incorporate nature and the traditional secular way of life into public policies, economy and daily life as an alternative towards an endogenous development and the redefinition of relations between urban processes, nature and the Amazon region.

Keywords: Afuá, heterotopias, developmentalism, colonality, várzea.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Resumo do quadro teórico da pesquisa. Elaboração: Luna Bibas, 2018. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 23 |
| Figura 2 - A) Casa típica em Afuá; B) A maior praça da cidade na beira do rio. Fonte: Autora, 2016 .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 26 |
| Figura 3 - Lado esquerdo: rede de cidades e lugares marajoaras que mais tiveram menções em entrevistas e os municípios adjacentes. Lado direito: Localização da sede municipal em relação ao seu limite e a localização do Parque estadual do Charapucu. Elaboração: autora. Fonte: IBGE, 2010; PREFEITURA 2006. Elaboração: Autora, 2018 .....                                                          | 27 |
| Figura 4 - A) Bicicleta cargueira; B) Bicitáxi, a invenção marca de Afuá. Fonte: Autora, 2016. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 29 |
| Figura 5 - Dados do IBGE (2010) para Afuá a partir de uma visão de fora. Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Autora, 2017 .....                                                                                                                                                                                                                                                                               | 43 |
| Figura 6 - a) Mapa do IDHM do Brasil (2010); b) Definição do IDH e sua imagem: uma típica palafita ribeirinha. Fonte: br.undp.org, 2018. Acesso em 7/9/2018. Elaboração: Autora, 2018                                                                                                                                                                                                                    | 45 |
| Figura 7 - Imagens do Projeto para a área de expansão, área ocupada espontaneamente e indicação das APPs. Fontes: Prefeitura, 2006; Prefeitura, 2017. Elaboração: Autora, 2018.....                                                                                                                                                                                                                      | 47 |
| Figura 8 - Estrutura de ocupação na região amazônica através do tempo. À esquerda movimentação indígena ao redor dos rios a partir da presença de terra preta; no centro ocupação ribeirinha pré-período desenvolvimentista; à direita nova estrutura rodoviária e novos núcleos urbanos formados a partir dela. Fonte: Clement et al, 2015; Base de dados do IBGE, 2010. Elaboração: Autora, 2017. .... | 54 |
| Figura 9 - PrintScreen do resultado da busca no Google e as duas primeiras imagens que aparecem refletem a abstração da representação ideológica e hegemônica das cidades globais. Fonte: Busca Google, 2017. Elaboração: Autora, 2017. ....                                                                                                                                                             | 61 |
| Figura 10 – Propagandas do governo federal sobre o território amazônico, na década de 1970 .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 63 |
| Figura 11 - Vilas ribeirinhas no município de Afua revela uma rede dendrítica de atuação, a localização de vilas ribeirinhas. O Parque Estadual do Charapucu contrasta com as ocupações ao seu redor, muitas das quais oriundas do próprio Parque. Fonte: Google Mapas, 2017; Dados do IBGE, 2010; Prefeitura, 2006. Elaborado: Autora, 2016. ....                                                       | 73 |
| Figura 12 - Evolução histórica do espaço da cidade de Afuá. Fonte: Prefeitura, 2015; IBGE, 2010. Elaboração: Autora. Ver imagem ampliada no Anexo I.....                                                                                                                                                                                                                                                 | 77 |
| Figura 13 - Divisão oficial dos bairros de Afuá. Fonte: Prefeitura, 2015. Elaboração: Autora, 2017. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 78 |
| Figura 14 – Localização dos espaços públicos e feiras que tem protagonismo no cotidiano da cidade. Fonte: Prefeitura, 2017. Autora, 2016. Elaboração: Autora, 2018. Ver imagem ampliada no Anexo I.....                                                                                                                                                                                                  | 79 |
| Figura 15 - Mapa de Uso do Solo. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016; Prefeitura, 2017; Rocha, 2017. Elaboração: Autora, 2018. ....                                                                                                                                                                                                                                                                           | 80 |
| Figura 16 - Mudanças na paisagem da cidade a partir de um referencial exógeno, novos materiais e modos de lidar com a rua segundo tendências das grandes cidades brasileiras. Fonte: Autora, 2016. Macêdo, 2012, p. 75. Elaboração: Autora.....                                                                                                                                                          | 81 |
| Figura 17 - Imagem de dentro do hotel. Fonte: Google Mapas, 2017. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 82 |
| Figura 18 - Imagens comparativas entre as cidades de Afuá, Breves, Soure e Anajás. A partir de três perspectivas, de cima para baixo, a) as frentes das cidades, b) suas ruas e c) a imagem difundida pelo turismo. Fonte: Acervo da autora, Prefeitura, 2017, compartilheviagens.com, Google Mapas, cidade-brasil.com.br. Elaboração: autora, 2017. ....                                                | 83 |
| Figura 19 - Propaganda do Ministério de Integração Nacional. Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2017. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 84 |

|                                                                                                                                                                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 20 -Em cima: Imagens das placas de obras, nos canteiros. Em baixo: tabela com os gastos por ano e por metro quadrado, por material utilizado. Fonte: Prefeitura de Afuá, 2018. Elaboração: Autora. ....                                              | 86  |
| Figura 21 - Esquema que ilustra o apadrinhamento, economia solidária e economia criativa. Elaboração: Autora, 2018. ....                                                                                                                                    | 92  |
| Figura 22 - Esquema que ilustra a atividade e visibilidade de Afuá na internet e redes sociais. Fonte: Facebook de Afuá, 2017; Blog do Jota Barbosa, 2018. Elaboração: Autora, 2018.....                                                                    | 93  |
| Figura 23 - Classificação das Praças Públicas por tamanho. Fonte: Prefeitura, 2017. Acervo da Autora. Elaboração: Autora, 2018.....                                                                                                                         | 94  |
| Figura 24 - Esquema que ilustra as centralidades da cidade de Afuá. Fonte: Prefeitura, 2017; Acervo da Autora, 2016. Elaboração: Autora, 2018.....                                                                                                          | 96  |
| Figura 25 – Imagens das estivas e pátios nas frentes das casas. Fonte: Acervo da Autora, 2016 .....                                                                                                                                                         | 97  |
| Figura 26 - Esquema que ilustra as dinâmicas de gradação entre o público e o privado na cidade convencional, no interior e na cidade ribeirinha, com foco para a cidade ribeirinha. Fonte: Santos e Vogel, 1985; Gehl, 2009. Elaboração: Autora, 2018. .... | 98  |
| Figura 27 - Esquema que ilustra a manifestação mais próxima de plinths: de vitrines e comércios nos térreos e frentes das casas. Fonte: Karssenberg; Lassen, 2015; Acervo da Autora, 2016. Elaboração: Autora, 2017. ....                                   | 99  |
| Figura 28 - Dinâmicas de ruptura com a rua. Elaboração: Autora, 2018. ....                                                                                                                                                                                  | 100 |
| Figura 29 - Esquema ilustrativo da configuração urbana de uma cidade tradicional ribeirinha. Elaboração: Autora, 2018. ....                                                                                                                                 | 102 |
| Figura 30 – Fluxos da população direcionados pelos rios e a localização dos igarapés de apoio para a população que não acessa o serviço de água encanada. Fonte: Prefeitura, 2017. Elaboração: Autora, 2018. ....                                           | 103 |
| Figura 31 – Paisagem da frente da cidade de Afuá, para o rio Afuá. Fonte: Acervo da Autora, 2016. Elaboração: Autora, 2017 .....                                                                                                                            | 104 |
| Figura 32 - Imagem comparativa entre as faces de quadras e as configurações dessas quadras, ilustradas a partir de cheios e vazios. fonte: Prefeitura, 2017; Acervo da Autora. Elaboração: Autora, 2018 .....                                               | 105 |
| Figura 33 - Croquis com correspondência de acordo com bairro e com o tipo de ocupação que vem ocorrendo. Fonte: Prefeitura, 2017. Elaboração: Autora, 2018.....                                                                                             | 106 |
| Figura 34 - Resultado das atividades feitas com as crianças na ocasião do segundo campo. ....                                                                                                                                                               | 121 |
| Figura 35 - Construção em andamento com o sistema híbrido esteio de madeira e piso em concreto. Acervo: autora, 2016.....                                                                                                                                   | 127 |
| Figura 36 - Imagens do carro confeccionado em madeira (de lei) e estrutura interna de bicicletas acopladas. Acervo: Autora, 2016.....                                                                                                                       | 128 |
| Figura 37 - Construções em madeira. Acervo: autora, 2016. ....                                                                                                                                                                                              | 129 |
| Figura 38 - Esquema que mostra a ruptura do campo da educação com o modo de vida ribeirinho. Elaboração: autora, 2018.....                                                                                                                                  | 131 |
| Figura 39 - Demandas da população por prioridades. Elaboração: Autora, 2018 .....                                                                                                                                                                           | 133 |
| Figura 40 - Mapa Conceitual das conclusões finais da pesquisa. Elaboração: Autora, 2018. ....                                                                                                                                                               | 135 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                                                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Estrutura das entrevistas. Elaboração: autora .....                                                                                                                                                                             | 39  |
| Quadro 2 - Mapas disponíveis em diferentes momentos da pesquisa e comparativo com os mapas de uso do solo disponível na prefeitura em 2016. Fonte: Prefeitura (2006); IBGE (2010); Rocha (2017). Elaboração: Autora, 2018. ....            | 40  |
| Quadro 3 - Processo de Migração entre a zona urbana e a zona rural do município de Afuá. ....                                                                                                                                              | 73  |
| Quadro 4 - Indicadores e dados divididos por temas e selecionados baseados nas entrevistas em campo. Fonte: IBGE, 2010; IBGE, 2017; MTE, 2016; Prefeitura de Afuá, 2017; Incra, 2017; MDS, 2017; MMA, 2017. Elaboração: Autora, 2017. .... | 74  |
| Quadro 5 - Quadro de entrevistas das manifestações sobre a peculiaridade de Afuá                                                                                                                                                           | 94  |
| Quadro 6 – Depoimentos sobre a lançante e como e sua presença no cotidiano da população desde a infância. Elaboração: Autora, 2018. ....                                                                                                   | 101 |
| Quadro 7 - Entrevistados a respeito do Bolsa Família. ....                                                                                                                                                                                 | 121 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 - Repasses de verbas federais ao longo dos anos desde 2013. Fonte: Tesouro Nacional, 2013-2018. Elaboração: Autora, 2018. ....               | 112 |
| Gráfico 2 - Preferência de materiais de construção entre a tradicional madeira e a alvenaria. Fonte: Entrevistas, 2016. Elaboração: Autora, 2018 ..... | 128 |

## **LISTA DE SIGLAS**

RMB – Região Metropolitana de Belém

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

UFPA – Universidade Federal do Pará

FPM – Fundo de Participação Municipal

EMAPA – Exportadora de Madeiras do Pará

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

APP – Área de Preservação Permanente

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SEMAS/PA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MEAP – Missão Evangélica de Assistência aos Pescadores

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| RESUMO .....                                                                                                                                                              | 9   |
| ABSTRACT .....                                                                                                                                                            | 10  |
| LISTA DE FIGURAS .....                                                                                                                                                    | 11  |
| LISTA DE QUADROS .....                                                                                                                                                    | 13  |
| LISTA DE GRÁFICOS .....                                                                                                                                                   | 14  |
| LISTA DE SIGLAS .....                                                                                                                                                     | 15  |
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                                          | 17  |
| QUADRO TEÓRICO E O PROBLEMA DE PESQUISA .....                                                                                                                             | 20  |
| OBJETIVOS .....                                                                                                                                                           | 24  |
| BREVE INTRODUÇÃO DO ESTUDO DE CASO .....                                                                                                                                  | 25  |
| CAPÍTULO 1: O COLONIALISMO DO SABER NA CIÊNCIA E NA PRÁTICA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DA ARQUITETURA E URBANISMO E O PERCURSO METODOLÓGICO .....                           | 31  |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA .....                                                                                                                                   | 36  |
| OS LIMITES E DESAFIOS DO PLANEJAMENTO EM AFUÁ .....                                                                                                                       | 42  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....                                                                                                                                    | 48  |
| CAPÍTULO 2: A IDEIA EM EFEITO DOMINÓ - A IDEOLOGIA DA CIDADE ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DA COLONIALIDADE, MANIFESTAÇÕES E DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO RIBEIRINHO AMAZÔNICO ..... | 50  |
| COLONIZAÇÃO E GÊNESE DO POVO CABOCLO-RIBEIRINHO .....                                                                                                                     | 50  |
| REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, A EXPLOÇÃO DAS CIDADES E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE MODERNIDADE NA PERIFERIA .....                                                                    | 55  |
| DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA E O URBANO CONTEMPORÂNEO: A BUSCA POR NOVAS PERSPECTIVAS .....                                                                             | 60  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....                                                                                                                                    | 68  |
| CAPÍTULO 3: AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS E HETEROTOPIAS DE AFUÁ .....                                                                                                       | 70  |
| AS ESPACIALIDADES DE AFUÁ, A VENEZA MARAJOARA .....                                                                                                                       | 70  |
| AS HETEROTOPIAS DE AFUÁ .....                                                                                                                                             | 86  |
| DEFINIÇÕES E A CONSTRUÇÃO DA HETEROTOPIA .....                                                                                                                            | 88  |
| AS RELAÇÕES SOCIAIS .....                                                                                                                                                 | 90  |
| a) O Apadrinhamento e as Redes de Solidariedade .....                                                                                                                     | 91  |
| b) Os Espaços de Socialização .....                                                                                                                                       | 93  |
| AS RELAÇÕES ESPACIAIS .....                                                                                                                                               | 101 |
| a) O Rio é a Principal Heterotopia .....                                                                                                                                  | 101 |
| b) A Paisagem Urbana e os Espaços Livres de Afuá .....                                                                                                                    | 104 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....                                                                                                                                    | 106 |
| CAPÍTULO 4: DECOLONIALIDADE NECESSÁRIA - RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO .....                                                                                            | 109 |
| a) A Questão Fundiária .....                                                                                                                                              | 109 |
| b) Economia e Economia Solidária .....                                                                                                                                    | 111 |
| c) Modo de Vida, Saber Popular, Educação Formal e Desemprego .....                                                                                                        | 116 |
| d) A Questão da Madeira e a Mudança no Padrão Construtivo .....                                                                                                           | 124 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....                                                                                                                                    | 130 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO .....                                                                                                                                    | 134 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                                                                         | 138 |

## INTRODUÇÃO

Para a escola de morfologia urbana italiana existe uma consciência espontânea inerente à produção de um território (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) que corresponde a uma espécie de "DNA espacial", isto é, haveria uma consciência crítica por trás das estruturas territoriais, operada por tipologias (ou códigos básicos) cujos arranjos expressam certas características, que se modificam no tempo, para melhor se adaptar ao meio biofísico, à cultura, à economia e às interações sociais do lugar, constituindo uma morfologia com códigos espaciais próprios. Essa combinação entre modo de vida, desenho e paisagem determina a identidade das cidades: Amsterdam é recortada por seus canais, Londres e Paris contam com rios largos, colinas e grandes espaços de drenagem; São Paulo tem seus vales; Salvador e Rio de Janeiro suas praias e portos; enquanto Belém e grande parte das cidades amazônicas são localizadas na beira do rio ou contam com grandes porções de terras irrigadas: as várzeas, mesmo que não sejam localizadas diretamente nas margens de grandes rios.

A várzea ribeirinha, interesse central do trabalho, é pautada por suas características físicas. Uma materialidade que, se cuidadosamente observada, revela desdobramentos socioculturais e espaciais aparentemente invisíveis do ponto de vista das políticas públicas contemporâneas (habitação, educação, turismo, economia, saúde, planejamento urbano) e manifesta uma série de contradições no espaço físico e no âmbito do discurso.

Na região amazônica há uma infinidade de tipologias e padrões de ocupação vinculados a agentes e processos que os geram (CARDOSO; LIMA, 2006), destacam-se dentre as tipologias e padrões de ocupações: vilas ribeirinhas, cidades de beira de rio, cidades de beira de estrada, cidades híbridas que comportam os dois padrões e regiões metropolitanas. Há uma transversalidade de características regionais entre elas, apesar de cada tipologia se apresentar dentro de uma trajetória histórica, espacial, social, econômica e política; constituindo uma permeabilidade de processos que confere uma grande diversidade de arranjos (sócio)espaciais à região.

A partir dos anos 2000 aumentou o protagonismo das cidades em contexto Amazônico em pesquisas científicas; com destaque para a busca de entendimento dos processos históricos, espaciais, sociais, econômicos e políticos (CARDOSO, 2006; CASTRO, 2009; VINCENTINI, 2004; BECKER, 2013), na medida em que a população urbana se concentrou, em paralelo à intensificação da exploração de recursos naturais e à expansão da fronteira agropecuária e urbana, foram intensificados os desafios para a gestão do território e para o planejamento regional e urbano.

Apesar da literatura disponível sobre as implicações do meio biofísico para a definição de sítios adequados para a urbanização no contexto de países centrais (MCHARG, 1971), considerando usos intensidade de ocupação, biodiversidade e economia local, prevalece

mesmo em um bioma como o amazônico o debate estritamente econômico e ambiental, e a perspectiva a visão de que a cidade seria uma protuberância, separada da natureza, algo que não é natural, seguindo a crença de sociedades industriais de que, do ponto de vista ambiental, a cidade seria uma doença – um espaço cinza em meio ao verde –, enquanto a natureza e o espaço fora da cidade teriam uma conotação virtuosa, de “natureza intocada”, muito embora as aglomerações/cidades também possam ser vistas como uma forma de adaptação humana ao meio Marshall (2009) .

Há séculos pequenas cidades da Amazônia dependem da biodiversidade e da integração ao meio biofísico baseada em um saber tradicional<sup>1</sup>, para viabilizar a economia local, de forma semelhante aos princípios do Bem Viver expostos por Acosta (2014). O Bem Viver é um movimento de matriz indígena, de povos andinos (em *kechwa* chama-se *Sumak Kawsay*) e amazônicos do Equador e Bolívia, que buscam igualdade de direitos de existir e persistir para pessoas, animais, vegetais e seres inanimados e que pressupõe ação transhistórica, e foco individual e coletivo (SUESS, 2010). Iniciativas sul americanas como esta, questionam o avanço do paradigma moderno nesse contexto, fortalecendo questões, já propostas a respeito do planejamento moderno, e do desenvolvimentismo, em termos universais, por autores como Marshall (2009), Jacobs (2011) e Santos (1988), e sob a perspectiva de contextos periféricos (e das determinações econômicas) por Becker (2013), Loureiro (2002) e Escobar (2014). Essa crítica questiona os benefícios duvidosos de um paradigma de desenvolvimento e de planejamento, que resulta em pior qualidade de vida para pessoas e degradação do meio em que vivem, e será norteadora desta pesquisa.

Hoje, muito embora o acesso às geotecnologias, *softwares* de código aberto e ferramentas de análise espacial sejam mais difundidas, os resultados de seu uso têm se mostrado pouco instrumentais para a coletividade (por dificuldade de acesso à internet, a equipamentos, e ao conhecimento para sua operação), com baixa repercussão sobre a compreensão da população sobre a realidade regional até mesmo na capital.

Essa dificuldade de acesso também representa dificuldade de codificação da realidade, e a carência de referência ou parâmetro a seguir, mais adequadas ao contexto amazônico; situação que faz o modo de vida tradicional muitas vezes ser assumido como equivalente do informal precário, que ocorre nas periferias das grandes cidades. No entanto, se bem exploradas, tais tecnologias podem oferecer contribuições úteis ao planejamento, ao melhoramento dos espaços urbanos e à realização do cotidiano nestes contextos que

---

<sup>1</sup> Entende-se por saber tradicional, o conjunto de conhecimento adquirido pelas populações que formaram a população cabocla que têm origens múltiplas (a partir do programa de miscigenação entre a população índia e portuguesa) e que mais tarde, após o período da borracha, incluiu a população de migrantes nordestinos. Caracteriza-se pela relação com a natureza (floresta e rio) integrados ou não ao ambiente urbano. Há diversidade dentro da esfera do saber tradicional, geralmente sua cosmovisão é marcada pela presença do rio, isto é, o rio constitui seu modo de ser e viver e a transmissão cultural transcorre predominantemente através da oralidade (COSTA, 2012; CANTO, 2007; SILVA; SOUZA FILHO, 2002).

dependem de forte interação com sua base biofísica. O saber tradicional poderia ser potencializado pelo uso dessas novas ferramentas, permitindo uma decodificação crítica das relações socioespaciais, de modo a dar suporte efetivo à população da várzea, uma vez que esse sabe fosse mais valorizado dentro políticas públicas e fizesse parte ativa das agendas de pesquisa.

As inquietações e questões levantadas nesta pesquisa, têm sido abordadas em uma série de trabalhos vinculados ao projeto UrbisAmazônia (2011-2015), pesquisa interdisciplinar dedicada ao estudo do fenômeno urbano na Amazônia Oriental, que dentre outros pontos procurou explicitar como o circuito inferior (atividades tradicionais) e superior (atividades de base industrial) da economia urbana se articulam na produção da rede de cidades e do espaço intraurbano da região, e de que forma as cidades, e aglomerações menores (vilas, comunidades, lugares), podem contribuir para a promoção de desenvolvimento sustentável endógeno na região. Este projeto funcionou como um guarda-chuva para outras pesquisas da professora Ana Cláudia Cardoso que orientou meu projeto de iniciação científica (PIBIC-CNPq) desenvolvido em 2014/2015, e que me levou a entrar em contato com múltiplas faces da cidade de Marabá, a partir de seus espaços públicos e da investigação de parâmetros e atributos espaciais e análise das relações entre o modo de vida e a construção da identidade local a partir do vernáculo-tradicional e áreas planejadas baseadas na visão moderno-industrial, naquela cidade, ação em que trabalhei em conjunto com Louise Pontes e que foi registrada nos relatórios de pesquisa produzidos em 2015 e outras produções (BIBAS; CARDOSO, 2015; CARDOSO ET AL., 2015; PONTES et al, 2015;).

Tomei consciência de que processos semelhantes de ocupação de áreas de várzea acontecem por todo o Estado do Pará, inclusive na capital, de que a valorização do espaço de orla no contexto mundial tem pautado as ações do poder público voltadas ao turismo, excluindo a população nativa da paisagem local e do acesso a produtos da região, e de que a invisibilização da população das ilhas faz parte da estratégia de produção da paisagem econômica e cultural do município de Belém (BIBAS; CARDOSO, 2015; 2016; CARDOSO et al, 2016).

A partir deste acúmulo, esta dissertação dá prosseguimento às investigações sobre o urbano e as cidades na Amazônia, alinhada aos projetos Caracterização de Padrões de Urbanização Portadores de Sociobiodiversidade na Amazônia Oriental e Subsídios para a Produção do Urbano Natural na Amazônia: Leituras Socioespaciais e Socioambientais dos Processos de Urbanização em Curso na Amazônia Oriental, coordenados pela professora Ana Cláudia Cardoso e financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, que buscam construir referências socioespaciais a partir de um viés conciliatório entre cidade e natureza, que parte das cidades amazônicas mas que pode dialogar com processos em curso em outras regiões, periféricas ou tropicais. Na Amazônia, a exuberância do bioma, o padrão de urbanização disperso com aglomerações de pequeno

porte (decorrente de um isolamento histórico) e a sua inserção na divisão do trabalho nacional como local de exploração de recursos naturais para exportação, desde a integração da Amazônia ao restante do território nacional por rodovias e projetos federais, geraram forte tensão entre modos de vida tradicional e as práticas introduzidas pelo paradigma urbano-industrial, que busca matéria prima para a produção industrial que atende as necessidades sempre crescentes de consumo nas grandes metrópoles.

Dessa perspectiva, esta pesquisa parte do contexto local, o protagonismo da população nativa e de suas práticas como uma forma de mitigar as tensões entre modos de vida, superar a negação de uma racionalidade subjacente a um modo de vida bem-sucedido há eras nesse território (LOPES, 2017). Tal posicionamento, alinha-se ao pensamento decolonial ao valorizar racionalidades consideradas subalternas, que foram ofuscadas pela ciência moderna, devido ao totalitarismo científico, que por sua vez é vinculado a uma indústria que tem por necessidade homogeneizar: o pensamento, o conhecimento, a produção, a paisagem e os modos de vida, e consequentemente oprimir, em nome de uma modernidade, que cada vez mais revela-se como uma forma particular de colonialismo (SANTOS, 2008; MIGNOLO, 2006; RIBEIRO, 1995).

## **QUADRO TEÓRICO E O PROBLEMA DE PESQUISA**

Ao longo dos capítulos são explorados a expressão urbana, espacialidade, materialidade e sociabilidades - tradicionais da região - em Afuá, sede do município homônimo localizado no arquipélago do Marajó, Pará, na região estuarina do Rio Amazonas, sujeito a regimes diários de cheia e vazante das suas várzeas. A pesquisa foca as contradições da própria condição de Afuá, de espaço urbano-tradicional; contradições que serão exploradas na análise da transformação do espaço e da paisagem da cidade completamente construída sobre palafitas, a partir do entendimento de que o cotidiano da cidade se realiza no espaço vivido e percebido, por meio de três aspectos: (a) o aspecto físico, concreto, o espaço materializado, (b) o aspecto não-físico, da abstração e da idealização, e por último (c) a realização desse espaço, como o conhecemos e o reconhecemos, por meio das suas apropriações como ambiente vivido - o espaço em si, real. Por meio desses três aspectos, procuro capturar o encontro do concreto com o abstrato, onde se manifestam a cultura e seus signos, a paisagem que observamos, as interações sociais, a economia, a política, o cotidiano sob todos os seus prismas.

Para Yi-Fu Tuan (1980) o lugar, gera percepções ao mesmo tempo que é suscetível às mudanças culturais e da sociedade, é duplamente agente e produto, uma entidade ativa entre a percepção, significação e o sítio no qual ele se constrói (meio biofísico). A imagem da cidade em Lynch (1980) é o produto de um conjunto de relações entre agentes e o espaço através de elementos estruturais, significantes, afetivos, resultado de um processo que nunca

chega ao fim. Soja (1996) constrói a noção de terceiro-espço através da complexidade e simultaneidade entre a objetividade e a subjetividade. Para o autor, a espacialidade é articulação entre o espaço analítico e mensurável (primeiro-espço), o espaço da idealização e das variáveis não espaciais, que o afetam e são afetadas por ele (segundo-espço) e o simultâneo, interseções e relações entre ambos (terceiro-espço) inspirado na dialética Lefebvrina da produção do espaço, que tal qual, articula o físico, o mental e o social através dos aspectos percebido, concebido e vivido (LEFEBVRE, 1991). Aspectos não-físicos, que habitam a idealização e sua articulação ao espaço, são uma espécie de fio condutor comum a todos esses autores, a ideia que conduz os agentes que incidem no espaço e que o idealizam é tão importante quanto seus aspectos físicos, e podem ser determinantes para sua estruturação.

Nesta pesquisa os aspectos não-físicos foram relacionados como as ideias difundidas através dos discursos políticos consolidados, veiculados em documentos e propagandas oficiais, dou capturadas por meio de entrevistas e atividades com a população local – que hora reconhecem e acolhem a identidade e diferenciação do espaço, ora rejeitam o saber que permitiu a conformação daquele espaço como ele é. Esse fenômeno resulta em uma leitura confusa e conflitante sobre a cidade, em relação ao modo de vida ribeirinho e a narrativa local sobre o cotidiano da cidade e seu modo de vida. Estas leituras são permeadas por um imaginário que entende desenvolvimentismo, modernização e progresso como formas de evolução, que é alimentado pelas mídias, pela prática política local e pela cultura de consumo. Este imaginário se revela como uma forma particular de colonialismo visto que provém de um contexto urbano-industrial<sup>2</sup>, hegemônico, que chega na região por meio de ações inseridas no circuito superior (moderno) da economia, usualmente exógenas, que ao serem comparadas com as formas de vida locais, as qualificam como atrasadas, informais (SANTOS, 2004). Essa percepção de atraso impacta visões de mundo, culturas, e consequentemente, o espaço (aspecto físico), causando rupturas e revelando um território de disputa entre racionalidades, já reconhecido como espaço de fronteira agrária e de exploração de recursos naturais desde os anos 1970 (BECKER ET AL., 1990), e que agora alcança o espaço amazônico ribeirinho, e o urbano exemplificado pelo espaço vivido de Afuá e seu contexto (político, econômico e espacial), tomado como estudo de caso desta dissertação.

---

<sup>2</sup> O termo urbano-industrial utilizado neste trabalho parte de três perspectivas distintas, (a) a perspectiva Lefebvrina, na qual a evolução da urbanização torna-se central como consequência da revolução industrial, onde o processo de urbanização, como um véu, cobre o espaço transformando-o e se expandindo, vinculado a uma realidade social, rumo à sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999); e (b) a partir da evolução do capitalismo e da sua transformação mercantil, comercial e financeira, relacionada a uma linearidade eurocêntrica, bastante clara, onde as atividades agrárias, industriais e de serviço seguiram uma sequência lógica contínua, na qual é possível reconhecer uma trajetória (FURTADO, 1974; LIMONAD, 2013), como foi mostrado ao longo do capítulo. Partindo-se do entendimento de uma realidade amazônica híbrida (MONTE-MOR, 2014; BECKER, 2013) temos a possibilidade de olhar esse objeto como se olha para uma partícula de luz (efeito onda e partícula), ora a partir da utopia Lefebvrina, ora a partir da acomodação do capitalismo na realidade da fronteira.

A pesquisa procura desconstruir os pré-conceitos contra este tipo de ambiente, observados em políticas públicas baseadas em um discurso teórico construído na metrópole, portanto exógeno, tributário de uma visão eurocêntrica. Espera promover o encontro dessas visões de mundo e contribuir para uma maior compreensão da complexidade dessas estruturas e do seu significado para a sociedade que as habita e produz.

Esse movimento reconhece a necessidade de mudança de paradigma da ciência em direção à ecologia de saberes (SANTOS, 2007), ou ao reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos que se relacionam de forma complexa, em um sistema aberto, com o espaço (MORIN, 2015), e que se distinguem a partir de matrizes de pensamento e conhecimento, que na medida em que se relacionam entre si e se desdobram, se retroalimentam, constituindo uma trajetória de mudanças no tecido social e espacial identificados a partir de suas contradições e complementariedades (ou seja, suas heterotopias<sup>3</sup>).

A aplicação desse raciocínio ao caso de Afuá revela as rupturas e inovações da sua socio-espacialidade. Ao mesmo tempo que o reconhecimento de outras racionalidades, como também sugere a filosofia do Bem Viver, posiciona o saber tradicional-ribeirinho como uma visão alternativa à trajetória desenvolvimentista, orientada pelo viés econômico (produtivista), capaz de estabelecer uma relação mais equilibrada entre espaço, natureza e modo de vida do que o primeiro, que atua de forma seletiva e excludente (SANTOS, 2013).

Esse quadro teórico foi sumarizado na figura 1, na qual o modo de vida ribeirinho – relacionamento com o meio, cultura, espaço e aspectos socioeconômicos – é apresentado como um ponto cego, ou seja, uma lacuna no conhecimento acadêmico/formal sobre a realidade local, haja visto a tendência de se olhar para essas manifestações peculiares da várzea como se fossem temporárias, primitivas, desprovidas de capacidade técnica/tecnológica, inadequado ou sinônimo de pobreza, desprovidas de conforto ou qualidade para quem as constrói, utiliza e/ou habita. A figura alinha as fontes para a perspectiva decolonial: princípios do Bem Viver e de valorização de formas de vida não-hegemônicas, que acabaram sendo ofuscadas pelo paradigma hegemônico de modernidade, tão presente na formação de arquitetos urbanistas e de outros campos profissionais com interfaces tecnológicas. Esse pensamento ocupou os espaços da ciência, da prática acadêmica, da reprodução espacial, social e política, oprimindo “o outro” (DUSSEL, 1994; ESCOBAR, 2014; ACOSTA, 2014), aquele que ousa resistir ou se manter diferente.

---

<sup>3</sup> Ver definição no capítulo 3 a partir das referências (FOULCAULT, 1984; 2000; SOJA, 1996; LEFEBVRE, 1999; DE LANDA, 2006).

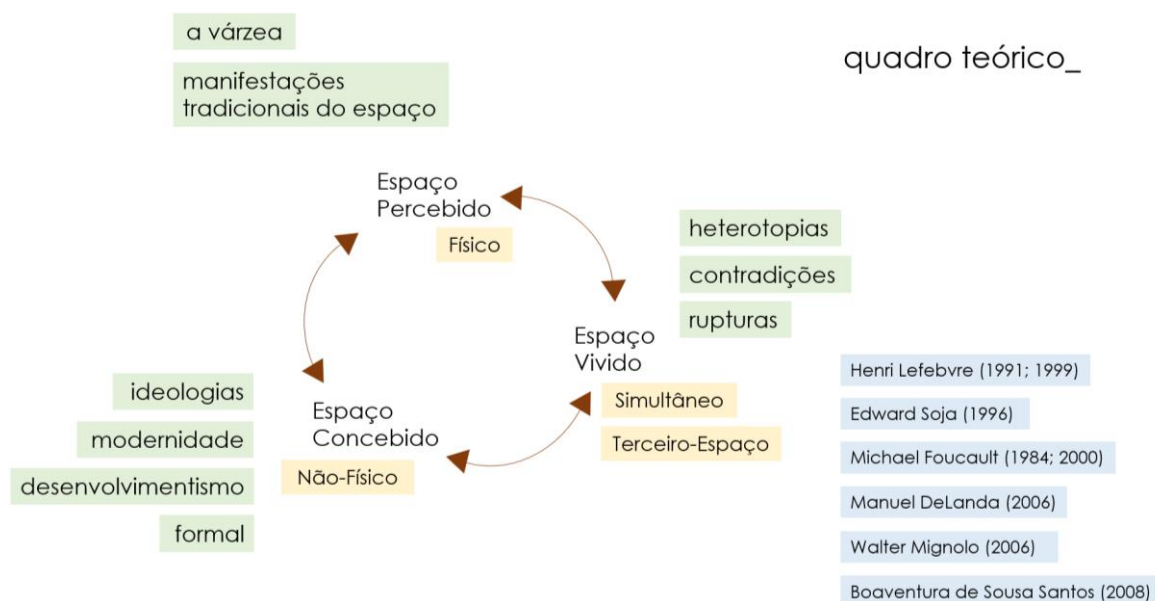


Figura 1 – Resumo do quadro teórico da pesquisa. Elaboração: Luna Bibas, 2018.

Tal enfoque exige várias frentes (transdisciplinaridade<sup>4</sup>) e não pode ser travado somente a partir de uma abordagem/campo disciplinar parcelares, ou de especializações estritas, a partir do paisagismo ou da análise espacial, como tem sido recorrente nas pesquisas sobre aglomerações ribeirinhas, que mostram o exótico da forma, da tipologia, da configuração espacial, e desse modo de vida, sem procurar entender o quanto essas manifestações próprias da várzea, estão integradas ao contexto, e articuladas as questões socioeconômicas, ambientais e culturais que se relacionam e se expressam através do espaço (CORRÊA NETO; MEDEIROS, 2015; DIAS; SILVA, 2011; NEVES; MIRANDA, 2014; PALHETA; RODRIGUES, 2012). A perspectiva de que as transformações em curso resultam da disputa de diferentes racionalidades (ou paradigmas de desenvolvimento)<sup>5</sup> que operam na região é urgente, tendo em vista que essa disputa levará ao desvanecimento da forte identidade cultural e paisagística que atrai os autores citados. Nesse sentido as pesquisas de Rocha (2017) e Mesquita (2017) são uma contribuição mais informada para as discussões de morfologia e urbanidade, e patrimônio histórico e cultural nesse contexto específico (Afuá).

As complexidades das relações entre as racionalidades identificadas foram mapeadas a partir de momentos históricos, no modo como esses discursos evoluíram e foram absorvidos no espaço amazônico, em diferentes momentos e com graus de aderência diferentes, visto que resistências são uma constante na região e são incontáveis os casos

<sup>4</sup> Morin, 2018, Santos, 2007; 2008.

<sup>5</sup> Assume-se aqui que tais paradigmas estejam vinculados à uma visão oriunda de outras regiões, que têm buscado novas fronteiras econômicas para reproduzir um novo modo de vida (que tem praticado a retirada de recursos para exploração, controle de território, implantação de indústrias transferidas de antigos polos industriais, ampliação de mercado consumidor, construção de cidades, etc.) através de uma justificativa socioeconômica, ideológica (urbano-industrial) de universalização (ou ampliação) de acesso a uma patamar de consumo vinculado a uma melhora de vida (LIMONAD, 2013; BECKER, 2013; MONTE-MOR, 2014; SANTOS, 2004).

malsucedidos de planos e projetos. Tais malogros renderam à região o infeliz apelido de inferno verde. Por tudo isso, era importante investigar o contexto local, as práticas e o protagonismo da população nativa, posicionar as falas e discursos, da classe política ao habitante ordinário, em busca de um caminho do meio. A inclusão da população na gestão dos processos urbanos significa inclusão do saber ribeirinho, e depende de outra visão educacional, visto que a desvalorização desse modo de vida na escola, tem impactado o espaço tão diretamente quanto as intervenções recentes do poder público.

O espaço é condicionante e produto da ação da sociedade (YI-FU TUAN, 1980; SOJA, 1996; JACOBS, 2011), desse modo, é capaz de revelar características peculiares à cada contexto. Entretanto alguns contextos permanecem invisíveis às políticas públicas, projetos sociais, lutas pela universalização de direitos, devido ao *locus* discursivo e aos parâmetros assumidos pelo observador serem exógenos (BIBAS; CARDOSO, 2017; SILVA; SOUZA FILHO, 2002), ou sustentarem que esse modo de vida precise passar por estágios de evolução que o levem até um paradigma de desenvolvimento das sociedades industriais (LIMONAD, 2013). Em Afuá, isso acontece sem atenção aos impactos impostos à população nativa, às mudanças nas relações no território - segregação espacial, social, inchaço da cidade, infraestrutura inadequada, violência urbana, mobilidade e etc.

A partir do avanço da urbanização e da modernização do modo de vida urbano sobre as áreas de várzea, tendo em vista sua natureza híbrida<sup>6</sup>, a diversidade de saberes constituídos a partir dessa condição e a busca de um viés conciliatório entre cidade e natureza, pretende-se entender as manifestações socioespaciais observadas na cidade de Afuá, conforme proposto a seguir:

## OBJETIVOS

A partir deste panorama, o objetivo geral neste trabalho é compreender as manifestações socioespaciais no espaço urbano da várzea ribeirinha frente ao avanço do discurso moderno-desenvolvimentista subjacente às transformações do território amazônico. Este objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: (1) buscar novas abordagens para a pesquisa científica e para as práticas profissionais comprometidas com o fortalecimento dos saberes endógenos da várzea amazônica e do Sul Global; (2) Identificar as origens e formas de vinculação do discurso desenvolvimentista ao espaço urbano amazônico; (3) Explorar as heterotopias das relações espaciais em Afuá, a partir da aplicação de cartografia da ação.

---

<sup>6</sup> A natureza híbrida da várzea, provém de sua condição biofísica que dependendo do regime de marés (cheias e vazantes) do rio, hora emerge como terra firme, hora apresenta-se como rio, por isso está sujeita a condição jurídico administrativa variada; espaço historicamente importante para região, que possui pluralidade cultural, produtiva, da forma de apropriação e de povoamento (diversidade sociocultural) e onde atualmente concorrem matrizes de racionalidades diferentes (CANTO, 2007; BENATTI, 2005; SILVA, 2002).

Esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos, além da introdução. No primeiro discute-se o paradigma da ciência e a prática profissional como agente modificador do espaço. O segundo capítulo dedica-se a trajetória histórica da Amazônia sob uma perspectiva colonial nunca superada que pode ser identificada a partir das invisibilidades socioespaciais apresentadas no capítulo 3 e 4, capítulos que apresentam os resultados das pesquisas de campo e suas representações espaciais respectivamente, respondendo o objetivo geral da dissertação.

## **BREVE INTRODUÇÃO DO ESTUDO DE CASO**

Afuá foi escolhida como objeto de estudo desta dissertação pela sua capacidade de resistir como típica cidade ribeirinha em tempos de modernização. A cidade de Afuá tem 126 (anos), está localizada no arquipélago do Marajó, e sua mancha urbana é um ponto em meio ao extenso município. O município faz fronteira com o Estado do Amapá<sup>7</sup> e embora faça parte do Estado do Pará, tem mais ligação com Macapá, do que com a cidade de Belém. É importante ressaltar que embora Afuá só exista como território municipal há 126 anos e a sede reconhecida como cidade há 122, é uma “paragem” – designação de lugar do modo de dizer ribeirinho – bem mais antiga, que remonta há 173 anos, o que indica a importância da cidade em seu contexto em fases históricas anteriores (PARÁ, 2011).

Por estar localizada na várzea, em área constantemente alagável, a cidade é toda suspensa sobre estacas (palafitas), onde estivas (ou pontes) constituem seus espaços públicos, ruas e os acessos às casas, que também são suspensas (ver figura 2). A tipologia da palafita, é a moradia tradicional dos ribeirinhos amazônicos; a configuração de Afuá sobre estivas explica o apelido carinhoso de “Veneza Marajoara”. Essa cidade tão peculiar expressa uma realidade típica da várzea amazônica – com seus problemas e soluções, que também se manifestam nas grandes, médias ou pequenas cidades da região.

---

<sup>7</sup> Até o ano de 1943 o atual Estado do Amapá era parte do Estado do Pará. Seu desmembramento, a princípio, ocorreu como território federal, e no ano de 1988 efetivou-se sua condição de estado. Desde então, a proximidade com uma capital estadual alterou o posicionamento de Afuá na rede urbana microrregional, como será relatado nos diversos depoimentos de moradores, citados ao longo desta pesquisa.

A)



B)



Figura 2 - A) Casa típica em Afuá; B) A maior praça da cidade na beira do rio. Fonte: Autora, 2016

Afuá tornou-se um nó estratégico para onde converge a produção da várzea (figura 3), devido à sua condição de entreposto comercial, muito próximo ao oceano – no estuário do rio Amazonas - e à cidade de Macapá. Por isso concentrou serviços de apoio a comunidades locais, funções comerciais e polarizou vilas e localidades próximas. A figura 3 facilita a compreensão de que toda rede que influencia e é influenciada por Afuá, tem uma forte conexão com o rio. Dispersa entre furos e margens, a população da microrregião tem uma forte conexão com a natureza (rios e florestas), de onde, há séculos, como vamos ver mais a frente, tira seu sustento. O rio é via de mobilidade, espaço do lazer e de socialização.

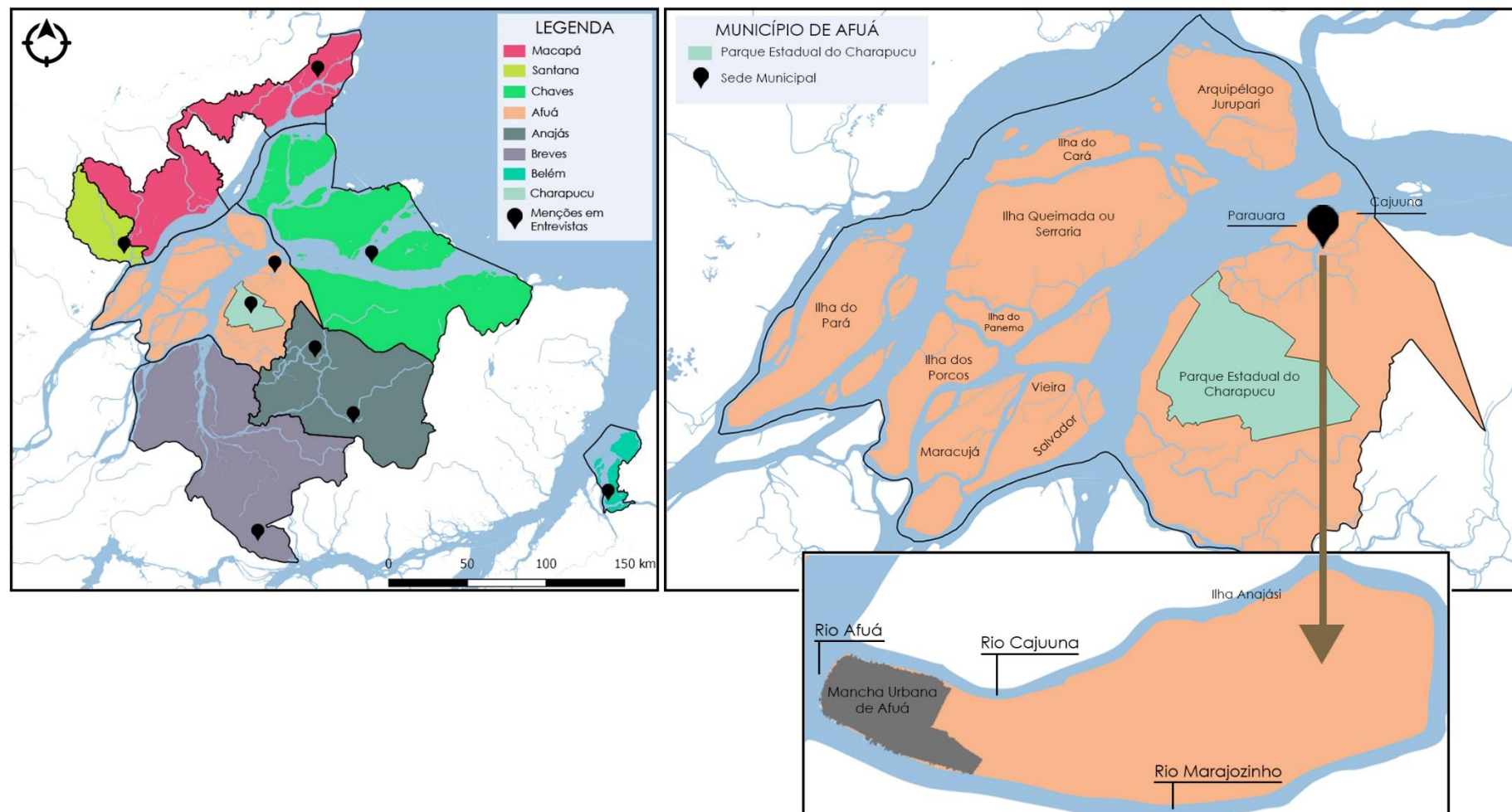


Figura 3 - Lado esquerdo: rede de cidades e lugarejos marajoaras que mais tiveram menções em entrevistas e os municípios adjacentes. Lado direito: Localização da sede municipal em relação ao seu limite e a localização do Parque estadual do Charapucu. Elaboração: autora. Fonte: IBGE, 2010; PREFEITURA 2006. Elaboração: Autora, 2018

Dentre as cidades de maior expressão do conjunto de ilhas que formam o arquipélago do Marajó, Afuá é a que mais conserva características tradicionais ribeirinhas em seu espaço construído, em suas fachadas, no uso de tecnologias, materiais tradicionais, e no relacionamento com o rio e com a várzea. Isso pode ser consequência de seu isolamento em relação às outras sedes municipais, de sua localização, ou mesmo pela característica de seu sítio ser formado por um terreno mais encharcado, irrigado e limitado – pelos rios Afuá (frente), Cajuúna e Marajozinho (figura 3) -, que todos os dias recebe a cheia do rio.

Os tempos da mobilidade são diferentes em Afuá, do tempo que é corrente em espaços metropolitanos. Embora haja uma dificuldade de acesso, encarada como algo extremamente difícil por pessoas localizadas nas cidades, principalmente em regiões metropolitanas. A população local encara a mobilidade entre as cidades de maior tamanho e Afuá corriqueiramente, assim como entre as vilas e assentamentos ribeirinhos ao redor do município com a sede de Afuá, Macapá e Belém. A viagem de barco desde Belém demora 36 horas, de Macapá, demora 4 horas no navio ou 2 horas de lancha, e suas rotas são comparáveis às pontes aéreas ou ao movimento pendular (que podem durar 2 horas ou mais) entre periferias e centros metropolitanos da RMB ou RMSP, para citar um exemplo mais global.

Subir em um barco é tão comum para aquela população, como pegar um ônibus ou mesmo um avião. O que aparentemente seria “diferente” aos olhos de um habitante da capital é de normalidade, não só ao afuaense, mas à todas as ilhas e comunidades ribeirinhas ao redor da Amazônia, crescem e se criam no rio, no barco, na floresta. Talvez para os moradores da região, mesmo aqueles que se estabelecem em regiões metropolitanas não seja de todo estranho, mas ainda é visto como algo penoso em comparação à propriedade de um veículo automotor, por exemplo, essa visão acaba por confundir dificuldade de acesso com falta de investimento e uma gestão pouco adaptada às condições locais. O que passa despercebido e um ponto no qual voltarei a falar com mais detalhes, é que na região amazônica o transporte fluvial movimenta 13 milhões de pessoas, segundo estudo da ANTAQ (2013) realizado em parceria com a UFPA, que não contabiliza as pequenas travessias em barcos familiares, canoas e cascos, rabetas (embarcações com pequenos motores de popa) e lanchas particulares e viagens não que não são travessias, mas motivadas por interações locais de vizinhança. Uma curiosidade bastante peculiar ao povo de Afuá que visita cidades onde o modal principal é o veículo automotor é a ocorrência de náuseas, similar às náuseas sentidas por pessoas que não são acostumadas a se locomover em embarcações.

Além das embarcações a população urbana se locomove por meio das bicicletas ou bicitáxis, ver na figura 4 – uma das muitas invenções geradas pela necessidade de adaptação ao contexto físico da cidade – onde a circulação de veículos automotores é proibida por lei municipal (PREFEITURA, 2017).

A)



B)



Figura 4 - A) Bicicleta cargueira; B) Bicitáxi, a invenção marca de Afuá. Fonte: Autora, 2016.

Sua população conta com 38.144 pessoas, segundo estimativa feita em 2017 pelo IBGE (2017), e era de 35.042 pessoas no último censo IBGE (2010). Segundo informações da Prefeitura (2017) a população urbana chegou a 15.000 pessoas, ou 41,8% da população municipal. A cidade experimentou duas fases de crescimento inesperado, entre 2007 e 2009 e após a implantação do Parque Estadual do Charapucu, após 2010, quando a população da área delimitada como parque migrou para a sede municipal (figura 3).

Sobre a economia, no município, o senso comum é que este sobreviva de repasses do FPM, e que a administração municipal sustenta a economia local. Em parte, essa afirmação é verdadeira, porém analisando com um pouco de profundidade e distância os dados do Portal da Transparência e a dinâmica do comércio local, percebe-se que a prefeitura não é o único agente econômico relevante na economia urbana do município. Os postos de trabalho criados dentro do serviço público, com contratos temporários e concursos públicos, têm efeito multiplicador nos setores de comércio e serviço e na ampliação do poder de compra<sup>8</sup> de parte da população, particularmente a que mora na cidade, escopo principal da pesquisa. A economia urbana apoia-se no setor de comércio e serviço, no setor público e nas empresas privadas, a exemplo da EMAPA (exportadora de madeira que se localiza contígua ao perímetro urbano). Essa é a explicação corrente sobre a economia relacionada ao espaço urbano, embora haja toda uma economia ribeirinha própria do interior (pesca, extrativismo) que em alguma medida é drenada para a cidade.

Contudo, de acordo com Costa (2012), Canto (2007) e Silva (2002), o extrativismo de coleta relacionado ao camponês coletor ou varzeiro, que sobrevive dos rios e das florestas, pelo manejo de espécies da floresta, da produção de roças, do cultivo do açaí, do palmito, da extração da madeira em pequena escala, da criação de animais de pequeno porte e da pesca, também é importante, embora não mensurado devidamente, na medida em que

<sup>8</sup> Essa ampliação pode ser vista também como ação estratégica da prefeitura na ampliação e multiplicação da renda a partir de verbas de repasse como o FPM, arrecadação do ICMS e outros impostos recebidos pelo município. Tal ação acaba por beneficiar também na aquisição dos produtos florestais, porém o seu maior impacto será dentro do perímetro urbano do município.

garante o auto consumo e uma economia popular baseada na reciprocidade e solidariedade.

Uma terceira vertente da economia afuaense é o extrativismo de aniquilação (COSTA, 2012) observado através das atividades de retirada de madeira e palmito. Essa modalidade se apropria do conhecimento do nativo, que trabalha com extrativismo de coleta, e atua em larga escala na exploração dos recursos naturais, em ritmo mais acelerado do que a sua capacidade de regeneração, aniquilando as espécies exploradas. Esse tema é detalhado nos próximos capítulos, mas para fins de contextualização destaca-se sua importância na economia do município e influência nas alterações do perímetro urbano<sup>9</sup>. Historicamente as atividades que deram suporte na consolidação de Afuá foram a retirada de areia, borracha, plantas oleaginosas e a pecuária de pequeno porte, destaca-se que algumas dessas atividades ainda fazem parte da vida rural hoje.

Essa apresentação sobre Afuá procura situar o leitor sobre as peculiaridades da vida nesse território de várzea. Foi curioso observar as reações de pessoas que vivem a realidade metropolitana, de Belém ou outras capitais brasileiras, às descrições de Afuá e ao meu interesse nesse contexto específico. Dentre as diversas reações à minha proposta de pesquisa, as que mais me chamaram a atenção foram: "deve ter um monte de problemas lá pra tu resolveres, né?"; ou "não tem nada lá"; e a mais icônica de todas, feita diante de uma grande quantidade de pessoas que escutaram na ocasião: "não tem nada lá, é só ponte, amor".

Coloquei-me, portanto, à serviço de um objetivo extraoficial neste trabalho, demonstrar que Afuá não se reduz a algumas pontes; que é muito mais que isso e que manifesta um modo de existir, que resiste acima de tudo, como um espaço acolhedor e solidário, afinal é muito melhor construir pontes, do que construir muros.

---

<sup>9</sup> Não se pretende com esta informação criticar a estrutura informal típica das relações ribeirinhas e varzeiras, que são características dessa população há séculos, e que impulsionaram a origem e consolidação da cidade de Afuá, o que se pretende aqui é entender a invisibilidade desses outros setores, em relação aos setores que impactam de forma mais visível o espaço urbano.

## **CAPÍTULO 1: O COLONIALISMO DO SABER NA CIÊNCIA E NA PRÁTICA ACADÊMICA E PROFISSIONAL DA ARQUITETURA E URBANISMO E O PERCURSO METODOLÓGICO**

Esta primeira parte do trabalho é dedicada à discussão do colonialismo do saber e do controle político-econômico e ideológico que grandes centros de poder detêm sobre as regiões subordinadas a eles, da condição desses centros de irradiadores de tendências, ideologias, decisões político-administrativas, políticas públicas e de conhecimento. A literatura utilizada (MIGNOLO, 2006; SANTOS, 2008; 2007, MORIN, 2015), lança luz sobre paradigmas emergentes que se constituem como um “pluri-verso” de saberes (universo plural de saberes, ou ecologia de saberes). As pluriciências advogam a visão do mundo pela ótica da ciência, sem, no entanto, ofuscar os conhecimentos de povos não-europeus, ou movimentos sociopolíticos pautados pela tentativa de superação da colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2006) como é o caso dos movimentos feminista, negro e indígena.

Para além das pluriciências, a ecologia de saberes busca o reconhecimento da ciência como uma forma de saber entre as formas de saber que existem e foram invisibilizadas pelo colonialismo do saber (pautado no paradigma científico), do poder e do ser (SANTOS, 2007; MIGNOLO, 2006), visto que a condição de subordinação oriunda do período colonial foi conservada através do pensamento moderno ocidental e permanece como base das relações políticas e culturais excludentes no sistema mundial contemporâneo, através das sucessivas ferramentas, como é o caso dos discursos que aspiram à universalidade, como é o caso do discurso desenvolvimentista (ESCOBAR, 2014; ACOSTA, 2014).

A abordagem assume que há uma “linha abissal”<sup>10</sup> constituída nas bases das relações da colonização, que separou o estado (colonizador) e a natureza e a sociedade civil e suas instituições (criadas na metrópole). Segundo o olhar hegemônico as coexistências que compõem a realidade são separadas por uma linha do tempo, onde o estado de natureza representa o passado e a sociedade civil representa o presente, ou seja “[...] O contato hegemônico converte simultaneidade em não-contemporaneidade, inventando passados para dar lugar a um futuro único e homogêneo. [...]” (SANTOS, 2007, p. 74)

Em função disso, a ecologia de saberes parte do princípio de que todo o conhecimento tem limites internos, e se baseia na ideia de que o conhecimento é também interconhecimento. Desse modo se constitui em visão alternativa à visão hegemônica de supervalorização da trajetória científica tradicional, que é base do conhecimento ocidental e matriz do modo de vida urbano-industrial, e ao planejamento urbano que surge de/para esse modo de vida; e que por sua vez é desafiado pelas demandas por solução para

---

<sup>10</sup> Ver definição em Santos, 2007.

problemas das aglomerações urbanas da Amazônia, por lidar com os problemas e com o relacionamento entre cidade e natureza de forma fragmentada, e apostar na universalidade das soluções, conforme o autor expõe a seguir:

“Em muitas áreas da vida social a ciência moderna tem demonstrado uma indiscutível superioridade em relação a outras formas de conhecimento, mas há outros modos de intervenção no real que hoje nos são valiosos e para os quais a ciência moderna em nada contribuiu. É o caso, por exemplo, da preservação da biodiversidade possibilitada por formas de conhecimento camponesas e indígenas, que se encontram ameaçadas justamente pela crescente intervenção da ciência moderna. E não deveria nos impressionar a riqueza dos conhecimentos que lograram preservar modos de vida, universos simbólicos e informações vitais para a sobrevivência em ambientes hostis com base exclusivamente na tradição oral? Dirá algo sobre a ciência o fato de que por intermédio dela isso nunca teria sido possível?”  
(SANTOS, 2007, p. 88)

Essa condição do saber também se faz presente na arquitetura e no urbanismo, dentro das universidades e constitui uma prática que a partir das políticas públicas ou da imposição do paradigma dominante, moderno e tecnocrata cria contradições, principalmente na região amazônica, conforme exposto a seguir, no capítulo 1.

Nesse sentido, buscou-se evidenciar contradições principalmente no âmbito do planejamento, e das consequências das intervenções associadas às políticas públicas para a cidade de Afuá. Por ter uma materialidade muito diferente da cidade brasileira ordinária, Afuá se beneficiaria de parâmetros próprios para uma cidade da várzea ribeirinha amazônica onde “tudo é diferente”, como enfatizado pelos moradores por diversas entrevistas. Novos parâmetros evitariam problemas decorrentes das imposições oriundas de outros contextos à cidade e equívocos de leitura socioespacial, socioambiental, sociocultural e socioeconômica. Tais leituras são matérias primas para os planos e políticas públicas, daí a extrema necessidade de lançar um olhar crítico sobre eles.

Afuá pode ser vista como limitante ao planejamento urbano convencional, ou como um grande laboratório, onde até pouco tempo não havia arquitetos e engenheiros – assim como em muitas cidades da Amazônia. Afuá é uma cidade que foi autoconstruída - seu espaço é instrumental à vida ribeirinha e se constitui como exemplo de cidade para o espaço biofísico da várzea, e espaço de socialização com diversos atributos que seriam desejáveis para cidades de acordo com a literatura sobre urbanismo contemporânea, conforme tratado em Kohlsdorf, (1996), Lynch (1999), Jacobs, (2011), Alexander (2013), Gehl (2009), entre outros.

Dito isso, pondera-se sobre o papel dos técnicos que atuam naquele contexto sem a participação da população – ou a partir de uma participação protocolar - gerando soluções com pouca aderência ao modo de vida ribeirinho amazônico, que não consideram a identidade cultural e o conhecimento da população na concepção de espaços bem-sucedidos, e estimulam rupturas com o espaço-identidade tradicional simbólico ribeirinho.

A modernidade e a colonialidade do saber (e do poder) andam de mãos dadas, segundo Mignolo (2006), elas são cúmplices. A revolução científica, originária do paradigma epistemológico ocidental, excluiu todas as formas de saber que não se adequavam aos seus princípios, ficaram de fora o saber oriental e árabe, apesar de suas contribuições para a própria revolução científica (MIGNOLO, 2006), o saber dos povos pré-colombianos e pré-cabralinos, e dos povos tradicionais africanos, segundo Santos (2008): "Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas" (pág., 21).

A revolução científica, viabilizou a revolução industrial, e a metamorfoseou em revolução técnico-científica, e a partir de fenômenos como a globalização e o rearranjo geopolítico e econômico, tornou-se revolução técnico-científica-informacional. Nesse processo, deu prioridade às disciplinas das ciências exatas, estabelecido como paradigma dominante da produção do conhecimento reconhecido como científico, de grande contribuição para a indústria que surgira em meados do século XIX e se desenvolve desde então apoiada nesse conhecimento (para produtividade, baixo custo, inovação) (SANTOS, 2008). A agenda acadêmica é pautada pelas demandas da indústria, com repercussão na aplicação do conhecimento, e também na organização da investigação científica, segundo Santos (2008): "[...] a industrialização da ciência acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas." (pág., 57).

Ora, se a ciência assume esse papel para o paradigma dominante, fica evidente que as práticas fora da academia também seguirão o mesmo rastro. No âmbito acadêmico e da prática na arquitetura e urbanismo, a articulação entre o paradigma dominante da ciência, a indústria e os avanços tecnológicos foi expressa através da escola modernista. O modernismo foi uma escola complexa que teve muitas fases e pensamentos diferentes<sup>11</sup>. Entre correntes culturalistas e racionalista/progressistas (CHOAY, 2013; SANTOS, 1988), prevaleceu o pragmatismo racionalista nas áreas sob forte determinação do mercado, endossado por uma ideologia de modernidade que prometia a produção do homem moderno, assim como pela ciência clássica autodenominada de universal, que justificava a ruptura com os

---

<sup>11</sup> Algumas literaturas podem lançar luz sobre a questão do modernismo de forma mais completa, no urbanismo Choay (2013) identifica duas correntes a culturalista e a racionalista/progressista que se manifestam dentro da escola moderna, além da tecnocracia que leva o racionalismo e o tecnocracismo ao extremo, já Hall (2013) divide a história do planejamento urbano, e por conseguinte do planejamento urbano modernista, a partir das estéticas e ideologias dos diferentes períodos das cidades europeias: "a cidade no jardim", "a cidade das torres", "a cidade à beira da autoestrada"; e assim por diante. Há nuances nas fases da Bauhaus, no rompimento do Team 10 com os princípios do CIAM, o viés anarquista de Ebenezer Howard, e o naturalismo de Frank Lloyd Wright. (HALL, 2013; CHOAY, 2013; BENEVOLO, 2009; 2001) No Brasil ao mesmo tempo que o movimento moderno na arquitetura e urbanismo cria sua própria linguagem, há uma ligação de intelectuais modernistas e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CHUVA, 2012).

elementos arquitetônicos e códigos urbanos do passado na tecnologia e difusão dos novos modos de vida.

Formas mais complexas deram lugar a formas mais simples, a rua multifuncional de pequena escala deu lugar à rua dedicada aos fluxos de carros – prioritariamente – e pedestres, os materiais manufaturados deram lugar aos materiais produzidos pela indústria, o aço, o concreto armado e o vidro possibilitaram a verticalização e a difusão da vitrine (necessidade da sociedade de consumo). Uma das facetas modernistas preconizava o acesso universal à moradia – vinculada ao campo dos metodologistas sociais<sup>12</sup> – e difundiu a meta da moradia universal (muito próxima da “máquina de morar” de Le Corbusier), que teria planta simples, industrial, reduziria custos e refletiria as necessidades do trabalhador urbano, além do adensamento da classe média e operária em unidades habitacionais multifamiliares (HALL, 2013; DEL RIO, 1990).

Por um lado, esta corrente conseguiu colocar em prática a universalização do acesso à moradia nos locais em que foi difundida, primeiro a partir da padronização da moradia das classes operárias e posteriormente, no pós-guerra, da reconstrução das cidades europeias, a partir de investimentos direcionados à essa reconstrução e às reformas urbanas (nos países do Norte global). Essa atuação foi pautada por uma nova concepção de cidade e pela intervenção nos centros deteriorados. Outro frente de atuação, difundiu modelos pautados pelo racionalismo técnico – campo dos metafísicos do estilo<sup>13</sup> –, que procuravam a maximização de funcionalidade e produtividade da moradia e espaço urbano através da infraestrutura logística, influenciados por Arquitetos de grande prestígio como Le Corbusier através de documentos como a Carta de Atenas e os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) (HALL, 2013; CHOAY, 2013).

Um novo modo de vida adaptado vinculado à indústria e a classe média demandava esse novo espaço, e dividia a vida em quatro funções: habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito. A rua deveria se submeter a esses novos fluxos. E a cidade era vista como o domínio do homem sobre a natureza. Submovimentos do modernismo foram cooptadas pelo mercado, principalmente aqueles que pudessem ser facilmente replicados pela indústria da construção civil, como é o caso do Estilo Internacional, que proporcionou a difusão da cidade ideológica<sup>14</sup>, que transpunha rios, montes e vales (viabilizada pela ação do “bulldozer”) e que: “com o aval do capital especulativo imobiliário, que as via como imensas economias, faria surgir a mesma tipologia fosse em Nova Iorque, Londres, Tóquio ou São Paulo.” (pág., 36, DEL RIO, 1990)

---

<sup>12</sup> Hall (2013) a partir de Oscar Newman subdivide o modernismo em dois campos: o campo dos metodologistas sociais, que partiam da universalização de acesso a partir do paradigma moderno-industrial; e o campo dos metafísicos do estilo de matriz corbusiana, mais radical no racionalismo e funcionalismo.

<sup>13</sup> Ver nota 11.

<sup>14</sup> Explicada na página 59 do segundo capítulo.

A crise modernista que se manifestou a partir de projetos mal sucedidos, da emergência de novas metodologias de análise e da possibilidade de pesquisa sobre a pós-ocupação desses espaços, contribuiu para a crítica ao movimento moderno (JACOBS, 2011, ALEXANDER, 1965, GEHL, 2009, SANTOS, 1988), a emergência de um novo paradigma científico que Santos (2008) chama de "paradigma social", e para a construção de estratégias de análises baseadas em termos físicos-ambientais e socioculturais. Dessa crise do movimento moderno também derivaram uma série de dificuldades que a arquitetura e urbanismo, enquanto disciplina e prática, nunca superaram (DEL RIO, 1990).

Segundo Del Rio (1990) essas dificuldades são percebidas no(a) a) plano político e nos objetivos do planejamento que muitas vezes são distanciados das necessidades reais da população através do esfacelamento das bases comunitárias, do controle centralizado dos serviços públicos e dos interesses partidários; b) no excesso tecnocrático; c) na integração do planejamento com outras disciplinas; d) na aplicação de modelos rígidos dos planejadores em realidades diferentes; e) na falta do processo institucionalizado de participação real dos cidadãos.

Dentro da academia observa-se uma série de características que ao se articularem com as dificuldades supracitadas vão caracterizar a prática de planejamento urbano no Brasil. No Brasil, também se experimenta um afastamento entre a teoria e a prática, tal qual observado por Hall (2013) na Inglaterra e nos Estado Unidos do final dos anos 1980, principalmente por conta dos já mencionados planos políticos e interesses partidários. A formação dos arquitetos e urbanistas tem como base a indústria da construção civil, que é diretamente articulada ao mercado imobiliário, que por sua vez continua reproduzindo os modelos modernistas de matriz funcionalista, por esse motivo os técnicos formados acabam se adaptando mais às demandas do mercado do que propriamente às boas práticas da arquitetura e do urbanismo.

Outro legado que provém do tecnocracismo referente ao movimento modernista e do paradigma dominante da ciência<sup>15</sup>, ressalta a importância assumida pela formação técnica, expressa pela frase de Le Corbusier: "Projetar cidades é tarefa por demais importante para ser entregue aos cidadãos" (FISHMAN, 1977, APUD. HALL, 2013, p. 245) característica ainda forte dentro das instituições de ensino superior onde o "técnico/professor sabe-tudo" é inquestionável, propiciando a formação de técnicos acríticos e obedientes que devem reproduzir modelos e posteriormente assumir o posto de sabe-tudo (ampliando a distância entre comunidade e planejamento urbano e prejudicando o processo participativo). É dentro dessa lógica produtiva moderno-industrial que muitas cidades operam e dessa mesma lógica que muitos profissionais ainda são formados. Formados para colocar em prática políticas

---

<sup>15</sup> Recupera-se aqui a tríade conhecimento-poder-espço (FOUCAULT, 1984) e a articulação entre ciência e colonialidade do saber, a colonialidade do poder e a colonialidade do ser que expressa a característica principal da ciência, o controle do conhecimento como forma de controle social e intelectual.

públicas centralizadas e inadequadas, e obedecer sem questionar o mercado e qualquer subversão da lógica.

Ademais, o urbanismo, no Brasil, assume papel residual dentro dos campos do saber nas instituições de ensino superior, como observado por Figueiredo (2013), dentro de várias disciplinas como Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais e Geografia, que são as mais expressivas nesse campo, por ofertarem dentro de seus currículos mais cadeiras que abordem essa temática. Embora haja três cursos voltados para a instauração de sua epistemologia específica (criados em 1996, 2010 e 2012), esse campo ainda não logrou de autonomia e nem de uma articulação transdisciplinar adequada. Ainda que sua legitimação enquanto campo de atuação prática tenha ocorrido em 2001 através da promulgação da lei do Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade previa a participação da população e a compreendia como uma ferramenta para a resolução de parte dos problemas que se repetiam na implantação de planos pouco efetivos, no entanto como veremos mais adiante, a participação comunitária nem sempre foi bem-sucedida. A carência de serviços públicos por tantos anos, deixou parte da população desacreditada e apática à participação de processos que podem ser longos e desafiadores para o poder público e para a população. A nossa sociedade não prioriza momentos de participação popular na rotina dos trabalhadores em geral, nem canais de comunicação que efetivamente possibilitem a consulta pública como fazem países com elevado IDH e efetividade de atuação do setor público, como a Finlândia (PELTONEN E SAIRINEN, 2010).

A condição da Amazônia como fronteira econômica nacional e internacional (SANTOS, 2013; BECKER, 2013), vai se manifestar também como fronteira do conhecimento, do paradigma dominante, do colonialismo do poder, do saber, do ser, na medida que a modernidade através de ações desenvolvimentistas avança sobre ela. É, portanto, palco das políticas públicas centralizadas de matriz moderno/funcionalista, que enxergam a região a partir de seus próprios parâmetros (sudestino/eurocêntrico), principalmente a partir dos parâmetros de carência. Dito isso, e a partir do posicionamento da região também como fronteira do conhecimento verifica-se: a) um descompasso entre as políticas públicas e a realidade regional; b) a formação de profissionais orientados para um tipo de ação que pode ser inadequada para o seu contexto de atuação; c) a difusão de elementos da indústria da construção civil.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA**

Com base no que foi apresentado até aqui sobre o contexto de várzea amazônico, e sobre o recorte que a cidade de Afuá representa, foram identificadas duas matrizes de modo de vida que se relacionam com bases de conhecimento distintas. A primeira é a matriz

tradicional ribeirinha complexa e miscigenada resultado de séculos de adaptação dentro do bioma regional e conectada a ele; a segunda é oriunda do pensamento ocidental eurocêntrico que se reproduz através do paradigma da ciência e da universalização, de viés hegemônico. É importante destacar que ambas têm dentro de seu universo variantes, contudo que estão fora do escopo do trabalho, com foco na relação entre as duas matrizes, suas contradições, complementaridades e as transformações do espaço dentro e a partir dessa relação, uma vez que aspectos não físicos impactam no espaço de variadas formas.

Essa outra matriz, que é intimamente ligada à natureza, ao movimento dos rios, ao modo de vida e subsistência em ligação íntima com a terra e os recursos naturais, tem correspondências com os princípios do Bem Viver, filosofia que assume a vigência dos Direitos Humanos (políticos, sociais, culturais e econômicos) e dos Direitos à Natureza, diverge da visão universal de progresso, desenvolvimento e produtivismo, que perseguem a meta do crescimento econômico (em detrimento do social e cultural), e busca a construção coletiva de novas formas de vida (ACOSTA, 2014).

No espaço da vida cotidiana da várzea, o modo de vida tradicional ribeirinho e os princípios do Bem Viver resistem e por vezes invertem a lógica hegemônica. É importante destacar que abordar o espaço a partir desse viés não é um convite ao passado e nem a reificação de um só modo de vida, renegando a tecnologia e o saber moderno, mas um convite a repensar o espaço a partir de um viés sociobiocêntrico, ainda pouco explorado pela prática do planejamento urbano. Nas palavras do autor:

“O Bem Viver, em suma, propõe uma visão de mundo diferente da ocidental ao surgir de raízes comunitárias não capitalistas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo como civilização dominante como com os diversos socialismos realmente existentes até agora, que deveriam repensar-se a partir de posições sociobiocêntricas que não se resolverão simplesmente mudando nomenclaturas. Não vamos esquecer que socialistas e capitalistas de todos os tipos entraram em confronto no ringue em nome do desenvolvimento e do progresso.” (ACOSTA, 2014, P.38)<sup>16</sup>

Por esse motivo, esta pesquisa buscou uma metodologia baseada na prática, não limitada pela visão de pesquisa tradicional, “aquela feita dentro dos cânones metodológicos usuais de feição empirista e positivista” (DEMO, p. 231, 1989) da qual se extrai apenas o que cabe ao método. Optou-se pela orientação metodológica da cartografia da ação, que busca refletir sobre microconjunturas e suas manifestações no espaço, que ao mesmo tempo reconheçam o múltiplo e o mutável procurando desenhar sistemas e estruturas originadas nas práticas sociais (RIBEIRO, ET AL., 1986; DEMO, 1989) em face à necessidade de “valorização da ação e o reconhecimento tentativo e sintomático, das referências culturais que orientam, atualmente, movimentos e resistências sociais na América Latina<sup>17</sup>” (RIBEIRO ET AL, pág. 35,

---

<sup>16</sup> Traduzido pela autora.

<sup>17</sup> Esse pensamento se alinha aos dos autores presentes na literatura utilizada para a construção desse trabalho, do

1986); desse modo a “leitura de resistências à opressão e a exclusão impõe o mapeamento analítico de práticas diárias e das táticas de sobrevivência que têm permitido a afirmação de identidades sociais até recentemente ocultas pelos projetos políticos” (RIBEIRO ET AL, pág. 35, 1986).

A cartografia da ação contribui desse modo, para o reconhecimento das relações complexas entre sociedade, Estado e território, em seus vínculos com a urbanidade. Possibilitando novos olhares e formas de representação no espaço da sociedade e do território no contexto urbano que “possibilitem novas formas de experiências e novos formatos para pensar o desenvolvimento social” (SILVA ET AL., 2011).

Desse modo buscou-se entender o espaço, fazer entrevistas, produzir croquis e esquemas que pudessem exprimir as relações sociais, e dessas com o espaço, já que este não é alheio à disputa de significados e sentidos da experiência social, com seu modo de vida e sua complexidade. Foram realizadas atividades que pudessem revelar demandas da e pela população – um autodiagnostico – aliando teoria e prática, de forma que os resultados voltassem à população e fossem utilizados para reflexão e busca de resoluções de problemas a partir das suas próprias demandas e resoluções (DEMO, 1989; RIBEIRO ET AL., 1986)

As pesquisas de campo que contribuíram com os resultados desta pesquisa foram realizadas em dois momentos diferentes; a primeira durou 10 dias, realizada em novembro de 2016, e a segunda durou 6 dias, realizada em janeiro de 2018.

Na primeira pesquisa de campo, foram (a) colhidos dados e realizadas entrevistas na Secretaria de Infraestrutura junto aos profissionais da área, que são servidores concursados pela prefeitura; (b) na Secretaria de Meio Ambiente e (c) na Secretaria de Saúde do município de Afuá. Além das entrevistas com os profissionais e técnicos da Prefeitura, realizei (d) 46 entrevistas – das quais seis foram incompletas – com pessoas que vivem fora da cidade, em localidades próximas. Nessa oportunidade consegui entrevistas com os ribeirinhos do interior e com crianças.

Optei por trabalhar com trechos de entrevistas que sintetizavam as mensagens principais do entrevistado, omitindo os nomes dos entrevistados, para evitar exposição dessas pessoas, por ocasião da devolução do trabalho à comunidade, visto que em Afuá “todo mundo se conhece”. Esperava-se que as entrevistas se constituíssem em oportunidades para as pessoas falarem sobre as suas demandas e desejos para a cidade, o que aconteceu na maior parte das entrevistas. O afuaense é muito hospitaleiro, e os assuntos perguntados serviam de ponto de partida para novos assuntos, e assim, sem muita intervenção de minha

---

movimento decolonial latino americano e da colonialidade do saber como Walter Mignolo, Boaventura de Sousa Santos, Arturo Escobar e Alberto Acosta que contribuíram para a construção de um pensamento latino americano, centralização do contexto local e valorização de práticas e racionalidades instrumentais como o bem-viver, a partir da manifestação de formas específicas de lidar com a produção do espaço, se relacionar com a economia e a terra, e de se socializar.

parte, eles puderam falar livremente sobre o que desejassem, sem esperar qualquer aprovação de minha parte, embora por vezes ficassem inseguros e desconfiados.

As entrevistas seguiram a estrutura expressa no quadro 1, complementadas pelas inúmeras conversas informais, que não seguiram uma estrutura de entrevista rígida e por um diário de campo com anotações feitas a partir de observações do que eu presenciei ao longo da viagem de campo.

| Orientação das Entrevistas                       |
|--------------------------------------------------|
| Nome:                                            |
| Idade:                                           |
| Origem:                                          |
| Gosta de Afuá?                                   |
| Qual atividade exerce em Afuá?                   |
| Anda de bicicleta?                               |
| Possui uma bicicleta?                            |
| Toma banho de rio?                               |
| Possui barco?                                    |
| Come peixe, camarão ou toma açai frequentemente? |
| Frequenta as praças da cidade?                   |
| O que faz para se divertir?                      |
| Planta alguma coisa?                             |
| Sai frequentemente de Afuá? Se sim, para onde?   |
| Na época da cheia, a casa enche?                 |
| Prefere alvenaria ou madeira?                    |

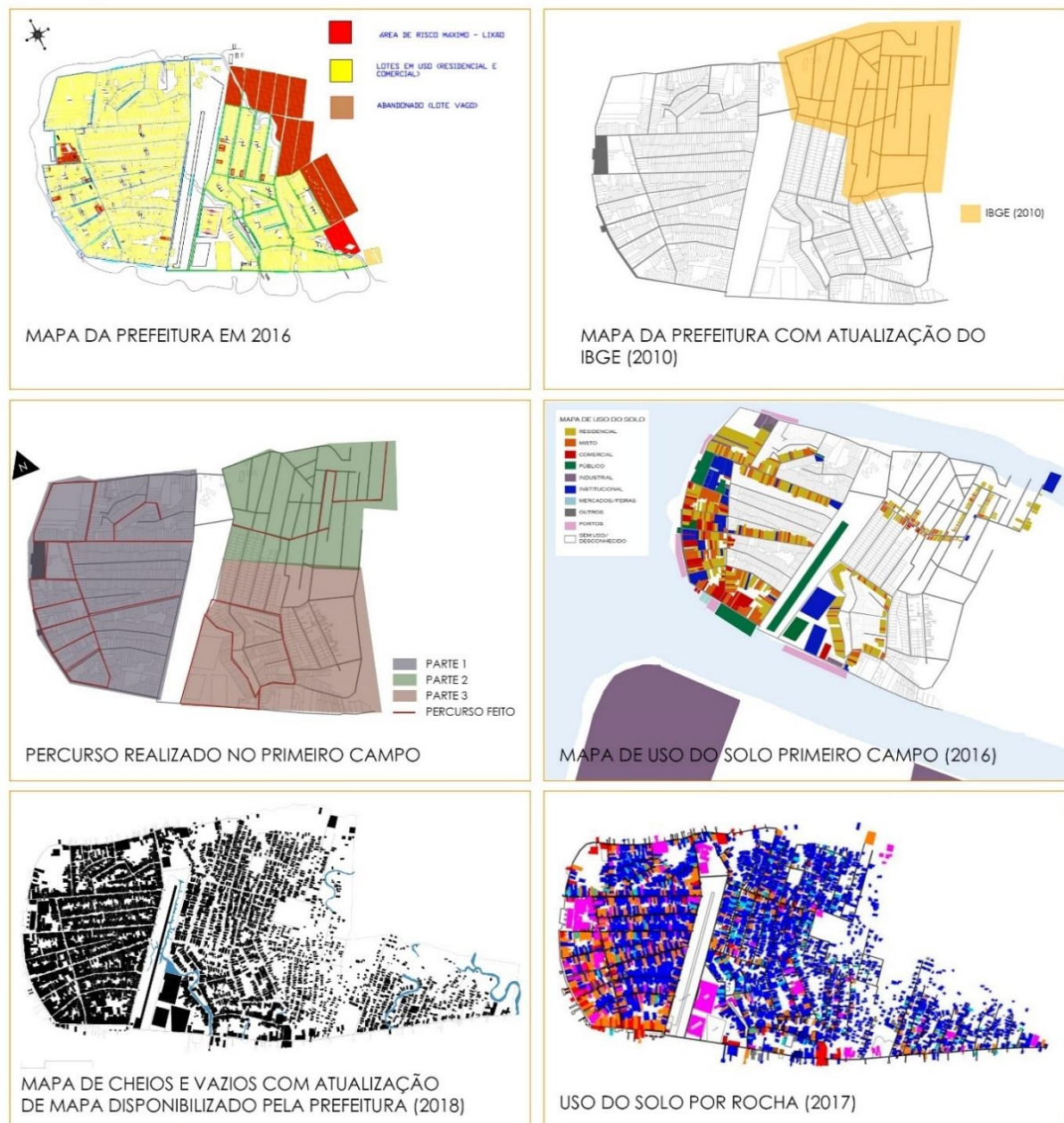
Quadro 1 - Estrutura das entrevistas. Elaboração: autora.

Observei uma grande carência de informações sobre o espaço da cidade por ocasião do primeiro campo, (a) os dados censitários e estatísticos a respeito do contexto local específico pareciam organizados de modo inadequado, o que pode ser devido às mudanças ocorridas desde o Censo de 2010, ou seja, os dados estavam desatualizados; foram coletados paralelamente à implantação do Parque Estadual do Charapucu, não exprimindo toda a transformação que a criação do Parque causou no município<sup>18</sup>; (b) as informações encontradas na Prefeitura eram relativamente mais atualizadas em documentos oficiais do Governo do Estado (PARÁ, 2011; 2015), mas o corpo técnico reduzido, não compreendeu a necessidade de levantamentos e de atenção para com as transformações territoriais que aconteciam por toda a extensão do município; por último (c) as informações sobre o espaço eram muito desatualizadas, mesmo as imagens de satélite do Google Earth mais recentes datavam de 2001; as imagens de satélite do geocatálogo do Ministério do Meio Ambiente não tinham resolução compatível com a escala da sede municipal; o mapa de 2010 do IBGE apresentava os mesmos problemas dos dados censitários e estatísticos; a planta da cidade

<sup>18</sup> Por esse motivo, cruzou-se esses dados com dados do Ministério do trabalho, do Meio Ambiente, do Tesouro Nacional, do Incra, do Desenvolvimento Social e da Integração Nacional, além de outros trabalhos acadêmicos realizados paralelamente ao meu (Rocha, 2017 e Mesquita, 2017).

disponibilizada pela prefeitura era tão desatualizado que ainda não havia incorporado o mapa dos setores censitários do IBGE, embora já se passassem seis anos, desde o Censo.

Por isso, foi necessário fazer um levantamento fotográfico das fachadas e do uso do solo, possibilitando a complementação da cartografia com o propósito de ampliar os dados para análise do espaço, e associar ao reconhecimento da área da cidade às entrevistas. Para realização do primeiro campo, foi utilizado o mapa disponível do IBGE (2010), dividido em 3 partes e explorado em derivas (rotas não programadas) realizadas a partir da ajuda de moradores locais, motoristas de bicitáxi e moradores dos dois bairros. No segundo campo, o levantamento realizado por Rocha (2017) foi disponibilizado pela prefeitura; esse levantamento atualizou toda a extensão da sede municipal para viabilizar a pesquisa de mestrado da autora (ver quadro 2).



Quadro 2 - Mapas disponíveis em diferentes momentos da pesquisa e comparativo com os mapas de uso do solo disponível na prefeitura em 2016. Fonte: Prefeitura (2006); IBGE (2010); Rocha (2017). Elaboração: Autora, 2018.

O quadro 2, mostra um comparativo entre todos os mapas e levanta uma importante questão a respeito de atualização de dados da prefeitura. Em 2016, a prefeitura ainda não havia atualizado seus mapas de modo a incorporar a definição de setores censitários do IBGE (2010), quando ela própria deveria solicitar ao IBGE a subdivisão de setores que melhor atendesse suas necessidades de planejamento. A tarefa não era impossível, pois apesar dos 10 dias de levantamento disponíveis no primeiro campo, foi possível levantar e atualizar os usos como demonstrado no quadro 2 de partes da cidade, segundo as derivas selecionadas. O acesso posterior aos mapas produzidos por Rocha (2017), fruto de quatro meses de levantamento na cidade, tanto da malha, quanto do uso do solo permitiu a conclusão da cartografia para esta pesquisa à distância.

Todavia, segundo informações obtidas na prefeitura a equipe técnica contratada para a área de arquitetura e urbanismo e engenharia (arquiteto urbanista e engenheiro)) começou a ser formada em 2011, e até aquele momento, não os profissionais contratados não tinham priorizado uma atualização dos cadastros e dos mapas de uso do solo. O trabalho de levantamento que foi iniciado pela prefeitura em 2016, contava com uma só categoria para os usos residencial e comercial - sem quaisquer outras análises ou adaptações que poderiam contribuir para melhor codificar os processos em curso na cidade. Isso demonstra falta de atenção e sensibilidade em relação aos instrumentos que poderiam contribuir para a análise e monitoramento do espaço da sede municipal e subsidiar um possível plano diretor - cuja revisão está atrasada - ou falta de compromisso com o registro adequado do padrão de ocupação da sede municipal e do município (localidades, vilas e comunidades ribeirinhas).

A documentação fotográfica realizada em paralelo aos levantamentos possibilitou o entendimento das diferenças entre as condições de ocupação nos dois bairros da cidade, e a recomposição das faces de quadras que foram objeto de meu levantamento do uso do solo; dessa forma pude identificar as mudanças na paisagem, principalmente das quadras mais próximas da frente da cidade e ao rio Afuá, a porta de entrada da cidade.

A segunda pesquisa de campo teve como objetivo o contato com moradores dos dois bairros separadamente, para realização de atividades que os convidavam a pensar a cidade. Por ser época de férias escolares também foram feitas atividades com as crianças. Buscou-se com essas atividades ouvir as demandas da população em grupo, já que as entrevistas eram aplicadas individualmente (em sua maioria) e instigar o imaginário que tinham sobre cidades. As atividades consistiram em três momentos: 1º) Identificar aspectos positivos e negativos da cidade de Afuá; 2º) Identificar os espaços de afeto; e 3º) Identificar as demandas para a cidade através da atividade igarapé dos desejos<sup>19</sup>. Foi possível, então, identificar seus espaços afetivos, explorar o imaginário sobre cidades e entender e construir demandas conjuntamente.

A pesquisa de campo foi complementada por pesquisas em diferentes mídias, artigos e literatura sobre a cidade de Afuá<sup>20</sup>, a análise e consolidação dessas informações segue os objetivos de cada capítulo desta dissertação; as entrevistas foram divididas em temas escolhidos principalmente quanto às questões levantadas pelos moradores, e conforme o

---

<sup>19</sup> A atividade é denominada Poema dos Desejos, criada por Sanoff (1995; 2001) baseada na abordagem de construção de demandas, utilizado primeiramente com estudantes, professores e pais para investigar quais as demandas que eles apresentavam em relação a sua escola. Entretanto, essa metodologia pode ser utilizada em diversas situações para compreender demandas e desejos dos usuários. Consiste em apresentar uma frase e deixar que de forma livre as pessoas a completem, nesse caso, modifiquei o nome para "igarapé dos desejos", visto que o igarapé é um elemento do cotidiano daquelas pessoas. Outras aplicações dessa metodologia podem ser vistas em Ferreira e Ferreira (2014) e Machado et al. (2011)

<sup>20</sup> Ver Almeida (2008), Mesquita (2016; 2017), Corrêa e Medeiros (2015); Dias e Silva (2011); Lomba e Nobre-Júnior (2013); Neves e Miranda (2013; 2014); Simões (2014), Rocha (2017).

número de repetições durante as entrevistas, o que resultou em cinco grupos: (a) a questão fundiária, (b) economia e solidariedade, (c) educação formal e desemprego, (d) espaço urbano e afetividade, (e) relação com o rio e contradições.

Com este percurso metodológico, esta pesquisa procurou dar visibilidade para um espaço diverso e resiliente, por vias diversas às fórmulas pré-estabelecidas (dos parâmetros e métricas consagrados), que o rotulam como informal ou inadequado, por não conseguirem enquadrá-lo dentro de seu arcabouço.

## OS LIMITES E DESAFIOS DO PLANEJAMENTO EM AFUÁ

A figura 5 abaixo, resume alguns dados (IBGE, 2010; IBGE, 2017) que fomentam a discussão da visão nacional sobre a cidade de Afuá e a verificação de algumas inadequações e contradições, que por sua vez, lançam luz sobre a dificuldade de compreensão do espaço de várzea amazônica a partir da ótica nacional definida, principalmente, a partir da região Sudeste, para destacar algumas questões.

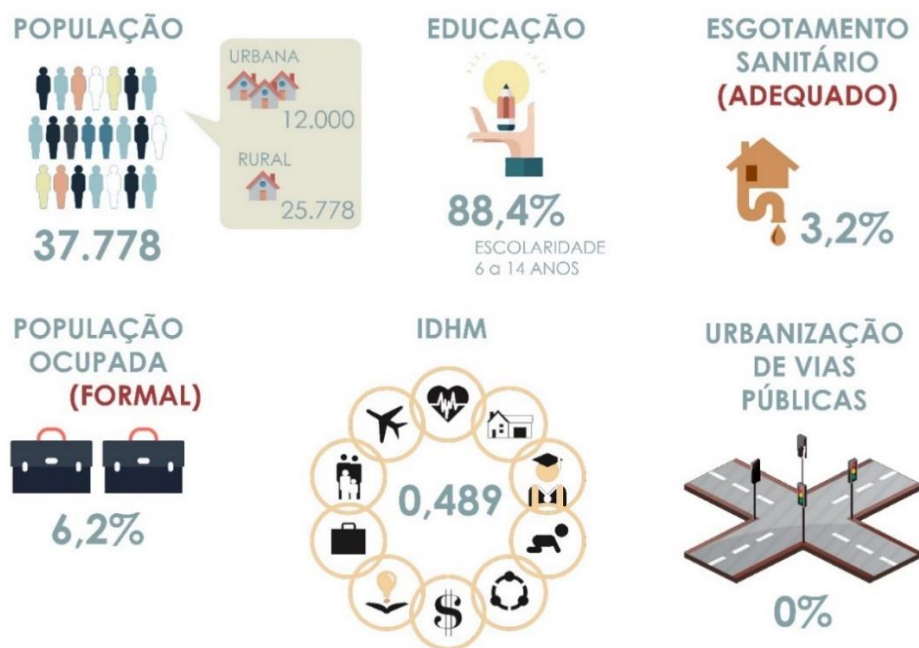


Figura 5 - Dados do IBGE (2010) para Afuá a partir de uma visão de fora. Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Autora, 2017

Embora 88,4% da população seja escolarizada apenas 6,2% é formalmente ocupada, ou seja, possuem um vínculo empregatício, o restante da população seria desempregada/desocupada, visto que a atividade extrativista não é enquadrada como trabalho formal, apesar de ser atividade típica da região.

A educação formal, prepara a população para um mercado de trabalho formal, mas o da metrópole, vinculada a uma visão moderno-industrial, sem preparar e conscientizar a população sobre atividades ou profissões relacionadas à própria identidade varzeira. Com uma educação incompleta, essa população fica sujeita a se transformar em mão de obra

desqualificada no ambiente urbano, ao mesmo tempo em que se torna despreparada para assumir as demandas inerentes da identidade ribeirinha.

As vias públicas tal como podem existir em Afuá nem são consideradas válidas, com um índice oficial de 0% para urbanização. Os mapas e fotos já apresentados ao longo desta pesquisa, permitem entender que esta ótica de avaliação não é nem um pouco adequada à várzea ribeirinha, visto que além de existirem vias públicas, 100% dos domicílios entrevistados possuem pelo menos uma bicicleta, nesse sentido todas as famílias têm acesso a pelo menos uma unidade do meio de transporte utilizado na cidade.

A própria definição de adequação ao esgotamento sanitário é contraditória, visto que o que é adequado são os domicílios que possuem fossas. A cidade está sob a influência das águas, e nas várzeas o uso de fossas é inadequado, já que, segundo Silva et al. (2017) as fossas devem ser feitas distantes de áreas alagáveis e de cursos d'água. Em Afuá, toda a extensão da cidade está sob influência das cheias e vazantes, o que faz com que esse sistema de coleta de esgoto seja inadequado. Embora alguns sistemas de baixo impacto ambiental existam (LENGEN, 2009), são pouco difundidos pois não fazem parte da produção industrial, e dependeriam mais de tecnologia social, como as fossas ecológicas ou banheiros secos, considerados não lucrativos para a indústria da construção civil<sup>21</sup>.

O IDHM, é um dos exemplos que merece destaque - ver figura 6 - porque ao mesmo tempo que mede longevidade e educação, duas variáveis que bem avaliadas em Afuá, avaliam a renda, que em grande parte do município é baixa, dada a natureza da atividade ribeirinha, que prioriza a coleta, a troca e a reciprocidade, e quando é o caso opera a renda sob perspectiva familiar e coletiva, ao invés da perspectiva individual ou *per capita*. Além dessa inadequação, a atividade extrativa não está, como já foi identificado, no rol de atividades formais, podendo invisibilizar os ganhos de parte da população, ver quadro 4. Curiosamente a imagem que acompanha a descrição de "o que é IDH" no site oficial do PNUD, apresenta a imagem da palafita, clássica, em área de várzea ribeirinha, explicitando essa contradição.

---

<sup>21</sup> Para o caso de Afuá que depende em grande parte do Fundo de Participação do Município para provisão de serviços básicos municipais, alternativas autoconstruídas, baratas e sustentáveis, parecem ser a saída adequada à população e poder público.

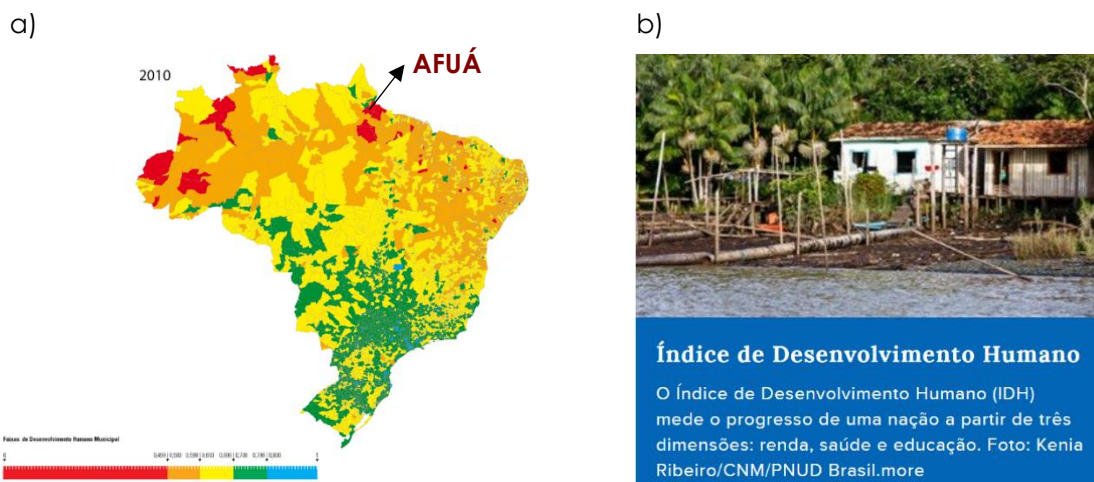


Figura 6 - a) Mapa do IDH do Brasil (2010); b) Definição do IDH e sua imagem: uma típica palafita ribeirinha. Fonte: br.undp.org, 2018. Acesso em 7/9/2018. Elaboração: Autora, 2018

Esses números e categorias que por si só já são contraditórios, são utilizados para medir Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Índice de Bem Estar Urbano, além de diversos outros índices que dão suporte a outros índices que medem a nossa pobreza, falta de água, falta de esgotamento sanitário, e grande quantidade de carências, mas que efetivamente não contribuem com as melhorias dentro do município e nem dentro do espaço urbano. Índices extremamente baixos contribuem para a baixa autoestima da população, que passa a considerar que os benefícios para o município são empregos formais, educação formal; que por sua vez geram assimetrias e contribuem para a ruptura de um modo de vida secular e do conhecimento sobre a floresta e o rio, destacando-se que este último poderia ser benéfico para repactuar a economia e a biodiversidade da floresta amazônica, sua maior riqueza.

A visão de carência, é justamente a visão que vai permitir que o discurso desenvolvimentista se estabeleça na região. Embora as carências sejam muito similares às carências que se experimentam na maioria das cidades brasileiras, como a falta de saneamento e acesso à água, as soluções que são propostas são portadoras de impactos não reconhecidos. Não se pretende com esse raciocínio, diminuir os problemas que a cidade enfrenta, pretende-se aqui demonstrar que Afuá tem plena capacidade para junto a população criar soluções próprias, mais adequadas ao contexto da várzea e expor o caráter equivocado da ótica nacional centralizada, que se manifesta em políticas públicas desarticuladas do contexto regional/local.

Desde 2001 quando o Estatuto da Cidade definiu a necessidade de planos diretores para municípios com mais de 20.000 habitantes, Afuá já havia batido a marca e poderia formular seu próprio plano diretor. No Brasil inteiro ocorreu uma movimentação para a aprovação e instituição dos planos diretores. Na região amazônica os desafios iam desde a falta de cartografias ao desconhecimento da importância do documento, além da extensão

da região e a dificuldade de mobilidade intra-regional (CARDOSO E CARVALHO, 2007). Embora a necessidade de formular os planos tenham sido uma oportunidade para avançar na compreensão nas dinâmicas socioespaciais verificadas nas cidades e municípios da região, os desafios acima descritos ainda estão presentes nas instituições públicas locais.

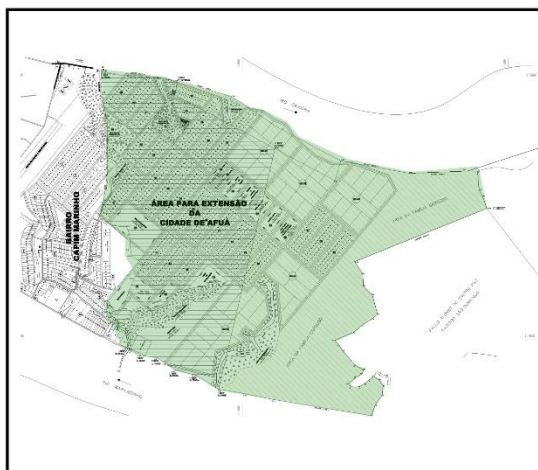
O plano diretor de Afuá foi instituído ao final de 2006, seguindo um pacote de planos desenvolvidos por consultorias contratadas pelo Governo do Estado, em conformidade com a exigência da Campanha dos Planos Diretores Participativos de aprovação de seus planos diretores até o final de outubro de 2006 (CARDOSO E CARVALHO, 2007). Afuá utiliza esse plano diretor, elaborado de maneira genérica, com mapas desatualizados – seus mapas representam ainda uma Afuá de 2006 – funcionando com mero instrumento burocrático.

As recomendações que oferecem são poucas e gerais, e a área de expansão recomendada, quando do crescimento da cidade, não foi seguida. Identifica-se, portanto que o plano diretor municipal é oficialmente implementado, porém não utilizado para implantações de políticas, recomendações e diretrizes, orientação da ação de agentes e outras atribuições do planejamento urbano municipal.

Em um de seus artigos, prevê a criação de uma lei complementar de uso do solo a ser aprovada em prazo máximo de um após a aprovação do plano diretor, mas que nunca foi produzida. Pode-se, ainda, identificar outras inadequações dentro do texto do plano diretor como por exemplo a qualificação de corredores de transporte coletivo, desenvolvimento de um sistema ciclovário, e assim por diante (PREFEITURA, 2006).

Entretanto, duas inadequações me chamaram atenção por serem muito contraditórias com o lugar, o desrespeito a condição do rio de elemento estruturante da paisagem/uso do solo local, e o projeto da área de expansão recomendado pelo plano diretor. A primeira diz respeito à aplicação das Áreas de Proteção Permanente na margem do rio, visto que a cidade é centenária e inteiramente localiza na beira do rio, além de a do uso da beira do rio para fins coletivos e de habitação ser uma marca da cultura ribeirinha, área que necessita de regulamentação de uso e ocupação do solo, para realizar suas funções ambientais e sociais, associadas a espaços públicos, como acontece com a área do Bom Remédio, no Capim Marinho (ver figura 24). A segunda situação foi a falta de previsão de espaços públicos nas imediações dos equipamentos propostos. Observe-se na figura 7: a) as diferenças entre a área de expansão e a área atual, b) as APP propostas e c) a falta de espaços públicos na proposição de equipamentos urbanos para a área de expansão.

Projeto da Área de Expansão



Área Ocupada Espontaneamente



Projeto da Área de Expansão e Divisões

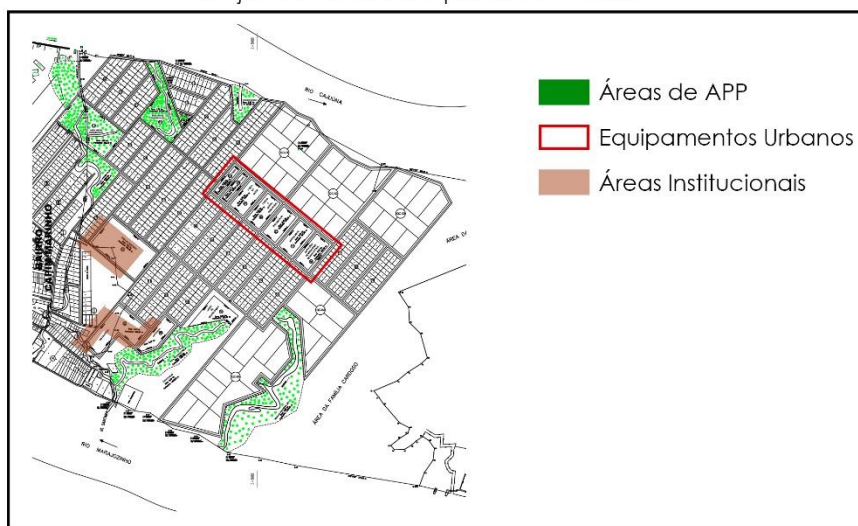


Figura 7 - Imagens do Projeto para a área de expansão, área ocupada espontaneamente e indicação das APPs.  
Fontes: Prefeitura, 2006; Prefeitura, 2017. Elaboração: Autora, 2018.

Dito isso, percebe-se que os dois principais traços da identidade do povo de Afuá – a estruturação do espaço pelo rio, e a sociabilidade –, não foram levados em consideração na formulação desse instrumento. Segundo o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o plano diretor deveria ser revisado no prazo de dez anos, no entanto até a realização da segunda pesquisa de campo, em janeiro de 2018, o novo plano diretor ainda estava em revisão.

Além do plano diretor, o município teve que aceitar a implantação de um Parque Estadual na área do Charapucu. Muitas famílias deixaram a área pois sua característica preservacionista prevê a área dentro da categoria de preservação integral, que segundo a SEMAS/PA (PARÁ, 2010) atende critérios estabelecidos pela UNESCO. Mais uma vez percebe-se o distanciamento determinado por políticas públicas inadequadas, visto que parte dessas famílias mudaram para outros pontos, dentre eles o núcleo urbano de Afuá, que se expandiu muito, gerando um desequilíbrio no relacionamento que costumava existir entre as famílias e

a natureza; contribuindo para a taxa de desemprego no núcleo urbano do município, ver figuras 11 e 12, que demonstram o crescimento das cidades, o perímetro de implantação do Parque e a formação de vilas ao redor do perímetro.

Segundo informações da Secretaria de Infraestrutura, é comum que os técnicos das diferentes esferas de poder não conversem, foi o caso na ocasião da implantação do Parque Estadual, quando os técnicos que demarcaram o seu perímetro não procuraram a equipe da prefeitura, caracterizando ação impositiva do Estado à Prefeitura de Afuá<sup>22</sup>. Outro caso foi a ação da Funasa (a partir de 2008) e a implantação do Programa de Saneamento em Municípios com População Total até 50.000 Habitantes, que segundo as mesmas fontes, utilizou imagens de satélite muito antigas (Google Mapas de 2001) para a ampliação do abastecimento de água prevista pelo programa; a equipe reclama que naquele momento o desenho da ampliação do abastecimento de água já era desatualizado. Discute-se, porém, a falta de interesse da equipe da prefeitura na atualização dos mapas e na disponibilização destes aos órgãos competentes, visto que tais programas são solicitados pela própria prefeitura. A falta de diálogo técnico (característica observada dentro das próprias instituições de ensino) e querelas partidárias marcam os limites e desafios do planejamento urbano em Afuá.

Uma das experiências me chamou atenção em Afuá, foi a ação da vigilância sanitária, que juntamente com projeto de pesquisa de um dos funcionários da equipe, mais ações de educação junto à população dos dois bairros, possibilitou a redução do índice de doenças referentes à água contaminada. Nesse sentido, ações de planejamento estratégicas e participativas podem ser úteis e servir de referência a todos os setores públicos da cidade, incluindo a Secretaria de Infraestrutura que tem observado pouca participação da população nas audiências públicas. Segundo algumas entrevistas, apresentadas no capítulo 4, a distância entre as ações de gestão e as demandas indica que por muito tempo a população se sentiu abandonada e por esse motivo tornou-se apática às práticas políticas.

É extremamente importante que novas estratégias sejam traçadas para que a população possa participar das decisões que envolvam a cidade e os espaços públicos, assim como possam propor e estabelecer demandas, aproximando corpo técnico e população com o objetivo de realizar ações mais integradas e superar a ruptura causada pelo “tecnicismo”. O conhecimento da racionalidade do modo de vida local poderia apoiar o desenvolvimento de soluções intensivas em pessoas e não em obras, que efetivamente contribuíssem para a melhoria das condições de vida na cidade.

Identifica-se, portanto, que as estratégias de ação da gestão e de políticas públicas mal desenhadas, sem o entendimento do contexto, do bioma, dos modos de vida, formas de

---

<sup>22</sup> É possível que tenha existido algum tipo de cabo de guerra e disputa de poder partidária, que contribuiu com a não comunicação entre as esferas de gestão do poder público.

apropriação, que buscam a implementação de melhorias e de acesso universal de sistemas formais sobre educação, economia, saúde e meio ambiente, ampliam o risco de exclusão de parte da população e fomentam confusão a partir do que se reconhece como sua própria identidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO**

Ainda que os indicadores nacionais expressem uma avaliação negativa do município de Afuá, a operacionalização do saber científico e técnico como paradigma dominante também no campo da arquitetura e do urbanismo, apresenta evidências de que ainda existe uma correlação de forças no território (município e cidade), com componentes vinculados à diferentes racionalidades econômicas, modos de vida e visões de mundo. A visão dos profissionais liberais, comerciantes ou gestores públicos, em alguma medida é mais articulada com elementos externos (a arrecadação tributária, a generalização das políticas, a possibilidade do lucro fácil e rápido), e tem dificuldade de acessar uma compreensão global dos impactos dos processos que desencadeia, no contexto local.

Além da articulação com elementos externos de uma da população que faz parte do segmento mais privilegiado da população em Afuá, o diálogo entre as esferas de poder se encontra dificultada em razão de imbrólios político-partidários, da incompreensão da realidade de Afuá, que segundo a leitura dos dados do IBGE demonstra uma situação de carência que não retrata de modo acurado a situação da população, embora carências tenham sido notadas, a realidade pode conter sinais mais otimistas que os indicadores oficiais. No entanto a falta de diálogo e a incompreensão da realidade dificulta a resolução dos problemas relacionados a cidade, agravando essas carências e promovendo ações de caráter mais adaptado do que adequado à realidade.

Os problemas urbanos são típicos, semelhantes aos observados em outros contextos - carência de solução de saneamento, expansão urbana não planejada, insuficiência de serviços, etc. - contudo, as soluções oferecidas demonstram que não existe compreensão da realidade local, nem interesse para o desenvolvimento de soluções comprometidas com o fortalecimento de tudo aquilo que já funciona bem no lugar. Contrariamente ocorre omissão, e incapacidade de investigação sobre os passivos que estão sendo acumulados com o uso de novos materiais, com a obstrução do fluxo das águas sob as lajes ou a obstrução do ar entre as casas.

Observa-se que a formação profissional e a agenda de pesquisa unilateral favorecem uma conversão econômica, tecnológica, cultural e socioambiental, que é recompensada com o aumento de investimentos na medida em que alcança estágios mais avançados (dessa conversão). Isso condena Afuá a uma condição de não-lugar, algo invisível, que sofre pressões externas a partir de diversas frentes para negar sua essência e identidade, e

principalmente, abdicar de sua história. Afuá dificilmente alcançará um lugar de prestígio a partir do viés exógeno, sua única chance é tornar-se seu próprio centro, assumir suas vocações e manter a criatividade para solucionar os problemas decorrentes de sua condição periférica.

## **CAPÍTULO 2: A IDEIA EM EFEITO DOMINÓ - A IDEOLOGIA DA CIDADE ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DA COLONIALIDADE, MANIFESTAÇÕES E DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO RIBEIRINHO AMAZÔNICO**

### **COLONIZAÇÃO E GÊNESE DO POVO CABOCLO-RIBEIRINHO**

É de extrema importância que se entenda que a origem dos conflitos entre visões de mundo não só no nosso país e região, mas em todo o Sul Global é histórica. A conformação do espaço é impregnada essas heranças. O espaço, portanto, é amalgamado a partir de camadas, e o espaço nos países do Sul Global - que por vezes são chamados subdesenvolvidos<sup>23</sup> - vão se caracterizar por suas paisagens derivadas (SORRE, 1961), ou seja, resultantes da migração e da conservação dos traços físicos e costumes do local de origem que os migrantes trazem consigo: cultura, modo de vida e reprodução não só da paisagem, mas de discursos relacionados às suas trajetórias. Essa transculturação<sup>24</sup> (SEGRE, 1988), vai ser responsável pelas numerosas manifestações no espaço e na paisagem dos resultados dessa interação, constituindo uma diversidade criada a partir do empreendimento colonial.

Inspirado por Sorre (1961), Milton Santos (2013) reconhece a especificidade do espaço no "Terceiro Mundo" e seu caráter relacional e não comparativo em relação aos espaços de países industriais ou desenvolvidos, mas como continuum desses espaços, reconhecendo que os processos tem diferenças qualitativas em cada um deles (desenvolvido/subdesenvolvido), essas especificidades vão se manifestar através de oito características: aberto, derivado, incompletamente organizado, descontínuo, não integrado, instável diferenciado e seletivo. O autor conclui que os processos vão se estabelecer nesses espaços a partir dessas características de modo que (a) se organizam em relação a interesses externos, ou seja, podem se organizar por necessidades exógenas, depender ou importar parâmetros e emprestar sistemas representativos de espaços distantes; (b) constituem-se como enclaves na questão do acesso e consequentes diferenças de modernização e desenvolvimento; (c) se apresentam como espaços prontos a se tornarem economicamente úteis – a partir de um olhar exógeno portanto, se constituem como se fossem inúteis enquanto não estão ligados ao circuito superior por algum tipo de atividade produtiva aparente - ou seja, passam a impressão de estarem prontos a serem conquistados e se constituem como fronteira.

Destaca-se a característica da fronteira por se constituir um espaço não plenamente estruturado, alvo de (a) ações concretas como investimentos em nome da modernização, do desenvolvimento, da produção/produtividade e que geralmente têm origem nos interesses

---

<sup>23</sup> Tanto a expressão subdesenvolvido" quanto a antiga expressão "terceiro mundo" situam os países do Sul Global em uma condição de alcance de um desenvolvimento ou de um lugar no primeiro mundo, uma sensação falsa, no que diz respeito aos caminhos econômicos, políticos históricos pelos quais passaram os países do Norte Global (LIMONAD, 2013).

<sup>24</sup> Entendida como interação entre diversas culturas, não somente em termos de origem de populações, mas seu modo de viver, construir e se realizar econômica e politicamente

externos àquele espaço, (b) aberto à permeabilidade de discursos que exprimem ideias de processamento do espaço que podem ter um discurso ideológico por trás.

As dinâmicas desses espaços, aparentemente invisíveis, existem e são tomados como alvo para manifestação não somente de expansão de fronteiras agropecuárias, industriais, ou de recursos minerários, mas da fronteira urbana<sup>25</sup>, da indústria da construção civil e da máquina urbana, isto é, da construção de cidades.

O imaginário sobre cidades, sobre a oferta de oportunidades dentro desse espaço, e a hierarquia que se criou entre cidade e campo, que confere à cidade um certo status nessa dicotomia, sujeita a inúmeros matizes, atua na transformação do espaço, e mais especificamente para esse trabalho, do espaço tradicional ribeirinho amazônico. Pretende-se aqui recuperar uma trajetória desde o momento da colonização quando aconteceu a gênese da população tradicional ribeirinha (primeira noção de fronteira a ser conquistada). Pelo seu caráter determinante sobre a estruturação do espaço contemporâneo. Muitas crenças foram forjadas durante a colonização portuguesa a respeito da população indígena, de seus descendentes e sobre as paisagens que se constituíram a partir desse encontro entre mundos, e como esses encontros continuam a acontecer e se metamorfosear em relações de poder e na transformação do espaço. Primeiro através de um discurso colonial estrito e direto – natural da época - mas depois através de discursos político-econômicos de “programas de combate à miséria” ou difusão de “ajuda”, de “ampliação do consumo”, de “necessidade” de novas tecnologias exógenas, e de acesso à uma determinada posição no cenário global (RIBEIRO, 1995; ESCOBAR, 2014; LIMONAD, 2013).

Muitas foram as estratégias à serviço da colonização para controle de territórios, a deculturação generalizada dos nativos, baseada na destruição da base da vida social, na desvalorização de modos de vida, na supervalorização da moral e da noção de prosperidade cristã-burguesa que seduzia cada nova geração à “nova aventura” de tornar-se mão-de-obra para o empreendimento colonial (RIBEIRO, 1995; SEGRE, 1988; 1991). Algumas delas serão revisitadas já que constantemente protagonizam ao longo da história dos países do sul global um papel importante para a manutenção desses países em cenário de dependência.

O resultado do encontro das duas visões de mundo forjou uma população cujos hábitos foram inferiorizados pela falta de compreensão de como aquela população vivia, a partir da lógica produtiva do europeu: “[...] eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestatia. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis

---

<sup>25</sup> Hoje o urbano extrapolou (ou explodiu) o espaço da cidade, Brenner (2014) inquieta-se com a crise da teoria do urbano e reivindica uma teoria geral, a partir do extrapolamento do urbano como ideia, abstração, característica do espaço, cultura urbana, industrialização, aspectos de consumo, e etc. Segundo o autor, o urbano está por toda parte, e há uma dificuldade de teorização. E justamente pelo fato de ele ter se expandido (a partir da busca de novas fronteiras pelo capital) novas realidades surgem o tempo todo e dificultam a unidade em uma teoria urbana.

vidas fartas, como se nesse mundo só lhes coubesse viver." (RIBEIRO, 1995, p. 45). Esta ideia persistiu através do tempo e ainda assombra, não só os povos indígenas, mas populações tradicionais, como a ribeirinha.

No entanto, a região amazônica levou uma certa "vantagem" sobre outros territórios na medida que houve uma dificuldade de implementação de modelos por causa de seu bioma e em necessidade de resposta ao regime de chuva, temperatura, humidade diferentes. Optou-se pela incorporação das soluções indígenas diante da impossibilidade de emprego das técnicas europeias em um meio ecológico tão diverso. A necessidade do conhecimento sobre a floresta, o rio e a várzea levou o europeu a buscar a apropriação do conhecimento tradicional, abrangendo o transporte e a localização das cidades em sítios indígenas de localização estratégica tendo o rio como elemento estruturante do espaço.

As ocupações dispersas no território possibilitaram não só o controle territorial como a exploração dos recursos da floresta, tal arranjo foi conservado através do tempo definindo a distribuição de núcleos urbanos nas margens dos rios. A figura 8 ilustra a progressão das ocupações na região ao longo do tempo, parte dos sítios arqueológicos que evidenciam domínio, movimentação e a presença nativa nas várzeas dos rios, revelados por estudos recentes sobre a importância da ação humana para a domesticação da paisagem amazônica, com estimativas de uma população muito maior do que os consensos acadêmicos indicavam até então (CLEMENT ET AL, 2015; HECKENBERGER, 2008), tal constatação destaca as tensões entre as visões colonizadoras dos portugueses e a integrada à natureza da população indígena, tensões que se metamorfosearam através do tempo dando lugar a novas incompreensões entre modos de vida e visões de mundo que resistem na região.

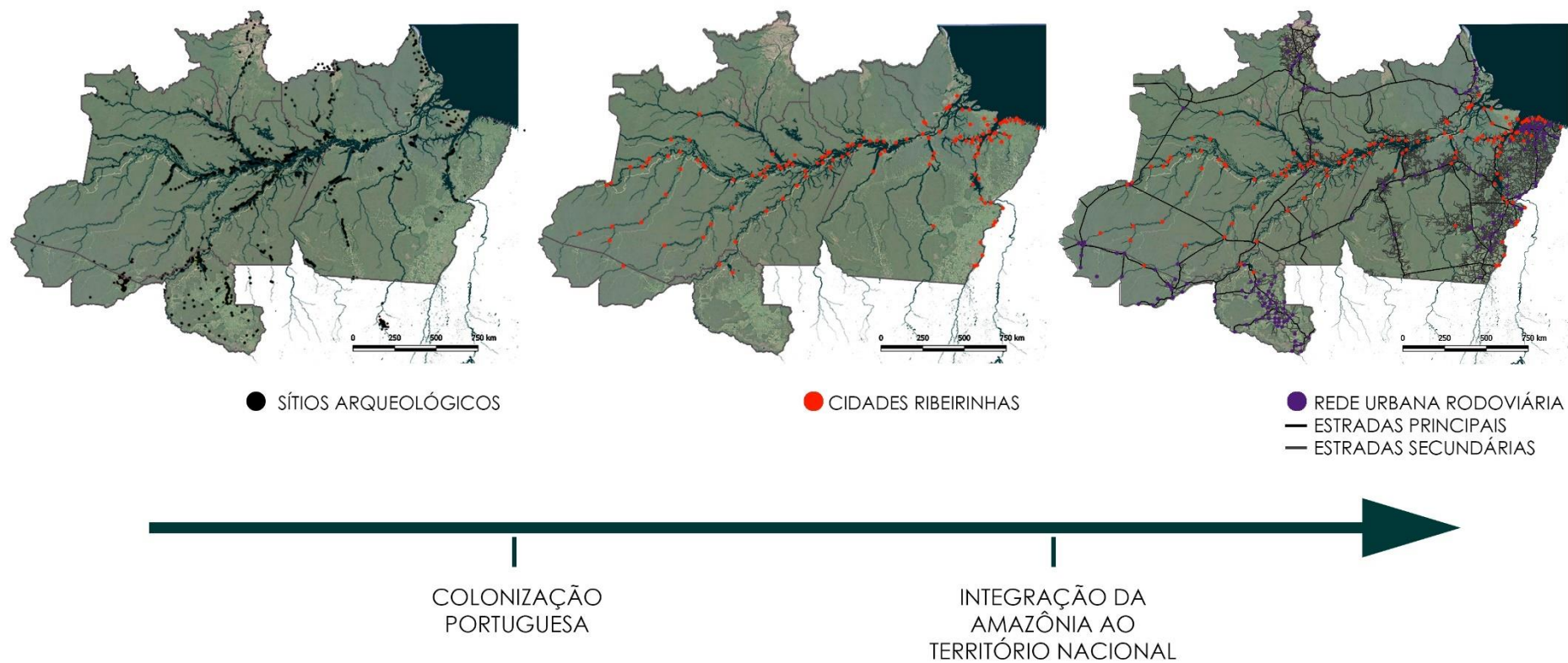


Figura 8 - Estrutura de ocupação na região amazônica através do tempo. À esquerda movimentação indígena ao redor dos rios a partir da presença de terra preta; no centro ocupação ribeirinha pré-período desenvolvimentista; à direita nova estrutura rodoviária e novos núcleos urbanos formados a partir dela. Fonte: Clement et al, 2015; Base de dados do IBGE, 2010. Elaboração: Autora, 2017.

O sistema de extrativismo de coleta se estabeleceu por uma resposta à especificidade regional, ponto de conflito dentro do próprio projeto colonial que esperava impor a sua substituição pela agricultura. Diante das inúmeras dificuldades, várias medidas foram tomadas para constituir uma economia colonial que incorporasse a experiência comercial português e o conhecimento dos produtos prontos da floresta do indígena e do caboclo (COSTA, 2012).

Houve a clara manutenção do rio como elemento estruturante e das próprias localizações estratégicas nativas que serviram como base para o surgimento, e posterior consolidação, de uma rede de cidades de beira de rio que se manteve até a implementação das rodovias, que foram determinantes para o surgimento das novas cidades e uma reorganização nas dinâmicas econômica, política e espacial que a integração da região ao restante do país causou.

As relações sociais, de poder e o espaço foram construídos em cima dessa relação conflitante e dessa incompreensão recíproca entre visões de mundo, nessa mistura, o que se manteve do modo de vida nativo através do tempo foram a estrutura espacial, já citada, e relacionada à experiência com as florestas e rios da região e a aptidão para sociabilidade, “capacitados, como gente alguma jamais o foi, para a convivência solidária” (RIBEIRO, 1995, pag. 45) e ainda que:

“Mais do que transmissores de modos tradicionais de sobrevivência na floresta úmida, desenvolvidos em milênios de esforço adaptativo, os índios foram o saber, o nervo e o músculo dessa sociedade parasitária. Índios é que fixavam os rumos, remavam as canoas, abriam picadas na mata, descobriam e exploravam as concentrações de especiarias, lavravam a terra e preparavam o alimento. Nenhum colonizador sobreviveria na mata amazônica sem esses índios que eram seus olhos, suas mãos e seus pés.” (RIBEIRO, 1995, pag. 313)

Através de incentivos à miscigenação e outras intervenções da gestão pombalina, surge uma formação típica à região de um campesinato-caboclo que gerou famílias de costumes duplamente índios e europeus:

“[...] eles detinham o conhecimento índio da natureza circundante e, ao mesmo tempo, se reproduziam atendendo as necessidades e aos valores europeus. Tais famílias – nem índias, nem brancas: caboclas – têm endogenamente as precondições de conhecimento para viver e produzir fora dos Diretórios, fora, portanto, do controle do sistema produtivo vigente. Pois ao contrário das famílias dos colonos brancos, elas poderiam lidar sem dificuldade com o meio ambiente e, por outra parte, só com muita dificuldade poderiam viver sem mercadorias europeias. [...] (COSTA, p. 58, 2012)”

Nota-se uma resistência desse modo de fazer e produzir pela sua alta capacidade de aderência ao bioma, ainda que tenha prevalecido, no imaginário e como ideário, o modo de vida e a reprodução de valores da metrópole, na medida em que se estabelecem signos e hierarquias em todos os aspectos da vida na colônia, do ponto de vista religioso a fé cristã

era a ferramenta e a justificativa para a transformação da população em mão-de-obra servil, atrelada ao trabalho (produtivo, sempre para a coroa, nunca para eles mesmos) que aparece como uma forma de redenção dos pecados pelo desconhecimento de tal lógica. Do ponto de vista comercial, o colonizador rendeu-se à exploração de recursos naturais que ao mesmo tempo eram desvalorizados, por não serem ouro nem prata, mas não deixaram de ser explorados, e exportados para a metrópole, onde se encontrava o poder político, ancorado em um discurso moralista-cristão da inferiorização dessa mesma mão-de-obra que ali surgia. Houve uma "inclusão" através do trabalho produtivo e da conversão religiosa que prometia a graça divina – enquanto a referência da vida ideal era a vida da corte – onde nada se produzia, mas onde o ócio possibilitou o desenvolvimento a partir do excedente tirado da terra, e o conhecimento científico, que desde aquele momento tomava forma e incorporava ambas ideias (imagem) e palavra (discurso) de acordo com a hierarquia do poder já codificada por meio do comportamento, da moda, da arquitetura e da construção civil, que através de materiais e elementos arquitetônicos também estabeleciam hierarquias (RIBEIRO, 1995; SEGRE, 1991; COSTA, 2012).

Nesta economia colonial foram consolidadas duas grandes estruturas produtivas, ambas baseadas na especificidade do contexto biofísico, (a) do extrativismo de coleta associado ao saber índio, e (b) dos produtos agropecuários que foram adaptados à região. Esta dinâmica foi mantida ao longo do tempo, constituindo uma administração secular da biodiversidade" que após a inclusão de novos produtos e práticas transformaram a região em um caldeirão de complexidades ao qual foram adicionadas as cidades de matriz ocidental e o relacionamento estabelecido por elas com esse modo de vida.

## **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, A EXPLOSÃO DAS CIDADES E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE MODERNIDADE NA PERIFERIA**

Dentro de nosso contexto havia um papel fundamental para as cidades que surgiram dentro de nosso território: o da exploração e proteção do domínio português. Em seu livro SANTOS (1988) ao descrever as formações das cidades como as conhecemos hoje, intitula um de seus itens como "As cidades como foram sendo em todo mundo" seguido pelo item intitulado "As cidades como puderam ser no Brasil". Tais títulos indicam o quanto as cidades surgidas a partir dos projetos enviados de Portugal à colônia, seguiam orientação para cumprir sua função de dominação, mas segundo parâmetros metropolitanos de vida urbana manifesto no aparato institucional da Coroa e da Igreja. Nas fortalezas e nos aldeamentos as referências de vida urbana eram oriundas do outro lado do oceano.

Embora esses assentamentos fossem bastante misturados no que diz respeito à presença multiétnica, introduzindo a complexidade já manifesta no meio rural também na cidade. As ondas migratórias advindas das metrópoles, e a função de pólo de serviços para

o escoamento dos produtos coloniais acabaram por definir sua localização e forma. Enquanto isso a revolução industrial estourava em fins de período colonial e na Europa acontecia a gênese da cidade industrial e a ruptura com a cidade mercantil tomada como inspiração nas colônias. Na Europa, a nova lógica de produção industrial demandava adequação espacial e reorganização social. O resgate desse cenário é importante, porque ele ainda hoje influencia na transformação de cidades do mundo inteiro, e é determinante da paisagem e imagem urbana. A noção de imagem da cidade, embora muito difundida por meio da obra de Lynch (1980) pautada em qualidades como a legibilidade e afetividade, é muito clara e tem aderência nos mais longínquos rincões do Sul Global. Vejamos a descrição de Berman (1986) da paisagem associada à experiência moderna:

[...] a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fabricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais, diários, telégrafos, e outros instrumentos de *media*, que se comunicam em escala cada vez maior; [...] (BERMAN, p. 18, 1986)

A cidade amazônica se transformou e renasceu sob a égide do caráter transitório, dos conflitos individuais e coletivos, e foi atropelada pela rapidez do capitalismo. A ruptura com os referenciais históricos se intensificou e foi incorporada na construção material e simbólica das cidades (BERMAN, 1986; CASTRO, 2010).

A modernidade é uma experiência validada historicamente, mas de origem distante, ligada a um universo fantasioso, onírico, de glamour que não necessariamente foi experimentado na região que a persegue, mas que pode ser alcançado e ou tomada como referência de evolução. Devido a esse apelo ela estará no centro do discurso hegemônico. O desenvolvimento é uma possibilidade para a modernidade (CASTRO, 2010; ESCOBAR, 2014).

Segundo Castro (2010) a modernidade da periferia do capitalismo será tão alegórica quanto a modernidade em qualquer outra parte do mundo, o moderno é uma "emanação" que centros deverão experimentar, uma "visibilidade" do moderno. Por causa dessa característica, a modernidade tem aderência em qualquer lugar que vislumbre esse direcionamento evolutivo. Os referenciais regionais foram definidos por cidades como Belém e Manaus. Belém em sua experiência de modernidade recebeu (até hoje) a alcunha de Paris n'América, desenhando a referência de sua experiência de modernidade – aos moldes europeus – manifestando o que o autor chama de "mito do universo urbano" que descreve uma Belém modernizada de grandes feitos urbanísticos, mas que não passa de uma sombra da modernidade que assume como parâmetro, na sua condição de cidade periférica:

Assim, teceu-se uma modernidade ambígua, mascarada pelo encontro entre encenação antimundo (o moderno exterior e distante) e a fragorosa sensação de derrota ante ao processo

colonizador, ante a domesticação do mundo natural amazônico – uma derrota, não obstante, relativa, se se considerar os resultados realmente obtidos. (CASTRO, p. 132, 2010)

É no seio dessa modernidade embrionária que o planejamento urbano nasce na Europa, como (a) ferramenta de tentativa de organização das cidades industriais, onde a ameaça do socialismo era real, justificando providências e não muito mais tarde (b) como disciplina nas universidades europeias e posteriormente americanas (HALL, 2013). A partir de então a cidade passou a ser objeto de teorias e pensamentos dedicados à sua definição ou à solução de seus problemas, mais ainda, sua correlação, característica e expressão maior, os processos urbanos, passaram a ser objetos igualmente da ciência e do pensamento humano a partir da metamorfose do espaço através da revolução industrial e da sua subjacente modernidade. As cidades passaram a estar na mira dos profissionais, na constante busca de uma ordem para o caos manifesto na paisagem. A dificuldade em encontrar um denominador comum para estratégias práticas rígidas diante da velocidade de transformação das cidades foi o grande desafio imposto ao novo campo disciplinar na primeira metade do século XX. O controle do uso do solo como estratégia de planejamento, o planejamento de sistemas ou a aplicação de modelos, foram sempre vencidos pelos diferentes processos entrelaçados na cidade (HALL, 2013).

O espaço urbano, a disciplina planejamento urbano e sua prática, sofreram várias crises ao longo do processo de entender e caracterizar a cidade como algo estável e apolítico, até a incorporação dos estudos marxistas em seu corpo prático-teórico e de contribuição de outras disciplinas capazes de ver o planejamento urbano e a própria cidade como processo e artefato em permanente transformação respectivamente. A história que Hall (2013) conta, indica que crises – tanto referentes ao espaço da cidade como à disciplina de planejamento urbano e suas teorias – levam a avanços e servem como referências para a compreensão de gerações de planejamento urbano no Brasil (disciplina e prática), onde há dificuldades adicionais para o planejamento associadas ao contexto periférico e um descolamento entre teoria e prática nunca superado.

Todos esses elementos reverberaram no Brasil em momentos diferentes, superpostos ou em separado. A música crítica de Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), reflete bem a situação quando diz que se refere somente aos fatos históricos, e confuso, mistura vários deles a partir do tema: “a atual conjuntura”. Essa ambiguidade que Castro (2010) relata sobre a modernidade não é exclusividade dela, pois também caracteriza os processos urbanos, o planejamento urbano, a ideia de cidades no Brasil. As referências desses elementos e que vão se estabelecer no espaço como apresentado por Santos (2013) com o uso de parâmetros e referências externas. O planejamento urbano, portanto nasce de uma tentativa de organizar a pobreza (SANTOS, 1988), que é inerente à forma como fomos concebidos dentro do cenário global, já que não havia indústria para acomodar as levadas de migrações dirigidas para a

região desde os primórdios da ocupação colonial, e que desembocaram nas cidades onde migrantes procuravam um aumento da renda, melhores condições de moradia, acesso a serviços e equipamentos públicos e a possibilidade de organização e reivindicações por direitos (LOUREIRO, 2002). Tais contradições são tão evidentes, que retomo aqui o samba de Stanislau Ponte Preta, que ao final declara: "o trem tá atrasado ou já passou", a respeito de nossa condição contraditória nas caronas que pegamos do trem da história.

No Brasil o planejamento urbano vai assumir uma matriz modernista/funcionalista vinculada a uma representação ideológica das cidades que corresponde à apenas uma parte da cidade, marcando sua característica excludente e reprodutora de diretrizes internacionais, ligadas aos grandes consensos e fóruns mundiais que oficialmente objetivavam melhorar, desenvolver e discutir estratégias econômicas para países emergentes; mas que mantêm uma tradição de importação de ideias na evolução do urbanismo. No Brasil o planejamento urbano se confunde com o urbanismo e difunde as propostas de embelezamento e higienismo, das/para as cidades, demonstrando o foco na imagem de um ambiente limpo, moderno que induziria o desenvolvimento a partir de obras e planos. Talvez advenha da prática "obreira" dos políticos, de intervenção física nas cidades, o fato do nome do arquiteto francês responsável por um dos planos desenvolvidos para o Rio de Janeiro levar seu nome – o Plano Agache – diz bastante sobre a prática brasileira de contratação de profissionais alheios à realidade regional ou local, que se repetiria muito 50 anos depois na região amazônica.

Segundo Villaça (1999), os planos posteriores ao Plano Pereira Passos de 1903, deixaram de ser seguidos à risca no país. Segundo Maricato (2000) tal incompletude está intimamente relacionada ao afastamento da realidade social. O planejamento urbano tornou-se uma ferramenta arbitrária de regulação, desarticulado de outras políticas e incapaz de incorporar as mudanças sociais e políticas, seus instrumentos seguem fragmentados e voltados para a realidade vista como hegemônica no PAÍS (MARICATO, 2000; VILLAÇA, 1999). Seria necessário entender a distância entre ideias e práticas e a distância que nos separa dos países centrais, para evitar as ações ou planos que cumprem papel exclusivamente ideológico e pouco beneficiam, ou mesmo ignoram as populações:

"O "plano-discurso" cumpre um papel ideológico (Villaça, 1995) e ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos\_ No caso das metrópoles, além dos grupos locais, o capital imobiliário e as empreiteiras contam sempre na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito." (MARICATO, p. 124, 2000)

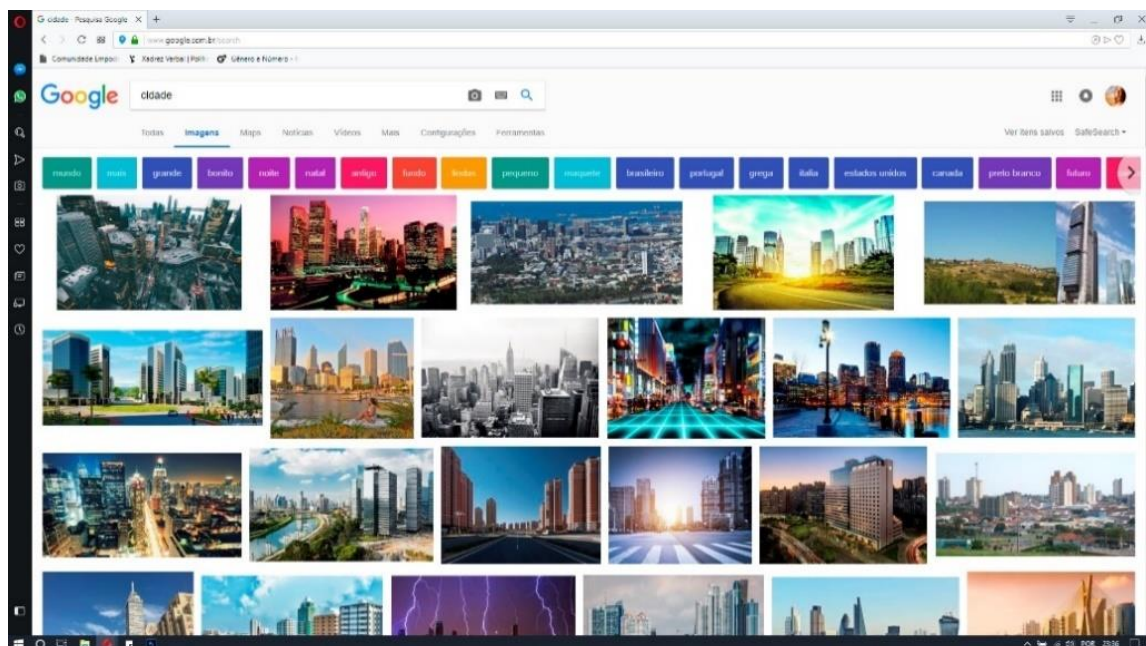
A autora em seu texto "A Ideia Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias – Planejamento Urbano no Brasil" utiliza o exemplo da cidade ilegal e sua invisibilidade perante os instrumentos legais e à prática do planejamento urbano, nesse caso propõe-se aqui, para fins argumentativos, utilizar este exemplo como espelho para as cidades tradicionais amazônicas, - é importante ressaltar que não há intenção comparativa entre ambas, mas de destacar o

processo de ocultação por parte do poder público semelhante em que uma parcela da sociedade incapazes de seguir parâmetros estabelecidos são relegadas ao segundo plano, tanto no que se refere ao repertório adotado para práticas locais, quanto à confusão entre informalidade e produção vernácula. O diferente só é reconhecido quando utilizado como propaganda de apelo turístico, onde o exótico é transformado em atrativo principal.

As nossas referências para fazer cidades e reproduzi-las cada vez mais advém das cidades criadas pela revolução industrial, tanto na configuração quanto nas práticas e problemas; alguns aparentemente similares, relacionados ao rápido crescimento, falta de serviços de infraestrutura, violência urbana dentre outros, no entanto tudo que foge ao repertório da cidade industrial, acaba por ser excluído e invisibilizado, ainda que em países pós-industriais tenha havido grande evolução no debate ambiental em meio urbano. A cidade colonial antiga foi transformada com o objetivo de incorporar indústrias ou de atender as demandas da nova inserção da região na divisão internacional do trabalho como provedora de recursos naturais, na escala da vida cotidiana essas mudanças alcançam, novos materiais utilizados para construção civil, novos conceitos, novas formas de circulação de pessoas e, o atual produto da publicidade contemporânea: a venda de novas experiências. Foi estabelecida uma só trajetória de cidade, aquela que segue a representação ideológica hegemônica sobre a cidade, universal, pasteurizada, para resolver seus problemas a partir das políticas públicas disponíveis, que levam a opções por tecnologias obsoletas, muitas vezes ultrapassadas e caras para a provisão de infraestrutura.

Uma evidência do quanto a "representação ideológica e hegemônica de cidades" (MARICATO, p. 168, 2000) e do quanto é importante que esse assunto seja abordado para o enfrentamento da situação, é o resultado de uma simples busca do verbete "cidade" no buscador do Google dirigida às imagens. Na figura 9 apresento resultados que remetem ao fluxo de carros, aos prédios com pele de vidro, ou a rios inseridos em áreas urbanas, ao final, ocasionalmente aparecem favelas ou cidades históricas europeias, excluindo desses padrões tudo o que difere desses padrões.

A)



B)



C)



Figura 9 - PrintScreen do resultado da busca no Google e as duas primeiras imagens que aparecem refletem a abstração da representação ideológica e hegemônica das cidades globais. Fonte: Busca Google, 2017. Elaboração: Autora, 2017.

Dito isso, podemos perceber que o planejamento urbano – e a estética arquitetônica – passa e a ser pautado a partir da paisagem das grandes cidades, como se essas imagens antecipssem o potencial que poderia ser alcançado no futuro. Se a experiência da vida cotidiana for assumida como alvo da ação do planejamento, há casos como o de Afuá e de outras pequenas cidades localizadas na periferia em que o planejado pode ser menos eficaz que o não planejado. Tais cidades constituem um desafio, de produção de outras referências para a orientação de políticas públicas mais adequadas, especialmente a partir de 2010, quando o volume direcionado a elas aumentou no Brasil.

## **DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA E O URBANO CONTEMPORÂNEO: A BUSCA POR NOVAS PERSPECTIVAS**

O desenvolvimentismo foi uma estratégia de controle político ideológico que teve grande impacto na América Latina por meio de políticas públicas e de ação de agências governamentais "de desenvolvimento", como foram denominadas (ESCOBAR, 2014; LIMONAD, 2013). O discurso desenvolvimentista preconizava modernidade e progresso e foi um agente motor da urbanização na Amazônia que tem características bastante particulares na região.

Para entendermos as dinâmicas atuais que moldam o espaço amazônico, devemos contextualizá-lo histórico-espacialmente no país e no planeta. A necessidade de abertura de novas fronteiras, que induziu a expansão da urbanização a partir dos anos 60, reestruturou espacialmente o país e estabeleceu a região sudeste como provedora de produtos industriais para o mercado interno e a Amazônia como a nova fronteira econômica e fornecedora de recursos naturais, para as indústrias internacionais (SANTOS, 2013; BECKER 2013; MONTE-MOR, 1994).

Como vimos no item anterior, as políticas de planejamento urbano/regional, no Brasil, adotaram uma matriz moderno-funcionalista que reproduziram modelos alienados em relação à nossa realidade. Tais políticas marcaram os discursos progressista e liberal das décadas subsequentes que culminaram em estratégias de planificação contidas no âmbito do discurso, e que tornaram a legislação urbanística inchada, lenta e seletiva, ora ignorando a informalidade - a "não-cidade" ou a "cidade ilegal" - ora dando excessiva atenção à provisão de infraestrutura e de habitação nessas áreas com o objetivo de atender interesses (industriais) específicos, no geral ampliando as desigualdades e a segregação socioespacial (MARICATO, 2000).

Se racionalidade e função eram determinantes nos planos o mesmo acontecia no âmbito do projeto urbano. Ainda hoje princípios do movimento moderno permeiam a formação acadêmica e a atuação profissional, reintroduzindo no espaço construído uma série de características desse movimento, principalmente a forte valorização do saber técnico/profissional, a baixa efetividade dos instrumentos que incorporam participação da população, favorecendo o planejamento de cima para baixo.

Essa fase da cidade brasileira, coincidiu com o período de avanço da mercantilização da terra rural na região. Os agentes com poder econômico, como o proprietário da casa de aviamento e o capitalista, que tinham em comum a vida na metrópole, passaram a reivindicar políticas de cunho desenvolvimentistas para garantir a expansão econômica da região. A partir desse momento o camponês-extrativista, ribeirinho-varzeiro passou a ser visto como entrave no que dizia respeito a essa nova expectativa de exercer a propriedade privada da terra:

"[...] Essa perspectiva positivista de que o progresso levaria ao desenvolvimento econômico, à modernização (copiada de outros contextos) e um melhor posicionamento na divisão internacional do trabalho, se constituiu em discurso oficial, tanto mais difundido quando mais avançaram a dissolução das formações socioespaciais coloniais e a integração do mercado e a expansão da acumulação comandada pelo capital em suas diversas frações (industrial, agropecuário, imobiliário, etc.) (CARDOSO ET AL., p. 5, 2018)"

Esta matriz tornou-se a base de expansão capitalista na Amazônia, que a partir dos anos 1970, constituiu uma nova organização territorial, a partir do estabelecimento de uma rede logística para dar suporte à extração de recursos naturais em níveis industriais, marcando a mudança do modal tipicamente ribeirinho, para o rodoviário, novas cidades surgiram e a difusão de um novo modo de vida baseado em um paradigma urbano-industrial exógeno (BECKER, 2013; MONTE-MOR, 2014).

Novas instituições foram desenhadas para promover o desenvolvimento na região, por meio de planos para o desenvolvimento nacional, urbano, econômico, e mais tarde social. Essas gerações de planos tiveram um papel decisivo na ligação da região amazônica ao restante do país (figura 10). As novas dinâmicas que se estabeleciam aqui eram diretamente relacionadas a uma ideia de desenvolvimento – eram as chamadas políticas desenvolvimentistas – que enriqueciam o discurso governamental, dos economistas, planejadores e também da produção científica.

**Chega de lendas, vamos faturar!**

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investido na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda com dos 404 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um futuro à sua espera. Aproveite. Futuro. Enriqueça junto com o Brasil. Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

**MINISTÉRIO DO INTERIOR**  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

**BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**

**PROSPERE COM A AMAZÔNIA**

APLIQUE 50% DO SEU IMPOSTO DE RENDA NUM BOM NEGÓCIO!

**BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**

MATRIZ: Travessa Prudente Guimarães, 90 - Belém  
Rio de Janeiro: Rua José Bonifácio, 100 - Fones: 24-2200 / 24-2202 / 24-2203  
Rio de Janeiro: Rua da Assembleia, 82 - Fones: 2-392 / 2-1530  
Pôrto Alegre: 11 - Rua da Mouraria, 240 - Fone: 243  
Belo Horizonte: Antofagasta, 100 - Fones: 6-950 / 6-951  
Brasília: Avenida M-3 - Quadra 13 - Lote 7, B. B. A. -  
Fones: 2-392 / 2-393

Figura 10 – Propagandas do governo federal sobre o território amazônico, na década de 1970

Legitimado no pós-guerra (1945 em diante), o discurso voltado ao desenvolvimento foi direcionado a questões como pobreza, carências tecnológicas, de capital, serviços públicos adequados, taxa de crescimento, e etc. Questões essas que se tornaram automaticamente o alvo das ações dos países, a partir dali, apontados como de terceiro mundo ou subdesenvolvidas, embora se tratasse de um conjunto de países heterogêneos, sujeitos a apoios e intervenções externas (países "de primeiro mundo"), alheios e independentes dos desejos das populações desses países (LIMONAD, 2013).

Esse discurso manifestava uma ideia subjacente de trajetória em direção à modernidade, justificando o rompimento com o sistema simbólico vigente (DUSSEL, 2000), considerado motivo de atraso, e propunha uma reestruturação total das sociedades subdesenvolvidas (ESCOBAR, 2014). O documento das Nações unidas em 1951 enunciava o seguinte:

"Há um sentido em que o progresso econômico acelerado é impossível sem ajustes dolorosos. As filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm que desintegrar-se; os laços de casta, credo e raça devem romper-se; e grandes massas de pessoas incapazes de seguir o ritmo do progresso devem ver suas expectativas de uma vida cômoda frustradas. Muito poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do progresso econômico." (NAÇÕES UNIDAS, 1951, APUD, ESCOBAR, p. 50, 2014)<sup>26</sup>

Isso causou um rompimento com a cultura e com as práticas tradicionais de manejo do espaço da floresta e um novo modo de lidar com a terra foi instituído. Segundo Cardoso et al (2018) as instituições desenvolvimentistas contribuíram para a concentração de terras por parte da elite ligada ao aviamento que havia enriquecido com a borracha, a castanha e outros produtos da floresta<sup>27</sup> e pressionava o governo para ampliar investimentos e valorizar as terras que exploravam, e instituir a propriedade privada da terra e transformá-la em "terra produtiva" – seriam elas improdutivas antes? Ver Costa (2010) -, na medida que, transformando floresta em terras.

O universo rural foi incorporado pela lógica produtiva industrial que além das atividades ligadas ao grande extrativismo passou a receber polos industriais ligados ao beneficiamento de minério e produção de energia dentro da política de substituição de importações. Houve uma fetichização da terra e abertura de frentes de obra que potencializaram o extrativismo de aniquilação na região, a grilagem e os impactos socioambientais:

Em outras palavras, a conversão da floresta em mercadoria capitalista traz em seu rastro a eliminação de formas tradicionais de geração da riqueza, nas quais a manutenção da

---

<sup>26</sup> Traduzido pela autora.

<sup>27</sup> Note-se que os produtos da floresta são muitos e o aviamento era o principal modelo de exploração que se consolidou com a exploração da borracha, eficaz para exploração de qualquer produto, visto que nas épocas de muita chuva enquanto o látex não era retirado então o aviamento mantinha a produção de produtos para manter a balança comercial favorável aos aviadores.

biodiversidade ocorre articulada com práticas tradicionais do extrativismo de coleta, visando a consolidação de uma monocultura, muitas vezes de baixa produtividade, que atendem prioritariamente mercados externos aos centros urbanos da região. (CARDOSO ET AL., p. 14, 2018)

O desenvolvimentismo foi o advento da desvalorização das tradicionais ocupações ribeirinhas, por ele ser, como constata Limonad (2013), uma expressão de um discurso de poder, proposto a transformar um estado de coisas, vinculado a um grupo cuja visão hegemônica opera a partir de sua imagem e semelhança, e de suas necessidades e interesses. Discute-se em Logan e Molotch (1987) a transformação do espaço urbano em mercadoria – valor de troca sobrepondo-se ao valor de uso – através de uma coalização entre elites pró-crescimento e do controle midiático. Nessa perspectiva, tal discurso de desenvolvimento revela características colonialistas e homogeneizantes.

Esse movimento, é observado na Amazônia na forma como vem ocorrendo o controle de terras adjacentes às cidades, pela indústria minerária e agropecuária, para atender a demanda por logística de escoamento de insumos, e que mais recentemente passa pela conversão de terras rurais em terras urbanas, e pelo controle do mercado imobiliário local e da produção do espaço urbano. O novo marketing urbano promove a natureza como *commodity*<sup>28</sup>, de uso privado, difundindo a restrição ao espaço natural nas pequenas e médias cidades (CARDOSO ET AL., 2015; VENTURA NETO, 2017). Retira-se a possibilidade de o nativo praticar o extrativismo de coleta, destrói-se a biodiversidade de onde ele tira seu sustento, para oferecer áreas verdes como espaço de lazer e contemplação para os ricos urbanos.

Dito isso, questiono-me que novas perspectivas poderiam se ajustar bem à região e que outros contextos passaram e passam por condições similares e acumulam histórias semelhantes onde a modernidade, através da validação do discurso desenvolvimentista, pode ter sido impactada? Quais os impactos na escala local de contextos aparentemente distantes desse discurso? A Amazônia já concentra 70% de sua população vivendo em núcleos urbanos (BECKER, 2013), o surgimento e crescimento das cidades contribuiu para a explosão dos processos urbanos ao redor do mundo (BRENNER, 2014) e aqui não foi diferente. A explosão dos processos urbanos contribuiu também com a explosão das estruturas sociais, burocráticas, simbólicas, econômicas e políticas, não no sentido de ruptura dessas estruturas, mas no sentido de um *continuum* de sua atuação nos espaços junto aos processos urbanos.

---

<sup>28</sup> Como ilustração desse processo refere-se ao movimento de transformação do açaí como *commodity* que se por um lado traz uma lucratividade à várias famílias, por outro dissemina riscos como por exemplo (a) a monovalência do açaí e a perda da diversidade na plantação de outros produtos, (b) a derrubada da floresta para a plantação somente do açaí e (c) introduzir a visão estritamente de mercadoria do açaí, principalmente internacional, que viria a impactar no valor do açaí, ou seja no seu consumo por pessoas de baixa renda, que diminuiria, e em relação à uma possível crise de consumo do açaí, em que a falta de diversidade na economia de várzea pesaria em quem possivelmente fez investimentos configurados como monoculturas (CARDOSO ET AL., 2018).

Essa nova atuação do urbano no espaço por um lado oferece conectividade e acesso, mas por outro explode e supera os limites da cidade gerando fragmentação socioespacial e em última instância leva à urbanização planetária (BRENNER; SCHMID, 2014) embora as interações a partir desse processo mudem de acordo com o contexto local de cada espaço como pleiteado em trabalhos de perspectiva decolonial e pós-colonial que se alinham com os princípios do Bem Viver, nos quais as perspectivas de modernidade e desenvolvimento são consideradas estratégias de dominação e controle ideológico, de reprodução de modelos e estruturas simbólicas político-econômicas pautadas no eurocentrismo (DUSSEL, 1994; 2000; ESCOBAR, 2014; ACOSTA, 2014; WATSON, 2009, ROY, 2005; ROBINSON, 2006)<sup>29</sup>.

Watson (2009) aponta a importância de uma teoria da urbanização do Sul Global, baseada no estudo empírico reflexivo focado no conflito de racionalidades e nas relações de dependência que foram criadas dentro desse sistema, aqui dividido pela autora entre o Norte Global, em condição de controle, e o Sul Global, em contexto de dependência.

Ponderando um pouco sobre os contextos, e buscando leituras percebi que os americanos Scott e Storper (2014) dão um passo à frente de Brenner (2014) e reconheçam a reivindicação das pós-colonialistas (ROY, 2005; ROBINSON, 2006; WATSON, 2009) porém reivindicam uma teoria comum, sem, no entanto, levar em conta que as ideias e conceitos nas quais a teoria do planejamento urbano foram assentadas, tiveram suas origens no Norte Global baseadas em seus valores e experiências. Por tudo isso, optei por uma perspectiva mais aberta e equilibrada, centrada na investigação das práticas da população local – através das entrevistas, apresentadas adiante - porém me utilizo de algumas categorias de análise dos pesquisadores acima citados<sup>30</sup>, por meio das quais as cidades podem ser investigadas a partir de um quadro teórico que combinam (a) dinâmicas de aglomeração/polarização, associadas ao (b) uso do solo e sua configuração e (c) interações sociais; Estas categorias combinadas com a metodologia da pesquisa ação permitiram o uso de uma estratégia de análise mais apropriada para o caso de Afuá, que procura evitar problemas de rompimento com a cultura local e acumular pontos cegos sobre a região.

Alguns deles [pontos cegos] estão relacionados aos conflitos de racionalidades que se estabelecem em cidades do Sul Global, é comum que profissionais alinhados à definição de modernidade e desenvolvimento do Norte Global assumam que os núcleos familiares, acesso ao crédito, à cidade, a empregos, marcos regulatórios e a própria relação com o meio

---

<sup>29</sup> Há uma ruptura com o pós-colonialismo dos estudos subalternos asiáticos e posteriormente dos estudos subalternos latino-americanos denominado giro-decolonial (BALLESTRIN, 2013), no entanto neste trabalho optei por utilizar ambas correntes dos dois continentes já que se alinhavam ao trabalho. Além disso ambos os estudos influenciaram no aprofundamento do bem viver pela academia e para a inclusão desse modo de lidar com a terra por instrumentos institucionais como foram os casos da Bolívia e do Equador e influenciam hoje as demandas de minorias por políticas públicas no Brasil como é o caso do movimento feminista (ESCOBAR, 2014; ACOSTA, 2014).

<sup>30</sup> Scott e Storper (2014).

biofísico sejam os mesmos, segundo Watson (2003):

"Implícita nesta ideologia estão as suposições de que ocupantes de estruturas informais (normalmente manifestadas como famílias nucleares estáveis) aceitarão as obrigações financeiras à longo prazo que acompanham a propriedade da casa: aderência a vários regulamentos relativos ao uso do terreno e a conduta dos ocupantes (por exemplo, respeitando normas sobre ruídos ou sanitárias), bem como o pagamento de taxas regulares e taxas de serviço às autoridades municipais. [...]" (WATSON, 2003, p. 396)<sup>31</sup>

Essa conduta, desconsidera que grande parte das cidades brasileiras são ocupadas por estruturas informais, tanto espaciais como econômicas. Outra confusão que é comum e oficializada são as estruturas tradicionais receberem o status de informais, causando desorientação entre reconhecimento de identidade e necessidades de demandas. Até mesmo os desafios na aplicação de estratégias de planejamento, como por exemplo, a utilização do desenho urbano ou o já largamente utilizado urbanismo *open source*, que encontram para sua difusão no país em razão de imbrólios político-administrativos e da manutenção de privilégios econômicos.

O fato de a tomada de decisões não ser baseada na realidade local gera conflitos de racionalidades, aprofundamento das contradições, tanto históricas, quanto novas, criadas por novos projetos, novas políticas, superposição de racionalidades econômicas, práticas essas que avançam na medida que urbano avança também, segundo as referências de moderno-industrial do Norte-Global.

Limonad (2013), ainda, explora a abrangência do conceito de desenvolvimento, com associado à modernidade, progresso, processo civilizatório e a própria transformação do informal para o formal. Com frequência os espaços transformados perdem características identitárias, força e organização comunitária e passam a estampar uma paisagem e dinâmicas homogeneizadas (ESCOBAR, 2014; ACOSTA, 2014). Como expõe:

"Por seu significado vago e abrangente, aparentemente apolítico e a-histórico, a ideia de desenvolvimento em si mesma apela a diversos grupos com interesses diversos, que a veem de diferentes formas e de acordo com agendas políticas próprias. Muitos tendem a confundir desenvolvimento e crescimento e a usá-los como sinônimos, ou inclusive se adotam termos aparentados tais quais modernização e progresso socioeconômico, aparentemente de mais fácil compreensão, como se fossem sucedâneos da ideia de desenvolvimento ou resultados a serem alcançados com o desenvolvimento." (LIMONAD, 2013, p. 132)

Por ser um conceito abrangente é de fácil apropriação no discurso de diversos grupos/atores. A naturalização do termo deu a ele um sentido de universalidade e de solução única para todos os problemas, independente da natureza desses problemas e de seu contexto, como se não possuíssem história própria ou fizessem parte de uma civilização.

---

<sup>31</sup> Tradução da autora.

Mesmo assim:

"Milhares de pessoas ao redor do mundo se encontram a serviço do desenvolvimento. Bilhões de dólares são gastos anualmente em nome do desenvolvimento. É muito difícil encontrar um país que não possua uma agência de desenvolvimento, muito menos em países do terceiro mundo. São realizadas incontáveis conferências e encontros mundiais e nacionais para promover o desenvolvimento, com especialistas e representantes governamentais provenientes de todas as partes do mundo. No entanto, a despeito disso tudo, aumenta o número de pessoas vivendo abaixo do limiar da pobreza, sem comida, sem água, sem esgoto, sem condições mínimas de higiene." (LIMONAD, 2013, p. 129)

Em sua palestra sobre *Os Perigos de uma História Única*, Chimamanda Adichie (2009) adverte sobre narrativas que contam uma só história com significados fixos, excluindo tudo aquilo que não se enquadra nesses moldes, como se o que está excluído não estivesse cheio que outras características que pudessem ser valorizadas ou desejáveis. Narrativas únicas são utilizadas como instrumentos do poder e de dominação, criam estereótipos e são incompletas: "estórias têm sido utilizadas para espolar e difamar. Mas estórias podem ser utilizadas para empoderar e humanizar" (ADICHIE, 2009).

Na mesma linha de Chimamanda Adichie, Chika Ezanya-Esiobu (2017) em sua conferência chamou a atenção para a transformação por educação baseada em referências e práticas locais, na busca da não separação entre aprendizado, prática cultural e meio ambiente onde ambos se inserem. Esse protocolo permitia a recuperação das práticas e saberes indígenas locais em busca de um novo sentido para o progresso. A ativista OluTimehin Adegbeye (2017) traz à tona, histórias sobre arbitrariedades do poder público a partir do avanço do capital imobiliário na cidade de Lagos, e sobre a resiliência de sua população que vive em favelas, mas encontram maneiras de se organizar para superar as condições adversas, em uma delas foram desenvolvidas encontrou soluções a partir de um sistema sanitário comunal, ecológico e seguro à inundações, algo que muito nos interessaria na várzea amazônica. Estas conferências revelam que a busca por soluções não é prerrogativa do Norte Global. Há ideias e iniciativas em espaços que têm problemas muito similares e que buscam soluções baratas, amigável ao meio ambiente e autossustentáveis, visto que uma as soluções apresentadas por países e programas desenhados no Norte Global, partem de outro paradigma tecnológico e produtivo, tornando-se inviáveis ou inadequados para a nossa realidade socioeconômica e ambiental.

A partir do exposto sustentamos que o desenvolvimento deve ser considerado como instrumento de poder e dominação, de criação de estereótipos e de desvalorização de diversos elementos da cultura local sempre que for pautado por uma história única. Podemos, então, dizer que o desenvolvimento difundido na Amazônia tem o triplo caráter: a) de discurso de poder e dominação, b) de conceito abrangente e c) e de narrativa única (ESCOBAR, 2014; ADICHIE, 2009; LIMONAD, 2013).

O percurso do desenvolvimento na região tem possibilitado a conversão do modo de vida ribeirinho-amazônico em um modo de vida de aspiração urbano-industrial, o caráter incompleto de programas e planos executados na região permitiu o surgimento de uma rede urbana híbrida, composta desde cidades ribeirinhas até metrópoles regionais, e por vezes dinâmicas relativas à essas duas realidades se fundem em uma só cidade, levando a uma conversão que agrava as desigualdades socioespaciais (BECKER ET AL., 1990; MONTE-MOR, 2014; CARDOSO; LIMA, 2006).

Pesquisas recentes revelam que a conversão tem modificado profundamente o espaço urbano, invisibilizando os espaços e práticas locais e ressignificados como periféricos, que com o passar do tempo agravam a segregação socioespacial (PONTES, 2015; MELO 2014; GOMES, 2017, CARODO; CÂNDIDO; MELO, 2018). Desse modo, o questionamento dos objetivos reais do desenvolvimento na região é premente para que seja possível desvincular desenvolvimento de mero crescimento.

A visão do contexto pode ser um guia de ação a favor do nativo (a pessoa que está no centro da estrutura urbana analisada). A visão que assume o nativo como protagonista, e busca utilizar elementos daquela realidade no planejamento. Alguns estudos comprometem-se em ressignificar realidades de pobreza objetivando não só o discurso acadêmico, mas em certa medida, o discurso fora dele. Discute-se uma urgência em superar modelos do "Primeiro Mundo" e problemas do "Terceiro Mundo", como em uma dicotomia complementar. Espaços de exclusão – sejam ele denominados como periferia, favela, aglomerados subnormais, zonas de exceção – encerram uma economia dinâmica e estruturas políticas complexas, economia criativa, redes de solidariedade e soluções espaciais relevantes que contribuem para o fortalecimento de interações sociais sólidas (ROY, 2005; 2011).<sup>32</sup>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO**

Este capítulo buscou desvelar a trajetória do que comumente se considera modernidade na região, suas origens europeias e a sua difusão a partir da colonização. Nesse sentido fica evidente que muitos preconceitos e âncoras do discurso da população, da política e a forma como se processa a modernidade na periferia são originários de contradições que se formaram no decorrer desse período histórico. Como por exemplo a visão da produtividade que despertou o mito da falta de produtividade do indígena, os processos de domínio e controle das terras e os símbolos de poder que se estabeleceram na periferia da periferia do capital.

---

<sup>32</sup> Para cidades da Amazônia ver Bibas e Cardoso (2015), Miranda e Cardoso (2016), Diniz e Cardoso (2016), Gomes e Cardoso (2014) gerados no âmbito dos projetos.

Discute-se portanto a modernidade periférica como uma modernidade ancorada em princípios contraditórios porque é acessível somente a uma parte da população e faz parte das demandas de uma elite, se estabelece a partir de uma visão sobre outra, ou seja a partir do poder de uma perspectiva da realidade sobre outra, uma classe sobre outra, um modo de vida sobre outro, uma forma de conhecimento sobre outra.

Nesse sentido as cidades modernas têm características similares, pois têm origem em um paradigma moderno-industrial, no sentido de terem sido pensadas, construídas e constituídas a partir da visão de dominação, de escoação de produção, posteriormente de substituição de impostações e oferta de comércio e serviços conferindo ao espaço da periferia características muito específicas como expressado por Santos (2013) e Cardoso e Lima (2006). Porém na região Amazônica foi possível experimentar uma trajetória híbrida pela dificuldade inicial enfrentada na exploração do bioma, digo inicial porque foi possível explorá-lo, no entanto, essas dificuldades nunca foram superadas, é unânime dentre os pesquisadores que estudaram a Amazônia e que são utilizados como referência para este trabalho que os modelos implantados aqui sempre foram a) inadequados, b) mal conduzidos, c) mal sucedidos devido ao desconhecimento da cultura, do bioma e do modo de vida da região, que têm suas especificidades como o território extenso e a ocupação rarefeita, exceto pelas cidades que polarizaram poder, serviços, infraestrutura e resignificaram as relações entre cidade e campo e homem e natureza, tudo isso sob um viés e discurso desenvolvimentista.

### **CAPÍTULO 3: AS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS E HETEROTOPIAS DE AFUÁ**

#### **AS ESPACIALIDADES DE AFUÁ, A VENEZA MARAJOARA**

Como já apresentado no contexto regional, Afuá é uma cidade ribeirinha, ou seja, localizada à beira do Rio Afuá, que dá acesso e nome à cidade; é limitada nas laterais pelos rios Cajuúna e Marajozinho. É nessa pequena – em extensão – sede, que se realiza a vida urbana do Município. É de impressionar a quantidade de coisas que acontecem em Afuá, logo se vê que alguém que descreve Afuá como um lugar onde “não tem nada”, nunca pisou naquelas partes e se move pelo preconceito.

O cotidiano de Afuá é bastante vivo, as pessoas estão o tempo todo nas ruas, nas praças, nos mercados e feiras. Atributos relacionados à escala e à proximidade, estão presentes pois as ruas são estivas estreitas. Segundo a Secretaria de Infraestrutura Municipal, o padrão adotado para a largura das estivas é de 3 metros, o que acaba limitando o movimento – no melhor sentido da palavra – e possibilitando o contato entre as pessoas, ainda que haja possibilidade expansão ao sul, até o fim da ilha, como vimos, na figura 3.

Há uma certa dificuldade de se encontrar informações sobre eventos históricos, visto que os registros se dividem em histórias contadas e em pequenos números e publicações do Governo Estadual, sobre a transformação da vila em município; em documentos mais recentes podemos encontrar informações sobre os aspectos econômicos a partir de números, porém sem análises relacionando os números à realidade do município.

Sobre sua história, conta-se que a senhora Micaela Ferreira ocupava posse de todas aquelas terras, onde surgiu a sede de Afuá, e segundo Pacheco (2009) estabeleceu uma casa comercial (antes de 1845), já que já se constituíam enquanto paragem de comercialização e suporte à dinâmica daquela região - entre posseiros de terras, varzeiros, a cidade de Macapá e a foz do rio Amazonas - foi construída uma igreja de devoção à Nossa Senhora da Conceição, que se deu início em 1870. Ao morrer, a senhora Micaela Ferreira por razão de promessa, doou a posse de suas terras à igreja da Nossa Senhora da Conceição, que viria a ser padroeira da cidade. É nesse momento que surge e se constitui a freguesia de Afuá, ao redor da igreja. Que se vira extinta e anexada à Chaves duas vezes, até se tornar oficialmente sede municipal (PREFEITURA, 2017), conferindo aquele espaço 173 anos de história, naquela região. Extraoficialmente, um estudo sobre famílias colonizadoras do Pará e Maranhão (ALMEIDA, 2012) reconhece que essas terras foram prometidas, na segunda metade do império, aos quilombolas do período imperial por um Conselho Imperial, da época, tornando essa região um reduto de escravos fugitivos denominado Afuá, palavra que descrevia, “aglomeração, ajuntamento ou abrigo”. Essa informação entra em conflito com a de Ataíde e Cumaru (2005 apud PARÁ, 2015) onde essa palavra seria de origem Tupi Guarani: Assua; e que teria, em decorrência de mudanças na escrita, se modificado para Affua e

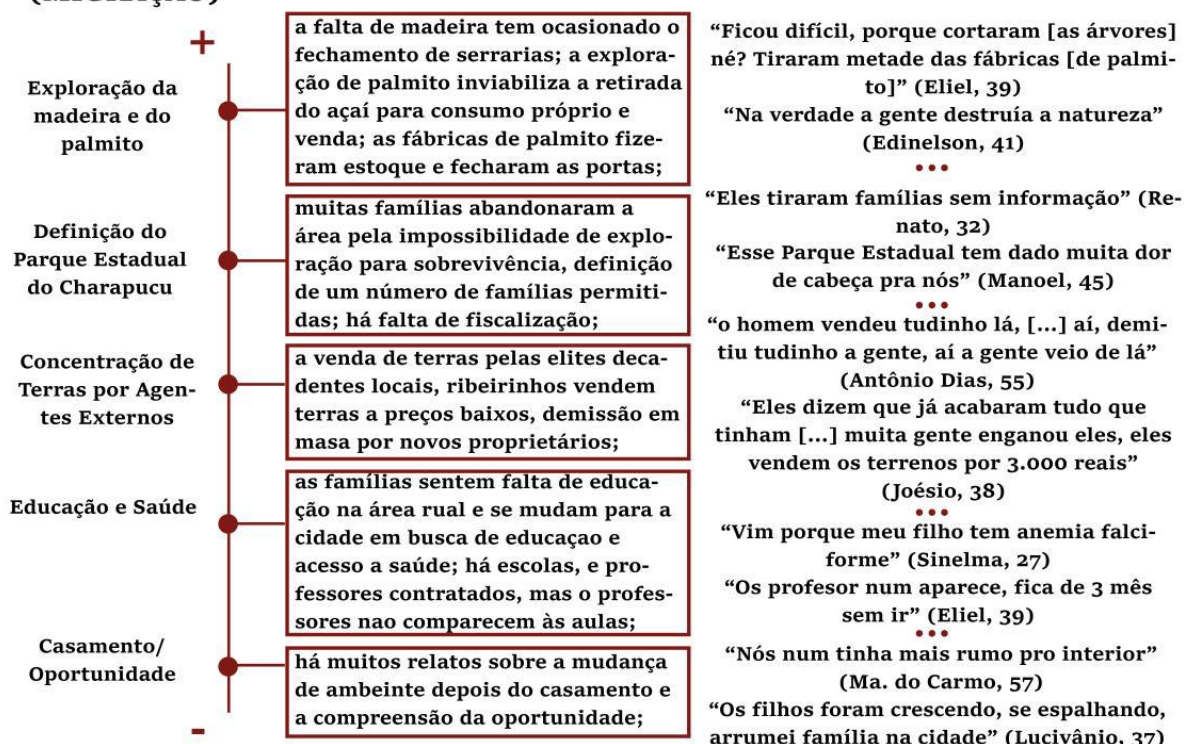
posteriormente Afuá, portando o significado de grandeza. O fato de daquelas terras terem sido doadas à igreja ainda hoje influencia na arrecadação do IPTU, uma vez que a grande maioria das pessoas não paga o tributo porque crê que as terras sejam “da santa”, ocasionando conflitos entre a ocupação, a situação fiscal, a manutenção dos espaços da cidade e os serviços oferecidos pela prefeitura.

Um outro desafio, em relação à cidade é encontrar dados, principalmente relacionados aos conteúdos das entrevistas realizadas em campo. Alguns dados são fundamentais, como por exemplo o número da população rural em relação à urbana, em anos específicos que ocorreram o crescimento da população urbana, através de um êxodo rural ocasionado pela implantação do Parque Estadual do Charapucu, outras motivações seriam de extrema importância para a prefeitura municipal no que diz respeito à fixação da população rural relacionado ao modo de vida camponês agroextrativista de coleta, esse número varia bastante segundo os sites do IBGE e dados estaduais, há uma lacuna muito grande entre os números do IBGE, as atividades que a população rural exerce, os dados agrários, seu modo de vida e uma grande dificuldade em dimensionar e relacionar as ocupações da várzea, visto que há pouco ou nenhum interesse, em tornar o modo de vida da várzea visíveis, críticas relacionadas aos dados e modelos jurídicos que se relacionam à várzea e terras de uso comum, podem ser encontradas nos trabalhos de Almeida (2008) e Benatti et al (2005).

A criação do Parque Estadual do Charapucu reflete uma visão conservacionista que agravou as contradições na área. A necessidade de estabelecer políticas públicas que combatessem a ação de atores ilegais comprometeu a dinâmica da vida ribeirinha, que faz manejo eficiente da floresta para sustento próprio, e contribui para a preservação das matas e rios, meios de produção desse modo de vida. A figura 11 ilustra o parque Estadual do Charapucu e as comunidades localizadas na área rural do município; as famílias que hoje vivem nas localidades do entorno do Parque Estadual viviam nas terras que o constituíram, que foram forçados a abandonar dado nível de proteção.



## RELAÇÃO URBANO-RURAL (MIGRAÇÃO)



Quadro 3 - Processo de Migração entre a zona urbana e a zona rural do município de Afuá

Na área urbana, a proximidade com a prefeitura torna mais fácil o acesso a dados, mesmo assim, os dados estaduais disponíveis já são defasados. Os dados sobre desemprego são quase inexistentes, e não se pode mencionar, exceto a partir das entrevistas, o que ocorre de fato quanto ao desemprego, tema que será detalhado mais adiante, por meio da análise das entrevistas e das percepções do primeiro campo. O que se sabe é que a Prefeitura tem procurado empregar o maior número possível de pessoas na administração e manutenção da cidade, tornando-se um dos principais empregadores na sede, já que o número de empregos nas indústrias localizadas do outro lado do rio, vem diminuindo a cada ano.

Recentemente em notícia o site do IBGE (2018) publicou a informação de que uma pesquisa piloto está sendo realizada em áreas de comunidades tradicionais, com o objetivos de melhorar os questionários temáticos do Censo de 2020, a questão da várzea se coloca emerge nesse debate, a partir das críticas sobre a qualidade dos dados sobre ela nos últimos dez anos (PNCSA, 2008; BENATTI ET AL., 2005; CANTO, 2007; BIBAS E CARDOSO, 2017). Algumas políticas e ações têm sido adequadas à realidade da várzea e de suas populações tradicionais (IBGE, 2018; BRASIL, 2016), ainda que de forma muito incipiente, visto que programas compensatórios, que reconhecem modos de vida que se relacionam com a natureza, como por exemplo o Programa Bolsa Verde<sup>33</sup> (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011;

<sup>33</sup> Programa de incentivo à manutenção da floresta, no qual a família era paga a cada trimestre uma quantia de 300,00. Visava incentivar o uso sustentável de seus territórios.

INCRA, 2011; ANGELO, 2018), sofreram cortes sucessivos nos últimos anos, oportunizando o retorno ou a intensificação de relações de produção exploratórias que estão longe de serem superadas no município.

De acordo com os indicadores e dados coletados (ver quadro 4) a população do município é majoritariamente rural. O número de famílias assentadas na modalidade PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) ocupada nesse tipo de atividade, corresponde a mais da metade das pessoas ocupadas no município (INCRA, 2017). Nestes assentamentos, o trabalho tem caráter familiar, solidário e baseado no uso comunal da terra. A sede municipal apoia o escoamento da produção excedente do agroextrativismo. Apenas as populações que vivem mais próximas da cidade de Macapá, preferem comercializar seus produtos diretamente nesta capital.

#### DADOS E INDICADORES DO MUNICÍPIO DE AFUÁ



POPULAÇÃO

|            |            |        |
|------------|------------|--------|
| Urbana     | Rural      | Total  |
| 15.957 hab | 22.187 hab | 38.144 |
| 41,8%      | 58%        |        |



Nº PESSOAS EMPREGADAS

|                               |           |                     |       |
|-------------------------------|-----------|---------------------|-------|
| Administração Pública         | Indústria | Comércio e Serviços | Total |
| 1.844 (2017)                  | 271       | 60                  | 2.175 |
| 1.276 (2010)                  |           |                     |       |
| População Urbana sem Ocupação |           |                     |       |
| 6.424                         |           |                     |       |



AGRO EXTRATIVISMO

|                                               |                                         |                                                         |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Famílias Assentadas na Modalidade PAE (INCRA) | Nº de Pessoas Ocupadas com Agropecuária | 11.423 com laços familiares<br>347 sem laços familiares |
| 4.401 famílias                                | 11.770 (2017)                           |                                                         |
| (22.005 pessoas)*                             | 5.077 (2010)                            |                                                         |



AUXÍLIOS

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Bolsa Família    | Bolsa Verde      |
| 8.843 famílias   | 1.057 famílias   |
| (25.516 pessoas) | (5.285 pessoas)* |

\* Cálculo aproximado do número de pessoas de acordo com o número médio de 5 pessoas por família.

Quadro 4 - Indicadores e dados divididos por temas e selecionados baseados nas entrevistas em campo. Fonte: IBGE, 2010; IBGE, 2017; MTE, 2016; Prefeitura de Afuá, 2017; Incra, 2017; MDS, 2017; MMA, 2017. Elaboração: Autora, 2017.

A cidade experimentou crescimento (ver figura 12) entre 2007 e 2008 e após a 2010, por ocasião da criação do Parque Estadual do Charapucu - quando famílias extrativistas foram retiradas da área do parque, e em busca de melhores condições de educação e saúde, migraram para a cidade. Contudo, o crescimento da população ocorreu em meio a falta de novos postos de trabalho formais e dificuldades de articulação entre o modo de vida

ribeirinho tipicamente rural e o modo de vida urbano, desagregando paulatinamente o modo de vida tradicional. Próximo da metade (40,25%) da população urbana é contabilizada como sem ocupação alguma, seja ela formal, ou informal. Nesse quadro, os auxílios são extremamente importantes para manutenção de consumo dessas famílias, que já não atendem suas necessidades a partir do extrativismo (e da existência de biodiversidade), e para a manutenção das crianças e adolescentes nas escolas. Dentre as modalidades de transferência de renda, a Bolsa Verde é a que contribui de forma mais digna para a manutenção da floresta e desse modo de vida.

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA SEDE DE AFUÁ



Figura 12 - Evolução histórica do espaço da cidade de Afuá. Fonte: Prefeitura, 2015; IBGE, 2010. Elaboração: Autora. Ver imagem ampliada no Anexo I.

Em razão de sua proximidade com a floresta e inserção na várzea, o material mais utilizado nas construções é a madeira e o transporte mais eficiente é a bicicleta e suas adaptações. Em algumas áreas, as ruas já foram substituídas por ruas de concreto, como por exemplo a rua da frente da cidade, e as primeiras ruas que seguem em direção ao bairro Capim Marinho. A cidade é oficialmente dividida em dois bairros (ver figura 13), o bairro do Centro e o Capim Marinho, - diz-se que ali havia muito capim-marinho, também conhecido como capim-santo, utilizado por suas propriedades analgésicas, calmantes, antidepressivas, bactericida e fungicida. Porém, extraoficialmente a comunidade, usualmente subdivide a cidade a partir do território vinculado a pequenas congregações católicas, que foram se multiplicando com o crescimento da cidade. Essa é também uma forma de identificação de endereço; se uma pessoa fala que vive: “lá pra Nossa Senhora de Nazaré” significa que mora nas proximidades dessa congregação, essa maneira de identificação no espaço é largamente utilizada não sendo limitada à religião da população. Além da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, há as de Santa Rita, Perpétuo Socorro, São Sebastião, Bom Remédio, Santo Expedito e a MEAP<sup>34</sup>.



Figura 13 - Divisão oficial dos bairros de Afuá. Fonte: Prefeitura, 2015. Elaboração: Autora, 2017.

As últimas gestões da prefeitura têm se esforçado para criar novos espaços públicos para a cidade, e para melhorar os existentes. Destaque-se que a quantidade de espaços direcionados a coletividade é bem grande, no entanto estes estão concentrados no centro da cidade; enquanto há uma carência de espaços no bairro do Capim Marinho, como

<sup>34</sup> Sigla para Missão Evangélica de Assistência aos Pescadores. Nesse caso não é católico. É um espaço de suporte à comunidade carente, onde as crianças têm aula de reforço, praticam esportes, fazem refeições e congregam em atividades majoritariamente para crianças, embora os pais de envolvam, principalmente se for necessário algum tipo de intervenção familiar. Por ser grande em extensão, tornou-se um ponto de referência entre moradores do local.

expresso na figura 14. Na cidade, espaços de pequena escala são suporte ao fluxo dos ciclistas e de estar e descanso, em meio às construções. Os maiores espaços são vinculados ao rio, e são os que têm se mostrado mais eficientes. Segundo Rocha (2017), a configuração dos bancos em relação à rua podem ser definidores no uso daquele espaço pelo afuaense, já que a rua tem protagonismo na vida da cidade, o fluxo e os acontecimentos (encontros, vendas, curiosidades) parecem ter maior apelo do que a paisagem do rio, que ainda se faz muito instrumental na vida da população. A apropriação da paisagem como sendo um objeto de consumo é maior apelo para o turista, do que para o munícipe, que incorpora àquela paisagem ao seu cotidiano de muitas formas (e funções). Ainda assim, o número de espaços públicos reflete a vida pública que efetivamente existe em Afuá.



Figura 14 – Localização dos espaços públicos e feiras que tem protagonismo no cotidiano da cidade. Fonte: Prefeitura, 2017. Autora, 2016. Elaboração: Autora, 2018. Ver imagem ampliada no Anexo I.

Os usos de comércio e serviço concentram-se no bairro do centro, onde há intenso adensamento, proporcional à proximidade do rio principal, o rio Afuá. O mapa de uso do solo expresso na figura 15, demonstra como os usos são distribuídos e quantidade de usos mistos demonstram diversidade como característica marcante da cidade. Quanto mais próximo do rio, mais privilegiado é o espaço, já que está sob influência direta do rio, o elemento estruturante do espaço da cidade, que carrega uma forte carga simbólica, meio da

mobilidade, local da chegada de novidades em forma de mercadorias e pessoas. Apesar da concentração de comércio e serviço no Centro, é possível notar em toda Afuá, a ocorrência de atividade comercial nas frentes das casas, uma marca da cidade, característica que faz com que as ruas sejam bastante vivas.

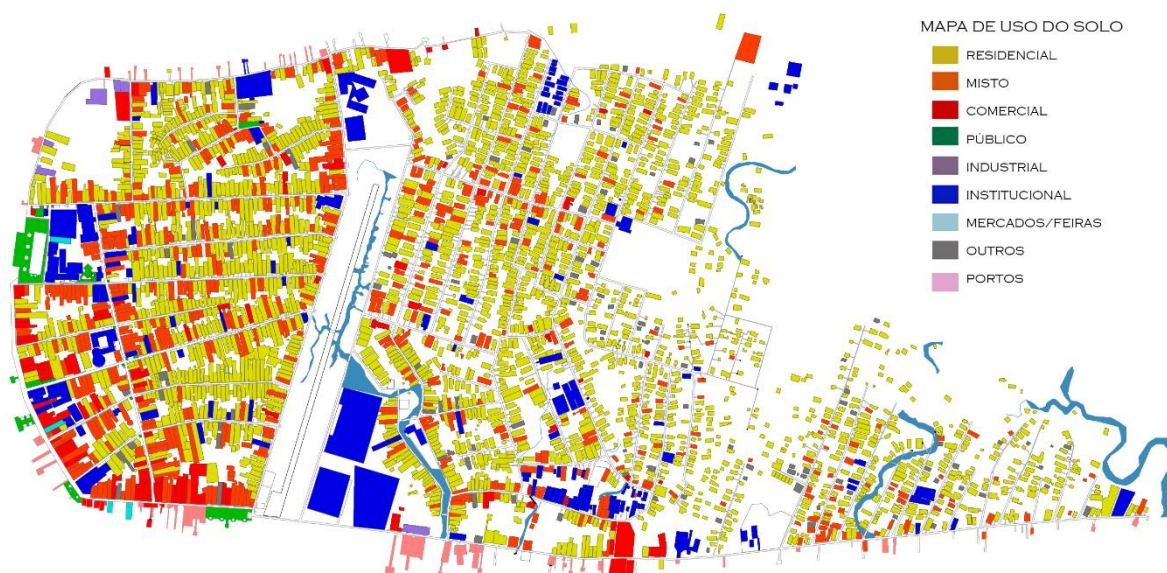


Figura 15 - Mapa de Uso do Solo. Fonte: Pesquisa de Campo, 2016; Prefeitura, 2017; Rocha, 2017. Elaboração: Autora, 2018.

Contudo, já é possível perceber algumas tendências de mudança nas características das casas, principalmente no bairro do Centro, onde se concentram as pessoas com maior poder aquisitivo e que têm possibilidade de realizar mudanças mais frequentemente nas edificações. Prédios de estabelecimentos bancários contam com uma estética mais universal, que começa a esconder o típico telhado aparente. A utilização do vidro e do concreto armado, introduz no espaço da cidade novas possibilidades estéticas e ideológicas. A comercialização em larga escala do tijolo, da areia, do cimento e do ferro, barateou esses materiais, enquanto a escassez da madeira tornou-a mais cara, situação que começa a dar novos contornos à paisagem da cidade. Ver abaixo, na figura 16, alguns exemplares dessas mudanças.

## MANIFESTAÇÕES DE MUDANÇAS NA PAISAGEM DE AFUÁ



REFERÊNCIAS EXTERNAS NA CASA DOS PÁROCOS



FECHAMENTO DE PÁTIOS E SACADAS COM GRADES



RUAS DE CONCRETO



CONSTRUÇÃO EM CONCRETO ARMADO



SISTEMA CONSTRUTIVO MISTO



ESTÉTICA HOMOGENEIZADA



TELHADO ESCONDIDO, CONCRETO ARMADO E VIDRO



TENDÊNCIA DE INVOLUÇÃO DE QUINTAIS NO ESPAÇO URBANO



Figura 16 - Mudanças na paisagem da cidade a partir de um referencial exógeno, novos materiais e modos de lidar com a rua segundo tendências das grandes cidades brasileiras. Fonte: Autora, 2016. Macêdo, 2012, p. 75. Elaboração: Autora.

Segundo Rocha (2017) a rua é de vital importância na vida de Afuá, principalmente pra sua vida social e urbanidade. A ruptura com a rua adereça justificativa à violência urbana, sendo esta última intrinsecamente relacionada à educação formal, à falta de emprego e à ruptura com o modo de vida campesino ribeirinho-varzeiro, modificando as próprias relações socioespaciais relativas a transição entre privado e público. A intensificação de problemas urbanos, estabelece adensamento populacional levam a uma involução dos quintais (Macêdo, 2012), no caso de Afuá há também uma ruptura com a rua, com as estivas de acesso às casas e com os pátios internos de acesso à rua. Essa problemática ocorre conjuntamente à introdução de referências externas - os novos materiais, a nova estética e o

que ambos representam. A novidade, a solidez do concreto, a estabilidade e o *status* - social, econômico, espacial, somado à ideia de modernidade, progresso e dinâmicas do desenvolvimento (assumidos como de evolução conjunta). Embora nem sempre as soluções sejam adequadas, o vidro da última imagem da figura acima recebe o forte sol da tarde que bate na frente da cidade, o vidro oferece, portanto, uma segunda oportunidade estética e mudança em relação à instrumentalidade do rio, oferece o rio como paisagem consumível e estática, como mostra a figura 17.



Figura 17 - Imagem de dentro do hotel. Fonte: Google Mapas, 2017.

Em um breve comparativo entre as sedes de outros municípios Marajoaras: as cidades de Breves, Soure, Anajás, e Afuá, percebe-se que já existe um gradiente de transformação da cidade da várzea, no qual Breves representa uma imagem difundida, não só pela mídia, mas pelo imaginário popular como de “modernização mais avançada”, por já adotar um padrão de tecnologias, parâmetros espaciais, valores e usos, que viabilizaram a utilização de veículos motorizados – proibidos por lei em Afuá e por causa de sua estrutura toda em palafitas – com o asfaltamento de ruas dentro do perímetro urbano (Figura 18).

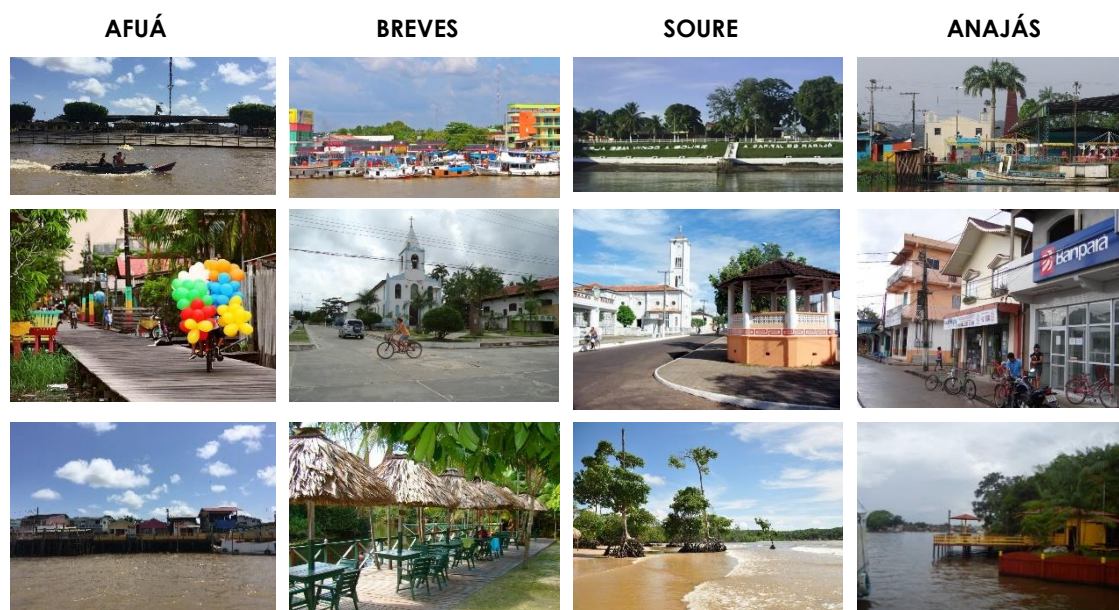


Figura 18 - Imagens comparativas entre as cidades de Afuá, Breves, Soure e Anajás. A partir de três perspectivas, de cima para baixo, a) as frentes das cidades, b) suas ruas e c) a imagem difundida pelo turismo. Fonte: Acervo da autora, Prefeitura, 2017, compartilheviagens.com, Google Mapas, cidade-brasil.com.br. Elaboração: autora, 2017.

Este cenário de transformação decorre do acesso a recursos federais que nunca antes haviam chegado em pequenos municípios, caso dos programas Minha Casa minha Vida e Luz para Todos, com vinculação de recursos proporcionais ao volume populacional (Breves com maior população) na produção de habitação e infraestrutura. Essa produção do espaço urbano permitiu obras de apelo eleitoral, em um curto espaço de tempo difundindo soluções oriundas das metrópoles onde essas políticas públicas são desenhadas, gerando contradição entre discursos praticados dentro das cidades e a imagem difundida ao forasteiro/turista.

A relação da região com as metrópoles dá-se através das relações de poder e coalizões políticas e dos aspectos simbólicos. A imagem da metrópole ligada a um modo de vida urbano-industrial ultrapassa suas próprias fronteiras, e enquanto as tipologias metropolitanas são referências de políticas públicas e culturais, passaram a ser apropriadas pelo discurso político local para a garantia de privilégios às velhas elites. A modernização gera a expectativa de enriquecimento rápido por grupos sociais que controlam o processo, tendo em vista o lucro gerado pela assimilação das novas práticas. Embora o espaço construído ribeirinho seja mais adequado ao espaço de várzea natural, é rotulado como atrasado, rude e de técnica ultrapassada, enquanto o modo de vida metropolitano é associado ao desenvolvimento, civilização e desejo de consumo.

Essa circunstância deu vazão para a apropriação do discurso desenvolvimentista por políticos locais, como é o caso do prefeito de Breves nas eleições de 2016/2017, que adotou o slogan "40 anos em 4". Desse modo, tal discurso correu por todo o arquipélago, gerando

tensão entre as práticas tradicionais e as advindas da metrópole, que valorizam apenas o apelo turístico das práticas locais, sem se importar com os processos que transformam seletivamente os modos de vida da população, e abrangem desde as relações de produção, socioculturais, socioambientais e o marco tecnológico, todos historicamente testados e bem-sucedidos naquele tipo de território por séculos, bem como processos inadequados à definição de Área de Proteção Ambiental que o Arquipélago do Marajó oficialmente possui.

Esse é somente um dos casos que expressam como essa ideia desenvolvimentista chega no Marajó, causando diversas contradições. A própria propaganda do Ministério da Integração Nacional continua usando esse discurso, mesmo com todo o histórico de impactos acumulados desde nos anos 1970 e 1980 na região, e o resultado para as cidades da Amazônia que se apartaram da natureza. O estímulo ao crescimento por meio de planejamento exclusivamente logístico, modificando a relação com a terra e transformando a região em um produtor de minérios e posteriormente de *commodities*, incrementou as desigualdades e transformou a região e o espaço como um todo, como já abordado anteriormente (Becker, 2013; Santos, 2013; Cardoso e Lima, 2006; Cardoso et al., 2018). Como é possível ver na figura 19, o Ministério utiliza palavras como “desenvolve”, “avançar”, “equipamentos” e “obras” se utilizando dos mesmos signos e analogia entre “avanço”, “desenvolvimento” e obras. Essa prática favorece o apelo eleitoral do discurso político relacionado às obras, sem tratar o tema do desenvolvimento de forma sistêmica, ou articulando desenvolvimento social e cultural ao bem-estar da população. Na prática, há um completo descolamento entre as ações do poder público e as demandas locais da população – que no caso de Afuá giram em torno de soluções para a questão da água e saneamento.



Figura 19 - Propaganda do Ministério de Integração Nacional. Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2017.

Ainda relacionado aos investimentos do Ministério da Integração Nacional, vemos claramente a chegada de recursos que foram revestidos para a construção de ruas de concreto, através da SUDAM, do Ministério da Integração Nacional e mais nove convênios não especificados, além das figuras públicas relacionadas à movimentação desses investimentos e recursos, como o Ministro da Integração Nacional e o ex-prefeito de Breves, que adotava o slogan desenvolvimentista “40 anos em 4” e que hoje assume o cargo de presidente da Federação dos Municípios do Estado do Pará, dentre outros (PREFEITURA, 2018). Segundo ainda as notícias do site da prefeitura o objetivo do convênio é: “[...] trazer melhorias na locomoção da população afuaense através de passarelas mais resistentes e seguras. Sem falar na economia com manutenção de comparada com passarelas de madeira que tem uma vida útil de dois anos em média.” (PREFEITURA, 2018).

Há de fato, uma preocupação com o custo das passarelas de madeira, além da preocupação com a origem dessa madeira e também com o tempo de manutenção das mesmas, que demandariam recursos e mão-de-obra expressivos, essa preocupação foi exposta em entrevistas, assim como a preocupação com o conforto térmico nos espaços. Uma outra questão emerge na medida em que se constata o aumento da população urbana, aumentou o fluxo de pessoas nas ruas (passarelas), isso aumentou a frequência da manutenção, o que tornou-se justificativa para a troca dessas passarelas por outro material, menos adequado ao calor da região.

À título de informação é disponibilizada na próxima tabela – figura 20, os gastos com obras para ruas de madeira e com as obras para ruas de concreto no município. Segundo as placas de obras disponibilizadas, o valor total gasto para fazer a obra é de R\$ 2.964.587,34 reais (apenas para passarelas no bairro do centro), em análise com gasto de 5 anos para passarelas de madeira, entre 2013 e 2017, foram gastos (no município todo) um total de R\$1.133.112,90 reais. É importante frisar que esse cálculo foi feito baseado nas despesas do município disponibilizadas no site da prefeitura. Deixo claro que não se discute nos números a durabilidade, a taxa de desmatamento, e o investimento à longo prazo, questões que devem fazer parte das discussões a respeito das decisões tomadas.



| GASTOS COM RUAS DE MADEIRA (POR ANO) |  |           |
|--------------------------------------|--|-----------|
| 2013                                 |  | 6.007,57  |
| 2014                                 |  | 18.508,13 |

|                                                                                                                                       |                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| 2015                                                                                                                                  | 285.106,00     |
| 2016                                                                                                                                  | 670.956,30     |
| 2017                                                                                                                                  | 152.534,90     |
| TOTAL                                                                                                                                 | 1.133.112,90   |
| VALOR MÉDIO POR m² (R\$)                                                                                                              | 39,00          |
| GASTOS COM RUAS DE CONCRETO (2018) *                                                                                                  |                |
| 1179m²                                                                                                                                | R\$ 819.686,95 |
| VALOR POR m² (R\$)                                                                                                                    | 695,00         |
| *Valor calculado baseado nas metragens das ruas fornecidas através de uma placa, as metragens não foram fornecidas nas outras placas. |                |

Figura 20 -Em cima: Imagens das placas de obras, nos canteiros. Em baixo: tabela com os gastos por ano e por metro quadrado, por material utilizado. Fonte: Prefeitura de Afuá, 2018. Elaboração: Autora.

No entanto fica claro que a madeira é um material viável, e poderia ser levada em consideração para algumas ruas, de menor fluxo ou mesmo através de uma reserva pública de uso da prefeitura para esses fins. A respeito desse tema, algumas questões podem ser adereçadas como por exemplo sobre (a) qual o critério de escolha das ruas a serem concretadas? Segundo a equipe da prefeitura, (b) a população urbana pouco participa das decisões, como fazer com que a população seja mais participante nas demandas e alocação de recursos? Em que medida (c) um plano diretor mais atualizado, visto que o atual ainda é de 2006, poderia ajudar a conservar algumas ruas de madeira e de forma estratégica trocar as ruas de maior fluxo para concreto e manter algumas de madeira? Isso poderia (d) preservar uma parte da paisagem da cidade e da (e) atividade madeireira consciente na região? Haveria interesse em fazer um (f) plano de arborização da cidade paralelamente à troca dessas passarelas? E de que forma o (g) saber ribeirinho sobre plantio e cuidado com a floresta poderia iluminar esse projeto? Estas questões serão resgatadas no âmbito das ações e discussões emergentes sobre a cidade de várzea, suas adequações, identidades e seu desenvolvimento endógeno, relacionado ao saber ribeirinho sobre o rio e a floresta.

Ademais, há a intenção de implantação do modal rodoviário, por meio de uma rodovia Transmarajoara, que cortará o Marajó, saindo de Breves até o Município de Afuá, e para além das meras intenções, já se observam dificuldades dos nativos em manter o estilo de vida devido a exploração em larga escala de madeira e palmito, na preparação de uma população extrativista para o trabalho assalariado e na mudança no microclima intensificada pela mudança de materiais.

Em contraponto a esse contexto de modernização do Marajó, este trabalho busca descortinar os aspectos não-físicos que impactam nas mudanças do espaço, tais como: a) o discurso político desenvolvimentista; b) exploração de recursos naturais em escala industrial, com introdução de novas relações de trabalho e formas de apropriação da terra na várzea (entendida como espaço rural), onde a produção de escala industrial acontece; c) adoção

de estratégia de conservação ambiental a partir da implantação de unidades de conservação que inviabilizam a exploração para consumo próprio da população local, que vivia dispersa pelo território da várzea, e imposição da transferência da população que vivia na área da reserva para a cidade; c) mudança de valores na região pelo forte apelo metropolitano dos veículos de comunicação; d) a educação formal e a ruptura com o saber ribeirinho-varzeiro.

## **AS HETEROTOPIAS DE AFUÁ**

Quando falamos de espaços urbanos estamos trazendo o abstrato para a realidade, tratando o espaço como a expressão daquela realidade, e abordando tais realidades locais como proposto pelos princípios dos estudos subalternos, de modo que cada espaço imerso na sua realidade expresse esta abstração de uma maneira – de como a concluir a dialética da realização do espaço físico, concebido e percebido (WATSON, 2009; SOJA, 1996, LEFEBVRE, 1991).

Na Amazônia este encontro de racionalidades na cidade da várzea resulta em espaços híbridos porque os espaços da região têm características de periferia e de fronteira, não plenamente estruturados e são percebidos como carentes de grandes mudanças (SANTOS, 2013; BECKER, 2013) para o melhoramento da vida nestas cidades ligadas ao extrativismo e ao modo de vida varzeiro-ribeirinho; estes espaços se encontram em permanente mudança, que são reproduzidas de acordo com um referencial exógeno de cidade de, de trajetória industrial, hegemônica. Isso também está relacionado à expansão dos meios de comunicação, infraestrutura de transporte e da indústria da construção civil e à busca por novos mercados.<sup>35</sup>

Marshall (2009) alude a cidade como adaptação ao meio, podemos emprestar essa perspectiva e situar a cidade de Afuá como adaptação ao meio, à base biofísica da várzea, à adaptação ao rio, à floresta – ambos bens comuns -, à condição de ponto de parada e aglomeração, resultado do encontro entre economia extrativa e reprodução social do modo de vida ribeirinho amazônico.

A urbanização extensiva gerada pela busca por novos mercados e, insere uma nova visão de mundo na região, vinculada às bases moderno-industrial que na medida que se relaciona com as racionalidades preexistentes entra em conflito e manifesta a reestruturação

---

<sup>35</sup> Manifestação do processo que Monte-Mor (2014) chama de urbanização extensiva que nos últimos 30 anos conectou tanto periferias isoladas quanto regiões metropolitanas aos centros industriais da economia global, integrando as fontes de matéria-prima através de investimentos em infraestrutura, de comunicação, transporte e energia aos pontos de exportação, e estendendo condições de produção e consumo necessárias a formas de produção industrial a todo o espaço social. Na virada do século através dessa mesma base urbano-industrial mantém a articulação da Amazônia à divisão internacional do trabalho por meio da indústria extrativa mineral, geração de energia e agroindústria.

do espaço - ou a busca por essa reestruturação – assim como a reestruturação ideológica na medida que rompe com estruturas simbólicas e mentais desse modo de vida (BOURDIEU, 1989; 2008) e por consequência gera híbridos evidentes na análise da reprodução social e espacial. E no âmbito das complexidades cria um "outro" (SOJA, 1996) espaço manifesto por suas heterotopias e sobreposições de camadas reagentes à articulação socioespacial.

Segundo Lefebvre (1999) "[...] A realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço "exprimem" as relações sociais, mas reagem sobre elas. [...]" (p. 26). A partir da convivência em um mesmo espaço de uma miríade de manifestações provenientes da estrutura tradicional e da nova visão hegemônica que têm se imposto e se adaptado aquele espaço-tempo único com sua especificidade no modo de viver, fazer, se relacionar, acumular, se expressar e se reproduzir.

### **DEFINIÇÕES E A CONSTRUÇÃO DA HETEROTOPIA<sup>36</sup>**

Com o intuito de descrever as heterotopias de Afuá, como um caso de superposição de camadas, ou heterotopias, utilizaremos o conceito elaborado por Foucault (1984) que o autor utiliza busca ultrapassar dicotomias (hierarquização) e encontrar esses espaços heterotópicos: um espaço constituído por várias realidades.

Segundo o autor seria tempo de colocar o tema espaço no centro das discussões, pois nele se desenrolam ações sociais, significados e mudanças: "A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e longínquo, do lado a lado, do disperso." (FOUCAULT, 1984, p. 465)

Os espaços de heterotopias seriam, portanto, espaços de superposição de realidades, com capacidade de suspender, neutralizar ou inverter o conjunto de relações por ele refletidas, pode ser ele, o espaço da negação (do contrário), da invisibilidade, ou da complementação, ou seja, da reflexão (FOUCAULT, 1984).

Seria também o espaço dos tabus, que não encontram lugar no seio da sociedade, espaços que são colocados à margem, no entanto, à margem pode ter conotação espacial e ideológica, o autor não deixa explícito em seus escritos. Como tanto a conotação espacial quanto a ideológica podem ser expressas no espaço, e a ideia de heterotopia supõe sobreposição, acredita-se que ambas possam ser utilizadas. Espaços esses que ultrapassassem a sacralização das oposições espaço privado/público, espaço da família/social, espaço

---

<sup>36</sup> O distanciamento entre Henri Lefebvre e Michel Foucault difundido pelos autores Neil Smith e David Harvey é revisto em Soja (1996) que realiza uma aproximação entre o conceito de heterotopia de ambos. Nesse sentido não há aqui um aprofundamento sobre tal questão, porém tanto a dialética do poder-conhecimento-espaço de Foucault quanto a dialética do espaço vivido-concebido-percebido de Lefebvre serão úteis ao trabalho na medida que dão bases para identificação de um "outro" espaço, que nele mesmo manifesta diferenças a partir de sua instrumentalidade (SOJA, 1996) e, portanto, a complexidade do espaço de várzea cuja diversidade é marca principal.

cultural/útil, espaço do lazer/trabalho, um caminho do meio, um espaço das possibilidades.

Aparece como oposto à utopia (espaços irrealis), porque são espaços concretos que encerram múltiplas representações conflitantes em uma mesma área, causando contestações, fragmentações e inversões de regras devido aos seus conflitos, assim:

"[...] As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a "sintaxe", e não comente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza "manter juntos" (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. [...]" (FOUCAULT, 2000, p. 9)

"[...] e acredito que entre as utopias e estes posicionamentos absolutamente outros, as heterotopias, haveria sem dúvida, uma espécie de experiência mista, mediana, que seria o espelho. [...]" (FOUCAULT, 1984, p. 415)

Para esclarecer o que é heterotopia, o autor lança mão de uma comparação com um espelho, onde a heterotopia e o espelho correspondem-se, a realidade e virtualidade sobrepondo-se em um só objeto. Sendo assim, as heterotopias seguem seis princípios: a) é uma constante de qualquer grupo humano; b) cada sociedade encerra as heterotopias de forma particular; c) ela tem o poder de justapor em um só lugar vários espaços e posicionamentos incompatíveis; d) estão ligadas a recortes no tempo; e) são simultaneamente isoladas e penetráveis; f) são funcionais e criam espaços de contraponto a outros espaços.

Outros autores utilizando-se do conceito de heterotopia, para explicar certas espacialidades. Lefebvre (1999) introduz como espaços de heterotopia as praças de mercados, as transições entre os espaços da cidade política e da cidade comercial, mas que ainda se sobrepunham e ao mesmo tempo eram excluídas dos núcleos das cidades. Soja (1996) admite que tal conceito nutre maneiras diferentes de conceituar o espaço e se utiliza dela para chegar ao "*thirdspace*", ou o terceiro-espaço, onde a partir da dialética do espaço da cidade entende-se o espaço vivido nele mesmo.

O terceiro-espaço é construído a partir de uma perspectiva puramente espacial, da "práxis" espacial, no qual o espaço é percebido empiricamente através de uma abordagem materialista, sendo ele chamado de primeiro-espaço; e a partir da perspectiva do segundo-espaço, relacionado à imagem, reflexão e representação simbólica do espaço e que podem ser descrevidas a partir de processos não-espaciais como o histórico, social, político, econômico, comportamental, ideológico, ecológico e assim por diante. O terceiro-espaço (espaço da alteridade, o outro espaço), em toda sua complexidade, é identificado como o espaço vivido, no qual simultaneamente abarca o real/imaginário, concreto/virtual, a experiência individual/coletiva (SOJA, 1996).

Deste modo tanto a noção de terceiro-espaço de Soja (1996) quanto a noção de

espaço de Lefebvre (1991) são compostas por três espacialidades a) o percebido; b) o concebido; c) o vivido. Pode-se dizer também que é o espaço das possibilidades, onde o primeiro-espaço e o terceiro-espaço se encontram e convivem (heterotopia).

Similar a essa dialética, a teoria de "*assemblage*" complementa essa ideia de heterotopia. Adaptada da teoria do "ajuntamento" deleuziana, podendo ser descrita como a teoria do "ajuntamento" em uma tradução direta, mas não como um "ajuntamento" de partes para que formem um todo, e sim um ajuntamento em que essas partes se relacionam entre si e esse todo torne-se um processo, no lugar de um produto final. Utilizaremos a palavra *assemblage* em sua grafia original para descrever esse "ajuntamento".

A teoria de *assemblage*, denota diversidade, identidade, características e território. Vai além de uma análise que requer a caracterização das partes e busca o relacionamento entre essas partes. Busca intermediar elementos heterogêneos como as relações humano/não-humano, orgânico/inorgânico, técnico/natural (KAMALIPOUR, 2015). É esse intermédio que contribui para a análise das heterotopias, que nelas mesmas são heterogêneas.

Tal viés trabalha com múltiplas escalas, estruturas hierárquicas menos rígidas, baseadas no rizoma deleuziano e na estrutura de poder foucaultiana. DeLanda (2006) afirma que *assemblages* existem em populações heterogêneas. O relacionamento entre a ideia por trás da teoria de *assemblage* e seus componentes é complexa e não linear, de certo modo se aproxima da ideia das realidades superpostas (híbridas) da fronteira amazônica, no qual, por exemplo, concepções moderno-industriais coexistem com práticas pré-capitalistas e a noção espacial de sociabilidade (espaços públicos) coexiste com a privatização da orla (portos privados).

Poderíamos então dizer que as heterotopias são a) espaços de sobreposição de modos de vida, realidades e visões de mundo; b) espaços invisíveis, constituindo pontos cegos que facilmente podem ser confundidos através de visões hegemônicas; c) espaços de possibilidades (o terceiro-espaço) no qual sobrepõem-se aspectos materiais e imateriais; d) *assemblages*, ou espaços de intermediação entre ideias heterogêneas simultaneamente opostas e complementares.

Apresentaremos as heterotopias de Afuá a partir da reprodução social e espacial que se relacionam entre si e com o todo da cidade – reconhecendo, portanto, que esse todo tem um caráter processual, que está em constante transformação, bem como suas heterotopias – são eles: a) as relações sociais; b) relações espaciais; e o seu relacionamento entre si e com aspectos c) econômicos e d) biofísicos ou naturais.

## **AS RELAÇÕES SOCIAIS**

A partir das entrevistas, das atividades que foram feitas com a população (dividida por bairros) e de observações pode-se perceber que em Afuá, o aspecto social é bastante

forte e ele se traduz tanto através da configuração do espaço quanto pelas relações estabelecidas na cidade, a frase: “aqui em Afuá, todo mundo se conhece”, é bastante reveladora e se manifesta como um neutralizador – análogo ao Bolsa Família – das desigualdades sociais e da violência:

“Se foi bicicleta que pegou, eu já sei quem foi que pegou... A gente sabe: “ah foi o fulano”. Pode ir na casa dele que tá lá.” E.S.D., 32

“É tranquilo? Não tem esse negócio de assalto? Pode andar de noite? É pode vim. Aqui todo mundo conhece todo mundo, só assim quando é assim, tempo de juntamento. É período, assim, mais mês de junho e julho, que é o período de férias, então muita gente vem de Macapá, vem de Belém que tem uns parentes aqui, né, em julho tem o festival do Camarão, aí vem gente de todas as localidades, aí a gente escuta o boato [...]” M.C.S., 57

Além de contribuir para neutralizar a expansão da violência, a sociabilidade se reproduz através das tradicionais relações de apadrinhamento, que sobrevivem ainda hoje, contribuindo para a economia solidária. Acontece em espaços públicos, de vizinhança (varandas/pátios) e através da mobilidade.

#### **a) O Apadrinhamento e as Redes de Solidariedade**

As tradicionais relações de apadrinhamento se dão por duas vias, a primeira religiosa, nas quais os padrinhos de crisma tornam-se conselheiros de jovens e jovens adultos, esse tipo de apadrinhamento também orienta os jovens na expansão da renda familiar, nos tipos de atividades que podem alcançar resultados produtivos para esses jovens. O segundo apadrinhamento é relacionado diretamente à questão da renda familiar, onde a mãe deixa seu filho/filha com padrinhos para que aqueles padrinhos (pai/mãe adotivos) possam dar educação e oportunidades às crianças de famílias mais humildes.

O caso de apadrinhamento evidencia as redes de solidariedade de uma comunidade coesa, as ações dessas redes de solidariedade podem ser de ordem variada, cuidado com os filhos, com a casa de um vizinho, alimentação compartilhada, ajuda financeira (aspecto econômico), cestas básicas, transporte, e assim por diante; podem se dar à distância também, como é comum que afuaenses que moram em Belém ou Macapá, recebam jovens que estão tentando o ENEM em universidades localizadas nas metrópoles dentro dessas condições de apadrinhamento – o esquema abaixo, figura 21 ilustra o caso.



Figura 21 - Esquema que ilustra o apadrinhamento, economia solidária e economia criativa. Elaboração: Autora, 2018.

Essa rede de solidariedade vai se expressar também através das redes sociais, através das páginas da internet, percebemos que o afuaense é bastante conectado à internet – há conexão disponível nas duas maiores praças da cidade, gratuitamente - através de smartphones, em sua maioria, e computador (menos pessoas utilizam o computador), este relato demonstra como a conexão também contribui para a prática da economia solidária (à distância):

"[...] aí no grupo do WhatsApp a minha prima disse 'mana, eu quero mandar uma encomenda pra ti', mas não disse o que era... Foi. Foi antes de ontem de noite que chegou, pra amanhecer ontem. E aí eu abri a caixa era como se eu tivesse passado uma relação pra ela de tudo o que eu não tinha, isso é demais né? Aí eu disse "mana, tu tá tão aperreada aí, eu sei que tu quer ajeitar tua casa aí, porque tu te preocupa comigo?", "Ah mana porque, a Preta [filha da entrevistada] me falou que tava mole a venda aí, eu imaginei logo, [...] Não mana nós fizemos uma coleta aqui", foram cinco, ela com os irmãos dela tudinho e mais uma tia minha que mora lá, fizeram uma coleta e compraram tudo." M.L.C.N., 64

Através das redes sociais, expressam sua identidade, eventos, fotografias da paisagem local, motivo de orgulho, que por ser um lugar peculiar e "muito diferente" como enfatizado em inúmeras entrevistas, acaba por ser a sua maior propaganda, ver figura 22.

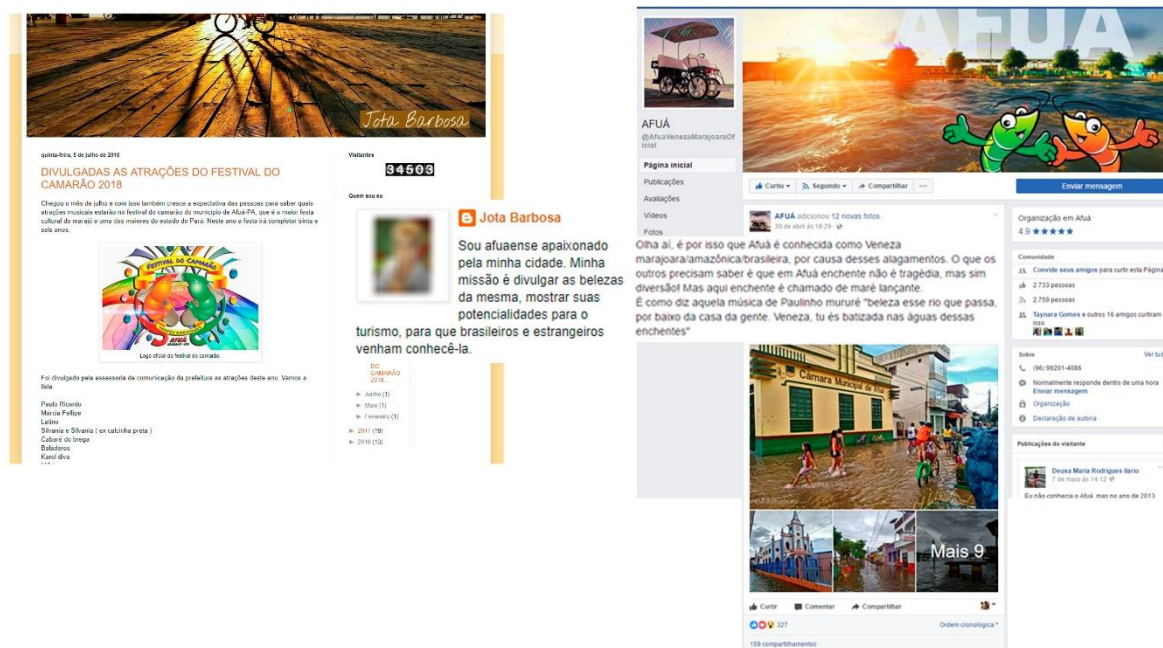


Figura 22 - Esquema que ilustra a atividade e visibilidade de Afuá na internet e redes sociais. Fonte: Facebook de Afuá, 2017; Blog do Jota Barbosa, 2018. Elaboração: Autora, 2018.

## b) Os Espaços de Socialização

Os espaços de socialização em Afuá são numerosos. Esse aspecto impossibilita de separar o espaço físico da interação social (superposição de aspectos), foram identificados a partir das entrevistas (primeira pesquisa de campo) e da atividade sobre a cidade (segunda pesquisa de campo). Os espaços de socialização são: a) as praças, b) as ruas, c) as estivas e os pátios.

a) **as praças:** podem ser categorizados de acordo com seu tamanho e atratividade, a atratividade o que vai depender de sua inserção no tecido urbano e o número de funções, como por exemplo, se possui uma quadra de esportes, rampa de banho, palco para eventos, quiosques e tenham atividades convidativas. Foram divididas em três categorias: (1) pequenas, (2) médias e (3) grandes. A figura 23 mostra suas localizações, classificação e descrições de acordo com a classificação.

## CLASSIFICAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS POR TAMANHO



b) **as ruas:** também são espaços de socialização, principalmente porque têm tamanho específico – padrão de três metros - e limitam os fluxos contribuindo para o contato entre as pessoas. As ruas de maior fluxo estão ligadas com os rios, Afuá, Cajuúna e Marajozinho, também têm relação com o setor de comércio e serviços, e com sua concentração próxima desses rios e em ruas mais antigas e consolidadas. Na medida em que seguem para o bairro

do Capim Marinho, as ruas perdem o volume de fluxos, embora algumas ruas concentrem usos mistos e dinamizem áreas no bairro.

A bicicleta, meio de transporte oficial de Afuá, facilita a interação social e potencializa a mistura de usos, ainda que em uma microescala. Em um passeio de bicicleta ou de bicitáxi, acompanhado por um morador, é comum vê-los se cumprimentando e até combinando encontros aproveitando os avistamentos de conhecidos. A figura 24, mostra as ruas mais movimentadas, seu relacionamento com as áreas de comércio e serviço e usos diversificados.



1 Ruas que atraem o maior número de pessoas, estão relacionadas ao surgimento da cidade, ao setor de comércio e serviço e às feiras e portos que comercializam os produtos da várzea provenientes do interior. Maior número de encontros e uso do solo diversificado.



2 Ruas que não tem conexão direta com o rio, elas atraem pessoas devido o uso do solo ser diversificado e concentrar muitos comércios, que atendem a vizinhança em escala local, a nova Unidade Básica de Saúde dinamizou a área.





Figura 24 - Esquema que ilustra as centralidades da cidade de Afuá. Fonte: Prefeitura, 2017; Acervo da Autora, 2016. Elaboração: Autora, 2018

Em estudo sobre Afuá Rocha (2017), a partir da análise sintática da cidade, identifica que a integração da malha urbana e os espaços de maior atratividade não correspondem, isso porque os espaços mais integrados não correspondem à área de maior diversidade de uso do solo e ao rio, sobretudo ao rio principal que é a frente da cidade. A origem ribeirinha de Afuá estruturou suas dinâmicas a partir do rio, a ponto de subverter a ordem corrente das cidades – com formação por ruas, lotes e quadras convencionais (difundidas pela mídia, pelo imaginário, pela formação técnica). Muitos entrevistados mencionaram a peculiaridade de Afuá, no quadro 5, vemos alguns exemplos.

|                                                                                                                                                          |                                                                              |                                                                    |                                                                    |                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| "[...] a cidade ela é diferente de tudo o que você vê por aí, [...], você vai rodar o mundo inteiro, você não vai encontrar nada igual Afuá..." I.C., 44 | "[...] mas assim, aqui é uma cidade totalmente diferente de todas." R.S., 32 | "Só que aqui ele... aqui tem uma cultura muito diferente" R.C., 49 | "[...] num município pequeno onde tudo é diferente [...]" J.R., 38 | "[...] aí o afuaense é diferente dos outros porque ele é acolhedor [...]" E.S.D., 32 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|

Quadro 5 - Quadro de entrevistas das manifestações sobre a peculiaridade de Afuá

c) **estivas e pátios**: de acordo com as atividades realizadas com a população de identificação de espaços que frequentam e possuem laços afetivos, além dos espaços públicos foram identificadas as residências de vizinhos, desse modo, foi possível perceber os laços de vizinhança que possuem entre si, um dos elementos que expressa essa relação de vizinhança são as estivas e os pátios abertos que permitem visibilidade e maior contato com a rua. As estivas e os pátios são elementos transitórios que possibilitam a realização do contato, como é possível perceber na figura 25.



Figura 25 – Imagens das estivas e pátios nas frentes das casas. Fonte: Acervo da Autora, 2016

Os espaços de transição, semi-públicos/semiprivados, a calçada e os espaços livres são objetos de estudo de uma variedade de autores (FORD, 2000; GEHL, 2009; JACOBS, 2011; MACEDO, 2012; SANTOS E VOGEL, 1985), são unânimes ao reconhecer a importância do espaço público, da transição público-privada e da calçada como elemento essencial para a realização da vida social, no caso das cidades ribeirinhas da Amazônia, os espaços são construídos pela população, de acordo com as suas necessidades, são instrumentais, desse modo podemos dizer que a sociabilidade é instrumental para esse modo de vida, e esse espaço expressa e será fundamental para essa realização.

Dependendo da casa, as estivas de acesso já são o pátio, na maioria dos casos são separadas e tem um tamanho restrito, em outros o pátio, aparece como uma varanda bem delimitada, em outros, aberto como o exemplo do lado direito acima, onde a entrada é livre, descoberta e os bancos convidam a sentar. Essa tipologia vai apresentar uma transição gradativa entre o público e o privado, que é protagonista na vida social de Afuá. O esquema na figura 26, mostra como é manifesta essa variação no espaço ribeirinho e comparativamente ao espaço de cidades convencionais. Além disso observa-se que a proximidade da tipologia com a água (o efetivo espaço livre)<sup>37</sup> favorece a vigilância do espaço público, ou "os olhos na rua" (JACOBS, 2011).

<sup>37</sup> Em Afuá, o espaço livre assume forma diferenciada das grandes cidades brasileiras como explorado em Macedo (2012), o espaço livre é o espaço da água. O espaço não construído entre os edifícios permite uma maior interação simbólica e afetiva com a água e o regime de marés (cheias e vazantes)

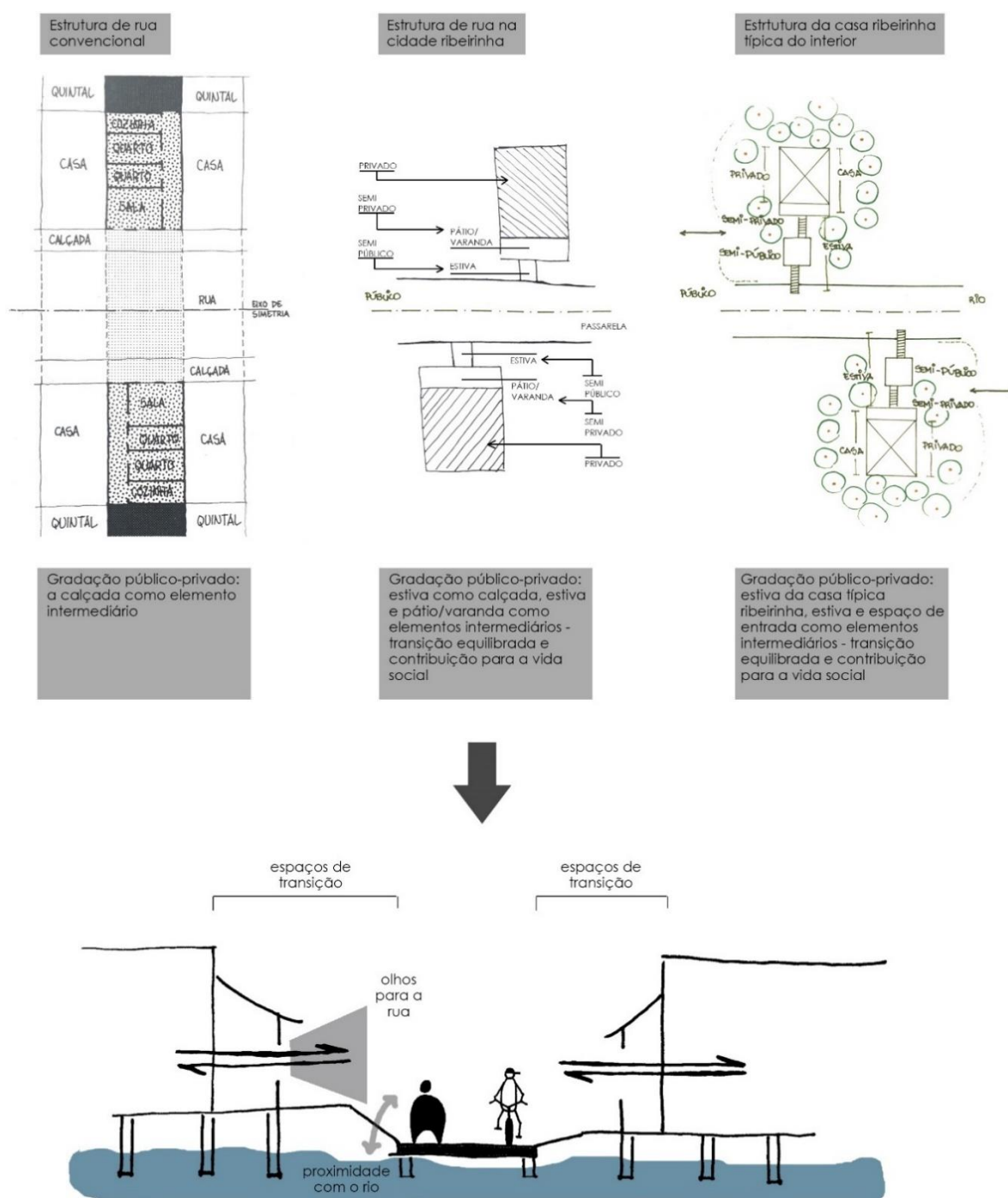


Figura 26 - Esquema que ilustra as dinâmicas de gradação entre o público e o privado na cidade convencional, no interior e na cidade ribeirinha, com foco para a cidade ribeirinha. Fonte: Santos e Vogel, 1985; Gehl, 2009. Elaboração: Autora, 2018.

Como os pátios e estivas servem à interação social, o comércio se apropria desses espaços, transformando-os em vitrines, as frentes das casas se transformaram em salões de beleza, academias, *lan houses*, casa de jogos, e frequentemente em pequenos comércios de suplementação de renda, de venda de gelo, venda de frutas, quitutes e guloseimas preparados pelos cozinheiras e cozinheiros. As frentes das casas frequentemente podem ser

também pizzarias, padarias, ou pequenas lojas de conveniência, comércio de variedades, roupas e etc.

Como o comércio assume esse formato, faz-se o paralelo com os *plinths*, andar térreo de um prédio que se apropriam da transição entre público/privado para a realização do consumo e outras atividades (KARSSENBERG; LASSEN, 2015) e que frequentemente manifestam dupla característica social/comercial, são responsáveis pela experiência na cidade, como mostra a figura 27.

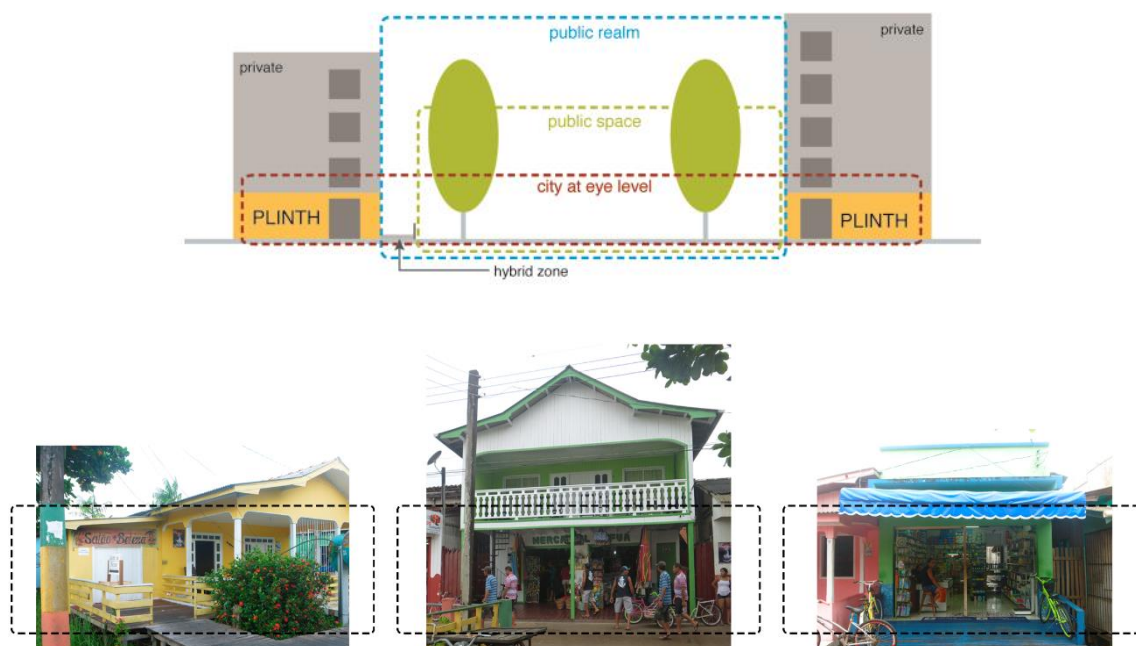


Figura 27 - Esquema que ilustra a manifestação mais próxima de *plinths*: de vitrines e comércios nos térreos e frentes das casas. Fonte: Karssenbergs; Lassen, 2015; Acervo da Autora, 2016. Elaboração: Autora, 2017.

A este respeito, não há a intenção de afirmar que os níveis de consumo em Afuá ou sua configuração, irão reproduzir parâmetros eurocêntricos, apenas que a cidade de Afuá tem essa aproximação com o nível dos olhos, com a escala humana, que confortavelmente, convida e envolve as pessoas,

Entretanto, as mudanças que vêm ocorrendo na cidade, têm provocado uma ruptura com a rua. As novas condições de ocupação e uso das ruas maiores e o fechamento dos pátios já não permitem a mesma visibilidade de antes, acompanhando a tendência das cidades brasileiras (figura 16) de transição para uma tipologia mais fechada, que consome os espaços livres, e rompe com a calçada e com a rua (MACEDO, 2012), mudança justificada pela violência e pela busca de uma nova estética<sup>38</sup>. O esquema seguinte, na figura 28, ilustra

<sup>38</sup> É importante notar aqui que uma das justificativas da mudança na tipologia das residências nas cidades convencionais foi a introdução do carro à vida cotidiana, e por ser objeto caro, havia a demanda para a transformação dos espaços livres/varandas em garagens para a proteção desse bem de intempéries (MACEDO, 2012), tal demanda não se justifica na cidade de Afuá embora tal configuração já seja reproduzida na cidade,.

o caso. Essas medidas agravam a questão da violência porque diminuem os “olhos na rua” e rompem com o seu caráter social. A expansão do setor de comércio e serviço da área da beira do Rio Afuá tende a reproduzir o padrão de adensamento das áreas comerciais brasileiras, com o preenchimento de todo o “lote” disponível, viabilizado na prática pela união as casa e completa cobertura do rio. As mudanças tendem a eliminar a composição de usos típica da cidade, em benefício do comércio e serviço, comprometendo a reprodução da sociabilidade e da relação de vizinhança que é marca da cidade.

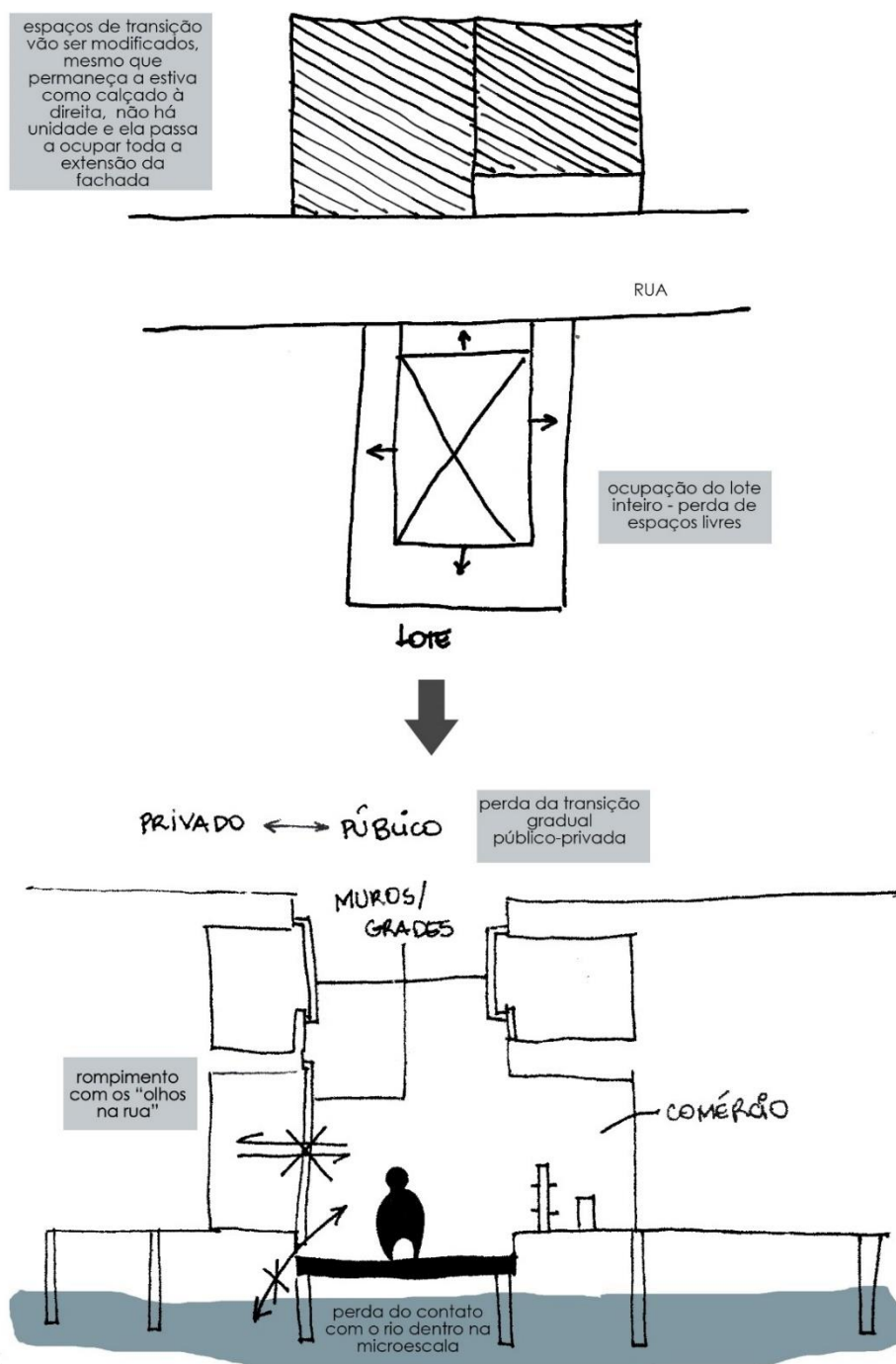


Figura 28 - Dinâmicas de ruptura com a rua. Elaboração: Autora, 2018.

## **AS RELAÇÕES ESPACIAIS**

A impossibilidade de dissociar o espaço de qualquer um dos tens apontados anteriormente, o torna capaz de sintetizar e ilustrar como reagem as realidades diversas que se sobrepõem em Afuá. O espaço dessa cidade é bastante diversificado. As unidades morfológicas típicas da cidade: a palafita, a estiva, o espaço público, se adequam tanto ao terreno e ao regime de marés quanto ao clima quente e úmido. Os espaços públicos diversificados que atendem a população – a margem do rio é o espaço público por excelência – são multifuncionais e promovem o lazer, a sociabilidade e são instrumentais para realização de atividades domésticas, econômicas e culturais. Todas essas características constituem a identidade espacial de Afuá.

A configuração espacial da cidade de Afuá foi determinada por uma visão sociocultural, base biofísica, pelos materiais disponíveis na região, e adaptada ao ritmo da várzea que revelam o caráter vernacular da cidade. Contudo espaço já acomoda diversas visões e por isso tem a diversidade como uma de suas principais características. Além da diversidade, o rio, se coloca como centro de tudo e reclama a posição de principal heterotopia.

### **c) O Rio é a Principal Heterotopia**

O rio vai definir o modo de construção, onde se localizam os espaços públicos de maior expressividade da cidade, em um deles está localizada a "praia de rio" (uma grande estrutura de madeira protegida), define também os espaços públicos de mercados e feiras municipais e que vão expressar a dinâmica econômica da região. Como podemos ver no mapa, os espaços públicos de maior expressividade coincidem com as localizações de mercados e feiras, ambos definidos com base na proximidade do rio Afuá. O rio é, portanto, espaço de lazer, descanso, é rua (transporte/logística), espaço de fluxo, é onde as dinâmicas econômicas acontecem, é lócus da atividade industrial e de grande escala (madeireiras, serrarias, palmitarias) do sustento ribeirinho (peixe e camarão) – externo e interno – o rio, é, portanto, evidentemente a maior expressão da heterotopia afuaense, essa condição evidencia a multifuncionalidade das margens dos rios, que além do suporte às movimentações de pessoas e mercadorias, é o lugar dos passeios e do lazer (banhos, transporte, descanso).

A estrutura urbana da cidade ribeirinha, vai centralizar o rio no seu cotidiano, e a configuração de Afuá tornou-se diferenciada da configuração urbana convencional. Tomando como base o esquema de configuração urbana de Guimarães (2004), montou-se um esquema explanatório, na figura 29, que busca expressar a configuração urbana da cidade tradicional ribeirinha, tomando como origem dos deslocamentos as margens dos rios. O esquema mostra os equipamentos mais próximos dos rios e que configuram a cidade

histórica (círculo central), outros equipamentos e elementos vão ser localizados ao redor dos espaços públicos de beira de rio, como por exemplo a praça principal, o terceiro círculo mais amplo, exibe os equipamentos que estão localizados no interior da ilha, porém por ser várzea, não estão apartados do rio. Este esquema aproveita elementos de observação, análise espacial, localização dos equipamentos públicos e das entrevistas.

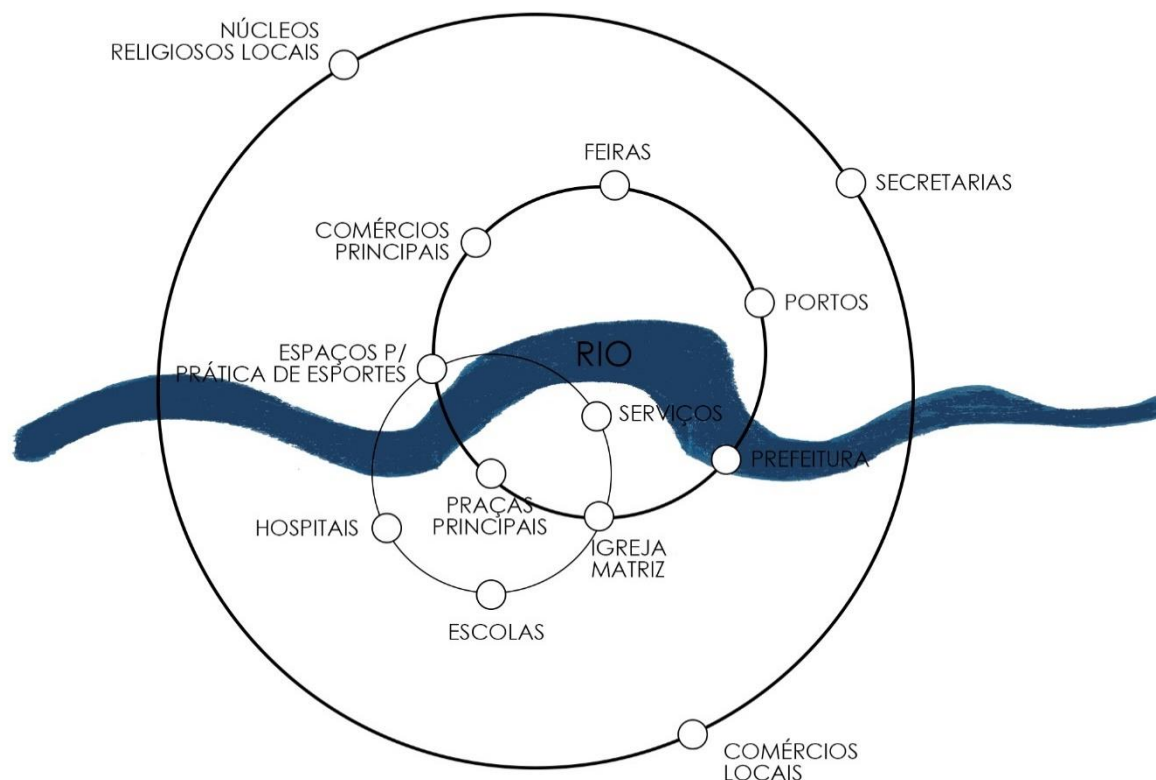


Figura 29 - Esquema ilustrativo da configuração urbana de uma cidade tradicional ribeirinha. Elaboração: Autora, 2018.

Os fluxos da cidade vão se direcionar todos para as beiras de rio, já que estruturam o modo de vida cotidiano, o bairro Capim Marinho se estabelece na beira de um igarapé, os rios principais e os igarapés menores são fonte de água e receptor de esgoto e águas servidas, provendo solução de infraestrutura inadequada para o porte da população, mas atenuada pelo ritmo diário das marés<sup>39</sup>, os fluxos de água servida fluem para os rios como evidenciado no esquema da figura 30.

<sup>39</sup> Algumas pessoas mais velhas só tomam banho nos igarapés, pelo o costume aliado à falta de serviço básico de água. No geral as crianças tomam banho nos igarapés e rios, é uma das atividades de lazer mais praticadas.

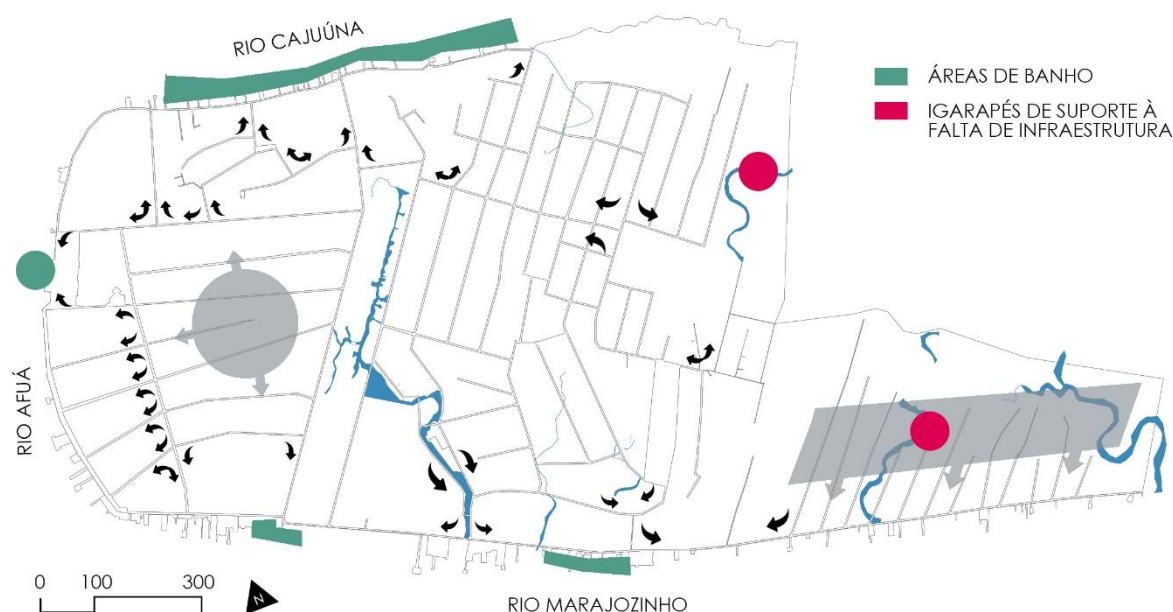


Figura 30 – Fluxos da população direcionados pelos rios e a localização dos igarapés de apoio para a população que não acessa o serviço de água encanada. Fonte: Prefeitura, 2017. Elaboração: Autora, 2018.

Em épocas de chuva mais intensa que vai do mês de fevereiro a abril, ocorre o que os afuaenses chamam de lançante, lançante é a água grande, é quando a água sobre ultrapassa o nível das ruas. São horas de festa na cidade – o fenômeno dura somente poucas horas -, quando acontece a lançante todos vão para a rua aproveitar, principalmente a criançada, mesmo quando a água sobe de madrugada as pessoas vão para a rua andar de bicicleta, correr e brincar no meio da água. A lançante é o encontro das heterotopias de Afuá: o rio e a rua; no quadro 6 alguns depoimentos sobre a lançante ilustram a situação:

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>"[...] quando a gente morava aí, de madrugada, meu pai acordava - que sempre foi uma atração de anos e anos e anos -. Meu pai nasceu e se criou aqui, também ele fez a mesma coisa, ele ia lá, Lucas, Lucas, bora já tá na hora e a gente saía só de shortinho sem chinelo e andava a cidade todinha se jogando. [...] É muito gostoso! Tu vê todo mundo feliz, na madrugada tu vê pessoas, geralmente na madrugada chove então fica uma coisa assim..." L.A., 22</p> | <p>"há dois anos atrás foi a maior de todos os tempos ela subiu aqui que eu acho que de mais ou menos por aqui assim, ó, aqui era uma festa, todo mundo tomando banho, andando de bicicleta que sabe que não tem buraco ne? E o pessoal curte de madrugada mesmo ficam correndo, é bacana, agora só é em março..." R.C., 49</p> | <p>"[...] a água cobre a rua, aí é, só que esse dia vira uma dia de diversão, é criança tomando banho pela rua, a frente da cidade, tudo pro fundo da água porque foi a primeira rua a ser feita aqui em afuá [...] O pessoal desce aí e tira foto pra postar no face [facebook] né, baderna E.A., 38</p> |
| <p>"ah, se tu viesses aqui março e abril... todo mundo sai de casa, madrugada o pessoal tão na rua andando de bicicleta" F.F.S., 45</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <p>"É uma festa, todo mundo pra rua tomando banho, pegam os barquinhos assim remando, na cidade tudinho passeando... É uma felicidade..." D.S., 78</p>                                                                                                                                                                          | <p>"a casa não, fica rente, mas não enche [...] eles se jogam na água" S.S.R., 27</p>                                                                                                                                                                                                                     |

Quadro 6 – Depoimentos sobre a lançante e como e sua presença no cotidiano da população desde a infância. Elaboração: Autora, 2018.

#### **d) A Paisagem Urbana e os Espaços Livres de Afuá**

A primeira visão que se tem de Afuá é a da frente da cidade na margem do rio, que se aproxima devagar na chegada do navio, a lancha rápida já permite mais essa aproximação, a não ser para os assentos localizados na janela. A paisagem de recepção da cidade Afuá corresponde à figura 31.



Figura 31 – Paisagem da frente da cidade de Afuá, para o rio Afuá. Fonte: Acervo da Autora, 2016. Elaboração: Autora, 2017

Segundo os relatos de moradores, esta paisagem já é muito diferente daquela de anos atrás, quando ainda não havia um prédio de três andares. O prédio abriga um hotel, o mais caro da cidade - é o que mais chama atenção por sua verticalidade, embora não seja a única edificação a assumir o papel do moderno e romper com a paisagem anterior. Novos edifícios que encobrem o telhado com testeiças retilíneas, o uso da alvenaria e do vidro como elementos de destaque também fizeram esse papel. Enquanto no trabalho de Passos Neto (2016) buscou-se referências locais para a concepção de uma arquitetura institucional mais ancorada na identidade da cidade, novas estéticas são extremamente sedutoras e dão vazão ao ideário da cidade hegemônica, convencional.

As mudanças vão acompanhar o tempo de consolidação das áreas da cidade, essas mudanças são mais visíveis mais próximas de áreas comerciais, localizadas no centro onde a população com mais poder aquisitivo pode construir novos edifícios. A densidade mais alta no centro já não permite a circulação da ventilação, há uma tendência já mencionada da ocupação do lote por inteiro, ocasionando uma ruptura com os espaços livres: os espaços da água. Busca-se aqui mostrar as diferenças nas ocupações dos dois bairros, suas paisagens e processos adaptativos. A figura 32, ilustra os perfis das quadras em cada bairro, através dos quais é possível ver a mudança de padrões e elementos estéticos, tamanho e posição no lote, através da relação entre cheios e vazios e das tipologias presentes nas faces de quadra selecionadas.

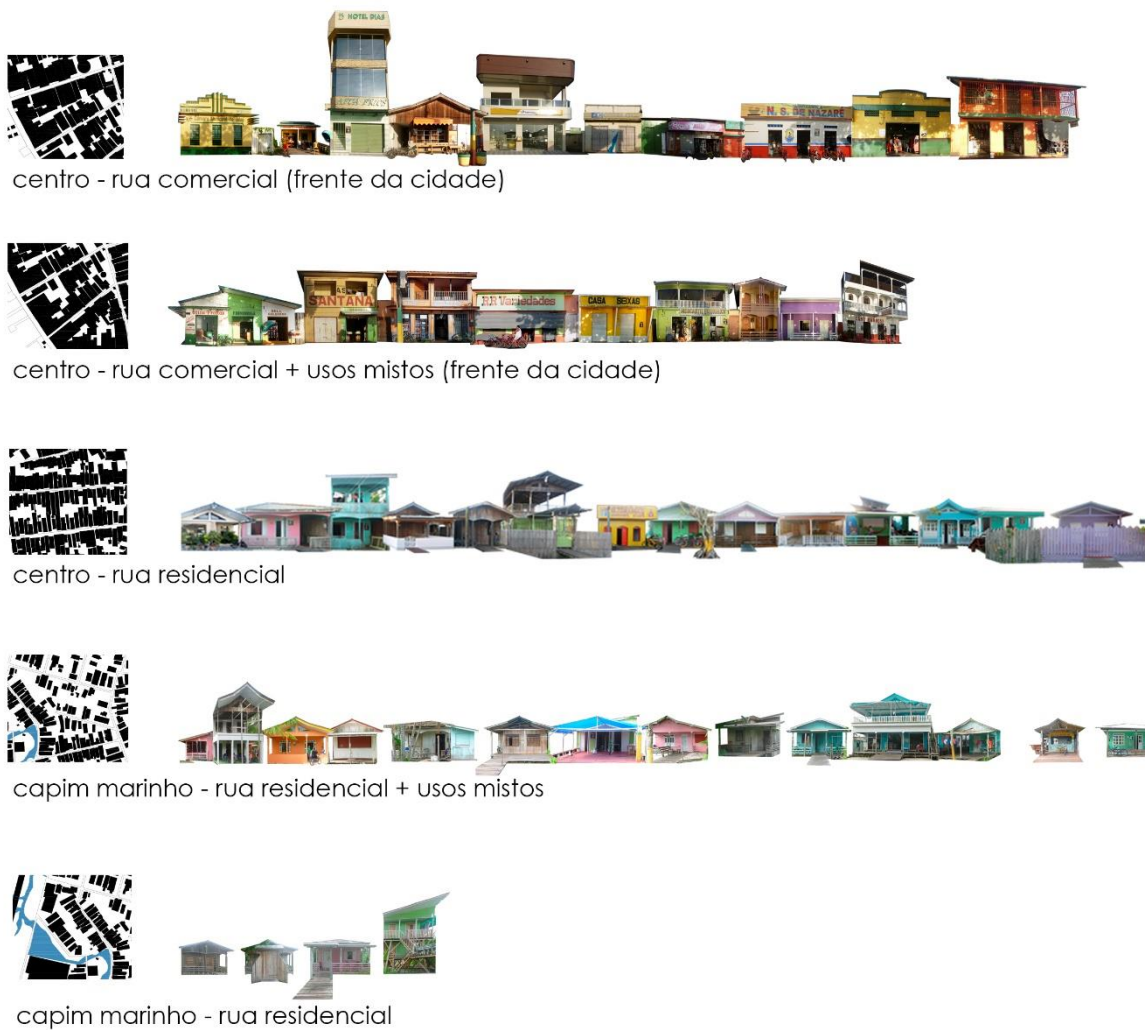
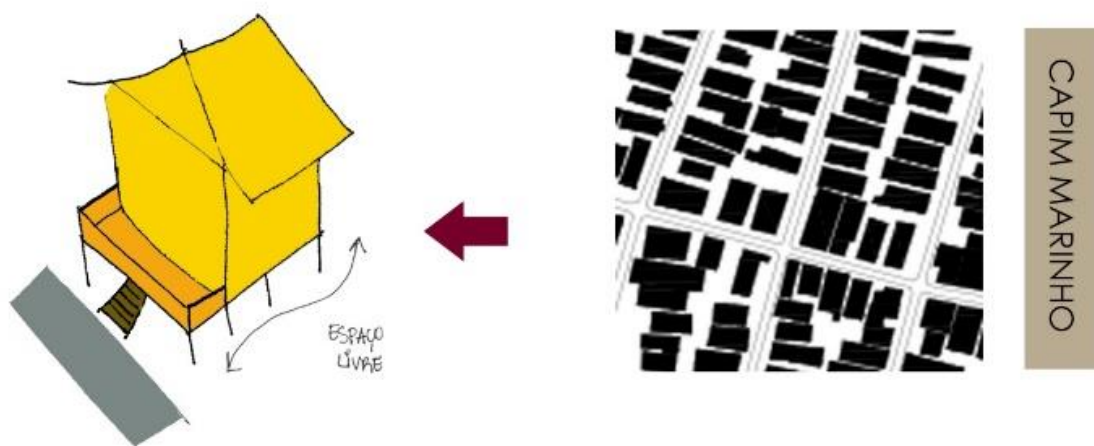


Figura 32 - Imagem comparativa entre as faces de quadras e as configurações dessas quadras, ilustradas a partir de cheios e vazios. fonte: Prefeitura, 2017; Acero da Autora. Elaboração: Autora, 2018

Um esquema representativo, na figura 33, ilustra a apropriação do espaço correspondente à cada configuração do tecido urbano de cada bairro e que corrobora as análises anteriores.



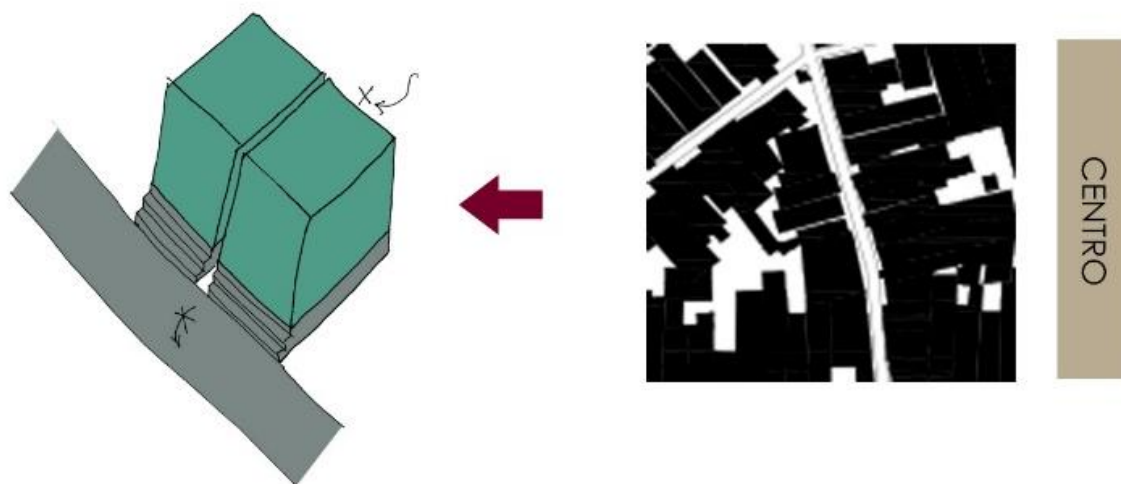


Figura 33 - Croquis com correspondência de acordo com bairro e com o tipo de ocupação que vem ocorrendo.  
Fonte: Prefeitura, 2017. Elaboração: Autora, 2018.

Nesse sentido discute-se o uso da alvenaria como material que contribui com o calor, porém com a nova apropriação do espaço o material acaba não sendo o único a ser responsabilizado pelo aumento de temperatura, a falta de arborização, o aproveitamento total do lote e os aumentos de temperatura naturais causados pelo aquecimento global passam a fazer parte de um conjunto de fatores que contribui com o desconforto térmico, com o rompimento do modo de vida ribeirinho causado pela evasão das ruas, com a oportunidade de manter e reproduzir a vida social da rua e a paisagem que confere identidade à cidade.

Mesmo com todas essas mudanças uma coisa fica bem clara: ainda assim, há uma adaptação à estética da cidade que continua se reproduzindo. Partindo da visão da escola de morfologia italiana na qual a cidade é como um organismo e, portanto, passível de mutações assim como as mutações de códigos genéticos, certos códigos estéticos permanecem como reprodução da consciência espontânea e certos modificam (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015), o mesmo ocorre em Afuá, como consequência dos desejos e necessidades de seu atores e agentes e como consequência manifestando heterotopias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

As heterotopias da cidade de afuá, vão marcar um forte hibridismo que se transforma na medida em que os modos de vida são reproduzidos em conjunto pela população nos espaços da cidade. O espaço da cidade é palco desse relacionamento entre paradigmas e expressa as relações sociais da cidade muito claramente. Contudo, ainda que existam rupturas espaciais e sociais, o comportamento social das pessoas ainda é muito marcante, o que sustenta a resistência à transformação espacial da cidade.

A relação de apadrinhamento e a economia solidária e criativa que se reproduzem em Afuá são um exemplo disso; o relacionamento da sociedade com o rio e do espaço com o rio, geram uma circunstância de centralidade do rio, e uma estruturação da vida e do espaço a partir dele, portanto, que se caracteriza como a maior heterotopia da cidade. A partir da centralidade do rio, atividades diversas vão compartilhar o mesmo espaço, ao mesmo tempo ou em horários diferentes ao longo do dia. Um exemplo são as vendedoras de doces e salgados que ocupam os espaços públicos e as ruas que os conectam no final da tarde, aproveitando o movimento das pessoas entre os trabalhos e as suas casas. As festividades religiosas que ocupam os espaços públicos também fomentam atividades econômicas ao redor desses espaços.

As relações sociais se realizam nos muitos espaços da cidade principalmente em espaços vinculados ao rio e nas ruas. Nesse sentido, torna-se de extrema importância a discussão do rompimento com a rua que as mudanças espaciais recentes podem causar, visto a rua é o espaço de realização da sociabilidade, da economia solidária, da autovigilância promovida pelos “olhos para a rua”.

É também o rompimento com os gradientes de transição entre espaço público-privado das edificações em relação à rua. Essa característica desenvolvida e conservada desde a palafita do interior - da relação com a instrumentalidade do rio, foi transposta para o espaço do urbano-tradicional ribeirinho se mostra vantajosa para a sociabilidade, característica marcante da população.

O rompimento com as ruas será prejudicial ao modo de vida típico que se estabeleceu ali. O rompimento com a rua segue o rompimento com o rio, com o espaço livre (rio/várzea - natureza) e com atividades que ainda tem importância dentro do orçamento doméstico, como é o caso das hortas. Os quintais eram também o espaço da água, relação que se modificou a partir da criação de quintais construídos em madeira ou lajes de concreto. Os pátios eram o espaço da visibilidade que gradualmente, desaparecem com a criação de grades e muros, a partir do aumento da taxa de violência.

É evidenciada uma dupla ruptura no espaço, a primeira em relação à mudança de elementos, materiais, estruturas e tipologias espaciais, e uma segunda que junta todas essas mudanças, expressa no conjunto da paisagem urbana-tradicional. Vemos uma mudança na paisagem que se relaciona com a configuração espacial e com as mudanças ideológicas. Identifica-se em Afuá, além da ruptura ideológica, uma ruptura espacial com o modo de vida ribeirinho.

No entanto, as heterotopias são manifestações da resistência, mostram como um tipo de cidade tradicional ribeirinha é diferente da cidade de terra firme hegemônica, cria-se uma trajetória híbrida que é vista como uma realidade em transformação, que pode ser vista como uma etapa de conversão da paisagem ribeirinha em uma paisagem homogênea hegemônica ou em uma nova (velha) paisagem, que protege as heterotopias que

conservam o caráter social da rua, os espaços livres que se conectem à água, uma educação e uma economia como continuum do modo de vida.

## CAPÍTULO 4: DECOLONIALIDADE NECESSÁRIA - RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados das duas oportunidades de interação com a população, durante as viagens de pesquisa de campo, que ajudaram a entender quais as suas reivindicações e tentar compreender, a partir do ponto de vista local, a avaliação que fazem de Afuá, do seu cotidiano, do movimento migratório que ocorreu e sobre os modos de vida que experimentaram.

As entrevistas permitiram entender a espacialidade de Afuá, desenhar, mapas, croquis e esquemas que ilustraram o capítulo anterior, de acordo com a metodologia apresentada no primeiro capítulo. Os temas em questão foram escolhidos pela repetição em que apareciam nas conversas com os moradores, temas<sup>40</sup> necessários para o entendimento de como é a vida em Afuá, as limitações e potenciais. São eles (a) A Questão Fundiária; (b) Economia e Economia Solidária; (c) Modo de Vida, Saber Popular, Educação Formal e Desemprego; (d) A Questão da Madeira e a Mudança de Padrão Construtivo;

### e) A Questão Fundiária

O arquipélago do Marajó, é o maior arquipélago fluvio-marítimo do mundo e é desde 1989, considerado área de proteção ambiental pelo estado do Pará. Afuá é, portanto, uma APA e além de APA, porque é uma ilha, suas terras pertencem à União. A situação de Afuá é muito específica pois entra na definição de terras da União como ilha e como terra de marinha, visto que está sob o regime de marés. Há também uma indefinição sobre as áreas de proteção permanente, que na situação da várzea pode coincidir com esse ecossistema (BENATTI ET AL., 2005). APAs e APPs então relacionadas ao uso, o uso urbano do solo conflita com ambas definições, no entanto o caso de Afuá pode ser ao mesmo tempo um exemplo com relação à resiliência e adequação do espaço e ao meio biofísico, mas pode também significar uma ameaça, verificada na mudança do microclima, na poluição do ar e das águas ao redor do núcleo urbano e na derrubada de árvores.

Com relação à propriedade, as terras de ilhas pertencentes à União excluem as sedes de municípios (BRASIL, 2005), no entanto, a falta de definição de um perímetro urbano municipal também marca um obstáculo para a definição da propriedade dentro da cidade. Apesar da sede não ser considerada como terra da União pelo fator de inserção em uma ilha, o regime de marés define as terras municipais de Afuá

"aqui a arrecadação desse imposto é baixa, devido as terras da sede do município serem doadas por dona Micaela Ferreira a Nossa Senhora da Conceição" J. R., 38

"ninguém paga porque a terra é da santa, da padroeira [...] vão querer arrecadar para quê? [...] já vem toda uma verba direcionada [...] se for pagar alguma coisa paga pra santa, porque a terra é da santa" E. D., 32

<sup>40</sup> Os trechos das entrevistas acompanham as temáticas que correspondem.

como terrenos de marinha. As terras onde a cidade está localizada teriam sido doadas à paróquia da Nossa Senhora da Conceição, entretanto não há clareza se as terras foram adquiridas de fato ou somente ocupadas para exploração antes que ocorresse a doação. Porém, há a possibilidade de terem sido adquiridas, já que a Lei nº 601 de 1850<sup>41</sup> não excluiu as terras adquiridas da declaração de bens da união – lei nº 9.760 (BRASIL, 1946).

Desse modo, é comum que as pessoas falem: "isso aqui é tudo da santa", "é tudo terra da santa", "essas terras aqui são da santa". Configura-se uma modalidade que Almeida (2008) denomina "terra da santa" ou "terra de santo" que caracterizam-se junto as "terras de índio", "terras de preto", "terras de caboclo", por sua territorialização baseada em uma comunalidade, modo de vida e cultura específicas, na medida em que as terras tornaram-se da padroeira surgiu ali uma vila de suporte às atividades regionais, que posteriormente deu origem à cidade. A questão fundiária nesses estudos (ALMEIDA, 2008; BENATTI, 2005) abarcam predominantemente o universo das terras rurais, no entanto percebemos que essa questão pode também ser adereçada ao universo urbano:

"aqui tem uma cultura muito diferente [...] as pessoas mais antigas dizem assim: [...] aqui a terra é da Nossa Senhora. Então, esse IPTU tem gente que diz que não vai pagar porque é da N. S. mas eu acho que deveria sim pagar [...] toda cidade tem o direito, do IPTU que sai a manutenção de tudo" R. C., 49

"Através deste processo peculiar de territorialização verifica-se que expressões organizativas e formas de ocupação que são pensadas como intrínsecas à área rural despontam dentro do perímetro urbano, levando os estudiosos a relativizarem as dicotomias rural/urbano e nômade/sedentário na caracterização das chamadas "comunidades tradicionais" e no reconhecimento de suas expressões identitárias." (ALMEIDA, p. 87, 2008)

estariamos em direção à uma discussão sobre uso comum da terra urbana, ligado às práticas tradicionais regionais? Essa pode ser uma questão a ser adereçada em futuros trabalhos.

No caso de Afuá, isso se mostra um desafio à prefeitura porque "as terras são da santa", a prefeitura não consegue arrecadar o IPTU de uma forma eficiente, pois pouquíssimas pessoas pagam esse imposto, que poderia ser revertido em manutenção das ruas/plano e em manejo sustentável de madeira, em investimentos no espaço público de maneira geral, tratamento do lixo e na implementação de um plano de resíduos sólidos mais adequado à realidade da cidade; no entanto, a receita da Prefeitura acaba por depender do Fundo de Participação dos Municípios e outros repasses federais e estaduais.

Embora as pessoas tenham a posse dos seus terrenos e os utilizem com finalidades específicas (morar, estabelecimento comercial, de serviços e etc.), inclusive comercializar – e exista

"tu sabes como é aqui, né? É difícil esse negócio de terra, é tudo da marinha" L.C.S., 58

<sup>41</sup> Segundo Almeida (2008) essa lei é um marco na questão fundiária, pois causa uma assimetria entre o uso comum da terra e a propriedade privada ou a disponibilidade da apropriação da terra pelo mercado. Essa assimetria gera conflitos dentro da comunidade, um processo descampesinização e a ampliação de desigualdades dentro daquele espaço regional. O processo de descampesinização impacta nas cidades na medida que provoca o êxodo rural.

cadastros na prefeitura -, essa condição contribui para o não pagamento do imposto. A população se justifica no fato de não existir a propriedade definitiva - embora comercializem corriqueiramente os "lotes" que ocupam - e na crença de que as terras são da padroeira. Essa situação de imbróglio de natureza administrativa e fundiária - condição de terra pública, além do acesso pelos rios, retarda as transformações espaciais que são típicas nas cidades brasileiras, como por exemplo (a) a especulação fundiária, (b) criação de terras através da realização de aterros, e (c) de modificação acelerada da identidade e paisagem urbana. Por outro lado, nas situações de terrenos inutilizados, a prefeitura não consegue regularizar, desapropriar e dar um uso àquele espaço, já que a responsabilidade é da SPU (Superintendência do Patrimônio da União), ou em casos na zona rural, onde a propriedade ou posse de terras se confundem com o uso agroextrativista tradicional da população

#### f) Economia e Economia Solidária

A economia de Afuá gira em torno do extrativismo, principalmente o extrativismo de coleta, como demonstrado por Costa (2012), esse modo de vida mudou pouco desde que o município se formou, em meados do período colonial. O saber sobre como retirar da floresta, o mínimo necessário para a sobrevivência foi conservado ao longo dos anos. Isto é mais aparente no comércio de madeira, palmito e açai, porque são produtos de exportação, que distorcem a economia de pequena escala do ribeirão, tornada quase invisível, como indicado em algumas entrevistas que passam a impressão do município estar sofrendo com crises de produção e também com a ilusão de que o município nada produz, essa impressão acaba sendo difundida porque a noção de produtividade é industrial, possui escala diversa da praticada historicamente.

Esse pensamento a partir da ótica da produtividade, acaba por disseminar a crença de que o município vive do repasse de verbas - embora a maioria das pessoas viva das atividades varzeiras, ribeirinhas, de extrativismo de coleta, como demonstrado pela figura 11 -, e que é o repasse que sustenta a economia local. Essa afirmativa justifica-se na percepção da economia urbana daquele pequeno núcleo, já que o número de empregos públicos tem aumentado, como parte da estratégia da prefeitura de ampliar o número de postos de trabalho formais e diminuir o número de desempregados - que antes das indústrias de extração

"não. Vendo em Afuá, por aqui mesmo." O.G. (sobre vender peixes)

"trabalhei com madeira, trabalhei com roça, eu trabalhava. [...] aí, quando eu achei que não prestava o serviço pra mim eu passei a costurar. Criei elas todas numa máquina. Ficava noite e dia." I.M.V., 72

"A gente vende mais é porco, aquele chiqueiro lá tá cheio. Meu filho que mata." N.S.

"aqui é o mesmo ramo, tirar madeira e palmito, que não tem emprego, né, aqui. Vão pra onde pra tirar madeira e palmito? Lá pro Charapucu." A.D., 55

"a gente vivia de madeira, né. [...] por causa que o homem vendeu lá tudinho lá, a gente trabalhava no terreno dos outros, né, patrão. Aí ele despediu a gente, aí a gente foi obrigado a sair. Aí acabou todo lá, o negócio de comércio, lá." A.D., 55

"que a mulher dele trazia roupa pra mim fazer, eu ensinei ela a costurar" M.L.C.N., 64

de madeira e palmito viviam do extrativismo de coleta. Ainda há oferta de emprego na EMAPA (exploração de madeira), nas palmiterais restantes e no setor de comércio e serviços. Essa ótica da produtividade industrial a partir da extração de recursos naturais foi bastante nociva ao Estado do Pará, já que por muito tempo a lei Kandir, cujo slogan era "exportar é o que importa" acabou por não arrecadar os impostos de produtos exportados, nesse caso, Afuá deixou de receber grande quantidade de impostos sobre a exportação da madeira.

As atividades informais e o trabalho por conta-própria também ganharam destaque na ocupação de pessoas, mas não está claro qual atividade as pessoas que trabalham por conta própria exercem, pode haver sobreposição com as atividades extrativistas no interior, visto que uma parte das famílias, mesmo se alocando na cidade, ainda trabalham com o extrativismo de coleta para sua sobrevivência – é o caso de boa parte das famílias do Capim Marinho que ainda trabalham em sítios próprios, ou da família, saem para a floresta ou rios para retirada de madeira, palmito ou a pesca de peixe/camarão -, ou em atividades tipicamente urbanas como oficinas de bicicleta, serrarias, e atividades de comércio e serviço familiares, onde a própria família é participante da atividade sem necessariamente vínculos formais de trabalho, complementadas pelo Bolsa Família.

Na prática, a economia de Afuá gira em torno de muitas produções, como por exemplo a suinocultura, a madeira, o açaí, o palmito, a roça de variadas espécies principalmente a banana e a pesca do peixe a do camarão, marca registrada e símbolo da cidade. O extrativismo de coleta, vai se basear nesse saber sobre a floresta e os rios, e a exploração de madeira, palmito, e mais recentemente, do açaí se beneficiará desse saber, para fazer o extrativismo de aniquilação (COSTA, 2012). Há casos onde a extração de madeira pode utilizar a mão de obra de uma vila inteira, e tudo que o que é consumido na vila é comprado através do comércio do patrão, com produtos mais caros e com frequente dependência por endividamento. Essa é uma situação muito próxima da relação de aviamento que foi constituída na região, para exploração de diversos produtos, dos quais o mais visível foi a borracha, no início do século XX. Outra forma de organização da

"E vocês plantam alguma coisa? Vocês tiram o que vendem? Quando tá na época a gente vende" F.P.S., 15

"de vez em quando a gente come, não é frequentemente, mas de vez em quando a gente sempre tá comendo. E o açaí? Não, só come as vezes quando sobra algum dinheirinho, né [...] olha, lá [no interior] a gente tomava todo o dia, né, o açaí lá, porque na época a gente morava lá, não tinha negócio do corte de palmito, né, aí o patrão não queria, né, que cortasse o palmito, aí de repente apareceu uns comprador de fora, né [...] aí ele resolveu vender tudinho os mato, né, pra tirar palmito, aí acabou o palmito, né, aí a gente parou negócio de dar açaí, dava muito açaí até pra vender, aí lá a gente tomava açaí todo o dia." A.D., 55.

"Era com palmito. [...] ficou difícil, porque cortaram né, tiraram metade das fábricas, os estudos pros meus filhos também tava difícil lá é o movimento calmo, lá é parado. Aí foi por isso que nos temo pra cá, sofrendo. E.S.F., 39

"eu to indo hoje à tarde, pra lá pro interior. [...] eu vou pra lá pegar peixe pra eu comer. [...] Camarão, peixe. [...] consumo próprio, não pra vender, só pra consumo mesmo." E.R.M., 41

"O senhor tirava açaí? Ixe, muito! [...] tirava e batia e vendia em paneiro" A.A.A., 75

mão obra é a contratação avulsa para exploração de áreas de floresta, alcançando até mesmo a permissão de habitação e uso da terra por uma população ribeirinha, em troca de um excedente mensal, ou período de safra. Usualmente a aquisição dessa produção se dá através de diminuições considerativas no preço dos produtos. Em reportagem essa relação é retratada:

"Antes da criação do assentamento metade de tudo o que o casal produzia era vendido para Teixeira, que solicitou a ação de despejo, numa condição de meeiro – relação estabelecida pelo suposto dono da terra que concede a uma família o direito de morar num terreno em troca de metade de tudo que for produzido. (CAMPELO, 2018)

"Valdely ainda lembra que 'se uma saca de açaí era 100 reais, ele só pagava 30' e completa 'e aí de quem vendesse para outra pessoa'". (CAMPELO, 2018)

Situações como essa geram uma assimetria muito grande entre os grupos sociais e reafirmam relações arcaicas de poder sobre o trabalho e sobre o controle das terras. Essas relações se apropriam da solidariedade intrínseca ao modo de vida ribeirinho. A permissão do usufruto da terra deve gerar um sentimento de gratidão e por esse motivo a venda do produto ou força de trabalho para quem é o dono da terra ou dos meios de produção deve ser mais barata, às vezes gratuita. Essas práticas são extrapoladas pra a área urbana, em diárias domésticas que não são pagas por que a família do patrão ajudou a família do empregado(a), onde a falta de pagamento não gera processos jurídicos formais porque "todo mundo se conhece" e o trabalhador pode ficar "marcado".

Na época em que a pesquisa de campo foi realizada era muito comum que as pessoas utilizassem o discurso da crise, como uma justificativa para o não crescimento da economia, a falta de obras públicas na cidade, e a falta de empregos, ou mesmo a falta de produção em grande escala:

" [...] a economia gira em torno da madeira, madeira como extrativismo, tu imaginas um município como Afuá que depende somente da prefeitura, aí existia muitas madeiras antes, agora a maioria estão fechadas, né, porque você tira a madeira de forma sustentável, né, tem um período pra tirar,

"bolsa família... quase a maioria é só de bolsa[...] fazem negócio de diária, essas coisas, e tem um serviço, aí vem ali, tem alguns que é servidores públicos, que já moram nessa área, mas a maioria é assim de [Bolsa Família]" J.R.S., 38

"Faz tempo, na verdade, a gente destruiu a natureza que nessa época ninguém pensava em nada, trabalhava com palmito, retirada de palmito, madeira [...] açaí nessa época não era muito... 20 anos... 20 anos e poucos atrás... Hoje não que hoje a gente já pensa diferente, né, já sobrevive, tem muita família que sobrevive no interior de açaí, camarão, né, pesca, né." E.R.M., 41

"Ontem o açaí tá um pouco difícil [...] hoje tá mais difícil ainda [...] não foi todos que pegaram hoje, chegou pouco" D.S.M., 31

"porque assim a colônia foi fundada em 2006, de 2006 pra cá, então basicamente quando a gente não tinha colônia o pessoal aqui, invadiu aqui, o pessoal de outros municípios Abaeté, mano eles acabaram quase aqui, então agora graças a deus em todo lugar que a gente vai tem fatura já." M.L.P., 25

Eu aprendi com a minha vizinha da família Barbosa, a mãe da dona Zinha era doceira, tinha um forno pra fazer doce, [...], mas ela não fazia mais pra vender mais, quem sempre ainda fazia era a filha dela comadre Elia, comadre Elma, são tudo lá vizinho da comadre Dalva e sua família" A.F.S., 84

ai o município caiu muito em questão econômica, mais essa crise..." R.S., 32

"Até hoje continua desse jeito, tanto que o município tá passando por uma situação difícil, muito difícil porque não produz nada, agora que o padre surgiu com essa ideia da gente fazer um trabalho em cima de manejo florestal do açaí e aí eu trouxe um cara da Embrapa aqui o Silas e a gente tá batendo em cima disso. Tá começando a fazer um trabalho que era um trabalho, no caso, exatamente pros políticos, pros prefeitos e vereadores fazerem." L.C.S., 58

Porém, a falta de emprego é um problema que vem sendo registrado desde 2008 – estariam em crise desde então? - nas comunidades ribeirinhas (PNCSA, 2008) principalmente nas mais próximas, ou inseridas diretamente na economia urbana, entre os jovens recém formados no ensino médio ou que não completam o ensino médio por irem direto ao mercado de trabalho, esse processo acarreta na perda de saberes e a expectativa por fixação para o trabalho na cidade e não no campo, o que é um problema, visto que a cidade da várzea não consegue absorver a demanda camponesa. Em relação à crise do município, é possível observar uma reprodução do discurso da crise no país, embora, os números dos repasse federais tenham aumentado nos últimos 5 anos, como exposto no gráfico 1.

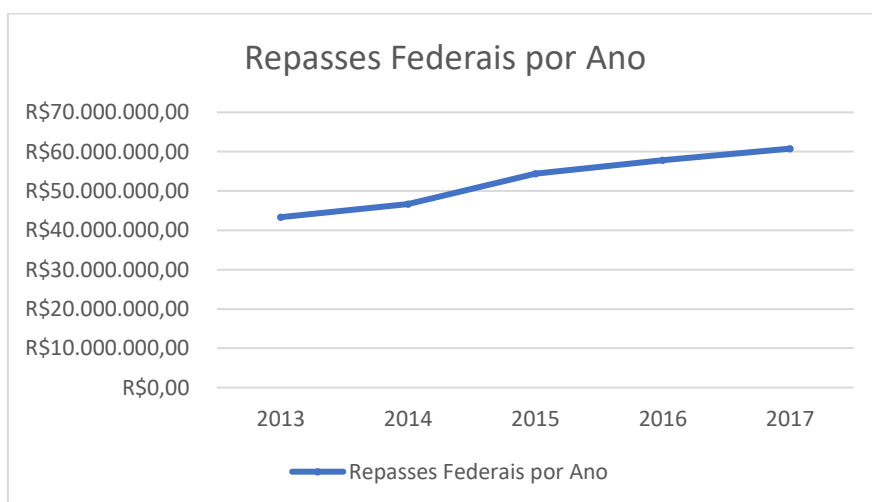


Gráfico 1 - Repasses de verbas federais ao longo dos anos desde 2013. Fonte: Tesouro Nacional, 2013-2018. Elaboração: Autora, 2018

É possível que esse discurso seja, também, justificado por uma percepção de recessão no comércio, causada por um comportamento precavido da população, que controlou gastos

"os dois... por exemplo... sim tira palmito porque nós fazemos o manejo, aqui nós não temos assim, um desequilíbrio ambiental, nem muito menos impacto, o impacto aqui ambiental é mínimo, mínimo, porque a árvore de açaí ela tem uma duração no máximo de 6 anos, então você planta uma árvore de açaí, com 2 anos e meio ela começa a dar... então você chama o plantio "a", quando tiver com dois anos e meio o plantio a, tu fazes o plantio "b", porque quando o plantio a tiver pra ser eliminado, a árvore de açaí ela fica podre e quebra, a pessoa morre se cair, então quando ela tiver cortando, ou seja quando tiver fazendo o manejo, tirando o palmito das árvores "a", a árvore "b" já começou a dar... então assim você vai fazendo sucessivamente." E.S.D., 32

"então a tua mulher tá trabalhando onde mesmo? Na casa da minha irmã. Ela faz o que lá? Ela tá cuidando da casa da minha irmã, lá. Minha irmã trabalha na escola." D.S.M., 31

"de vez em quando eu voltava pro Marajó pra cuidar de alguém que tava gestante, que ia ganhar neném precisava da minha ajuda, aí eu voltava, acudia eles" M.L.C.N., 64

ao acompanhar as mensagens veiculadas pela mídia sobre a instabilidade política do país. Um estudo feito por Dou (2016) em comunidades do estuário amazônico sobre os impactos dos programas de transferência de renda chegou à conclusão que famílias ribeirinhas que adotam o modelo de subsistência diversificada e investem na reprodução desse modelo sofrem menos impacto com crises e choques externos relacionados à economia, ou seja, são mais resilientes.

Há 50 anos, quando as famílias começaram a vir do interior pra cidade, era mais fácil encontrar uma atividade que poderia sustentar toda a família e até mesmo mandar os filhos para estudar fora. As mulheres realizavam atividades de costura, encomenda de comida, marretagem, etc., e os homens se ocupavam nas atividades da construção civil, em reparos, na pesca, no funcionalismo público. Com o passar dos anos e depois dos anos 1990, houve ampliação da educação formal – tema abordado mais a frente - nos interiores, redirecionando a população para a cidade em velocidade maior do que têm sido ofertados cargos e empregos na cidade (ver quadros 3 e 4).

Ademais, a visão de produção para o mercado de fora do município tem impactado no consumo de açaí pelas famílias mais pobres, quando a produção diminui, prioriza-se as demandas das grandes cidades (Belém e Macapá) e o açaí encarece, esse processo de encarecimento impacta na base de alimentação da população, que se torna mais cara. A falta de investimento em uma educação e economias endógenas impede que o pequeno produtor firme e consolide a sua própria produção na velocidade e tempo da transição cultural em curso. Almeida (2008) cita os casos das produtoras do babaçu, no Maranhão e da organização de etnias indígenas em Manaus:

“Observe-se neste sentido, que as quebradeiras de coco babaçu, por exemplo, fundaram em 2002, em São Luis, capital do Maranhão, através da ASSEMA, um entreposto comercial e de representação política intitulado “Embaixada do Babaçu”. Funciona no Centro Histórico e dispõe à comercialização uma linha de produtos peculiares: farinha de mesocarpo, papel reciclado com fibra de babaçu, carvão de casca do coco babaçu e frutas desidratadas, além de livros e demais publicações pertinentes ao extrativismo. Um outro

“então a gente tenta regionalizar pra eles, alguma coisa assim, que e pra eles não perderem a cultura deles, hoje a paróquia tá trabalhando muito a questão do manejo do açaí e agora esse próximo ano vai ser do camarão, vai continuar o manejo aí a gente conseguiu três localidades, três lugares, pra mostrar pra eles como que é feito o manejo, como que é feito o sistema de açaí, literalmente, e agora de camarão.” E.S.D., 32

“aí quando foi de noite, eu digo ‘pronto agora acabou tudo’ não tinha mais nada. [...] quando eu fui buscar a caixa que ela tinha mandado [...] aí eu abri a caixa era como se eu tivesse passado uma relação pra ela de tudo o que eu não tinha [...] Aí eu disse ‘mana, tu tá tão aperreada aí, eu sei que tu quer ajeitar tua casa aí, porque tu te preocupa comigo?’ Não mana nós fizemos uma coleta aqui’, foram cinco, ela com os irmãos dela tudinho e mais uma tia minha que mora lá, fizeram uma coleta e compraram tudo.” M.L.C.N., 64

Era alugado, nós pagava... Quando nós chegemo praí, era 60 o aluguel. Aí quando veio de lá tava em 150, aí eu não dei conta mais de pagar, fiquei devendo 9 meses lá de aluguel, só que a velha não cobrou porque ela sabe que eu não tenho condição de pagar e ela não botava a gente porque nós não tinha pra onde ir, ela gostava muito de lá. E.S.F., 39

exemplo é que diferentes etnias se agruparam e constituíram no centro de Manaus uma feira permanente com produção artesanal de diversos povos indígenas. Num caso e no outro tem-se o nascente de um "museu vivo" em que "comunidades tradicionais" expõem sua face pública em interações sociais, que transcendem aos circuitos de mercado segmentado." (ALMEIDA, p. 93, 2008)

Esse exemplo se alinha aos argumentos sustentados por Jacobs (1970) de que a geração do trabalho novo a partir do trabalho velho, pode ser um elemento de diversificação econômica e geração de novos fluxos. O trabalho velho consiste na no que é produzido historicamente, mantendo o mesmo formato, e o trabalho novo é gerador de novas divisões de trabalho, criando mercados, ao invés de ser dirigido por ele, é um "trabalho de desenvolvimento". Um papel importante que a igreja tem difundido em seus trabalhos com a comunidade é a valorização do trabalho baseado em produtos da floresta, no manejo sustentável e em práticas endógenas, isso acontece porque a presença dessa instituição é muito antiga e há uma grande quantidade de dados coletados que permitiram aos padres e párocos desenvolver um conhecimento sobre a região e os ribeirinhos (PACHECO, 2009). Seria de duplo benefício se o poder público articulado às esferas estaduais e federais, pudesses reconhecer e valorizar esse trabalho, sem invisibilizá-lo por ênfase e centralização em demandas urbanas.

#### **g) Modo de Vida, Saber Popular, Educação Formal e Desemprego**

Antes de mais nada, é importante ressaltar que todos esses temas estão intrinsecamente ligados através do modo de vida típico da várzea. As questões econômicas, de educação e saúde da população são afetadas pelas dinâmicas da várzea, ponto chave as ações práticas do poder público. Em criatividade manifesta em Afuá oferece subsídios para o redesenho de políticas públicas comprometidas com o respeito à floresta e o rio e ao conhecimento acumulado de sua população, assim como ocorre em outros contextos latino-americanos tais como a Bolívia e o

"E a senhora teve 4 filhos mas a senhora teve 11 filhos adotivos... De criação, eu não adotei, só criei. Criei, e colocava, preparei uma declaração de cartório que eu ia dar só um nível de escolaridade pra eles que tivesse aqui, que eu não podia, que eu não era rica, né... "D.S., 78

"A gente é um povo que todo mundo se conhece, então acaba assim a gente vivendo a dor do outro a alegria do outro [...] você tem uma pessoa doente ali, o pessoal tá fazendo bingo aqui, o que é? É pra ajudar o menino que vai se operar, aí todo mundo vai pra lá marcar bingo, aí eu digo que nós somos um povo solidário," I.M.F.B.C., 44

"Mamãe não se acostuma na cidade" T.S., 51

"ela tem 84 anos eu tenho só 51, ela sabe mais de que eu da vida" T.S., 51

"Subia em açazeiro? Ih... parei depois de velha" [risos]" A.F.S., 84

"Essa horta que a senhora tem aqui, é pra senhora mesmo, ou a senhora vende? Não, é só pra consumo próprio. Aí pega um camarãozinho? Nem como camarão, é só pra vender e dar pros meus filho" A.F.S., 84

Equador, e mais recentemente em Xapuri, no Acre, onde a Mãe Terra tem sido reconhecida como um ente de direito, suporte das sociedades tradicionais (CARDOSO E LIMA, 20006; COSTA, 2012; BENATTI ET AL, 2005, ACOSTA, 2014)

Apesar de esse saber e do modo de vida ribeirinho serem reproduzidos há séculos, as migrações para a cidade, os novos padrões de educação, os novos tratamentos de saúde oferecidos na cidade os transformaram dentro dos núcleos urbanos e cidades. Quanto maior a conexão das gerações ao modo de vida urbano, menos as gerações subsequentes internalizam esse saber, só os hábitos alimentares resistem, embora sejam objeto de apropriação cultural e a culinária amazônica esteja em franca valorização mundial.

O saber tradicional assume maior importância na medida em que se constitui em suporte do salário, da economia e da sobrevivência, segundo Costa (1994) "criando uma interface entre o sistema econômico e ecológico onde as necessidades reprodutivas do primeiro, elevando a capacidade reprodutiva (a resiliência) do segundo, ampliam a escala temporal de sua sustentabilidade." (p. 32) Busco a captura dessa temática a partir das entrevistas, primeiro porque ela é latente na fala da população, segundo para que se entenda como essas estruturas estão conectadas aos outros aspectos cotidianos que são exploradas no trabalho e como, com o avanço das gerações, esse saber tem sido perdido, já que o avanço do modo de vida urbano, e como a disseminação de um tipo de cidade, e sua vinculação com os sistemas formais de educação, parâmetros e medidas, têm propiciado essa perda.

No âmbito da complexidade, esse modo de vida também tem entrado em conflito com o modo de vida urbano, no que diz respeito às infraestruturas disponíveis na cidade, como, por exemplo, as relativas à água e saneamento. Tudo acaba sendo adaptado, por vezes, inadequadamente. Os varzeiros trazem para a cidade referências de onde moravam, pois no modo de vida ribeirinho tudo flui para o rio, e a territorialização de baixa densidade torna o impacto ambiental baixo. Essa situação muda de figura quando transferida para as densidades praticadas no espaço urbano, a maior aglomeração de pessoas concentra a

"Quem lhe ensinou a plantar? Olha, minha velha mãe, não sei se a senhora já veio dali, tem uma casa com duas roseiras ali, bonitas, lá é a casa da minha velha mãe, só que ela já é morta, mas ainda tem aquela herança lá." I.M.V., 72

"Eu plantei mamoeiro, bananeira, mangueira.... [...] porque olha, a gente compra aqui um mamão, é 3, 4 reais." M.L.C.N., 64

"Não, quando eu era criança, que eu tava assim na casa dos meus pais, que eu era criancinha assim, todo mundo, a criança tudinho ia pescar pra pegar peixinho, pegava uma linha e amarrava um alfinete que fazia um anzol, e pegava matupiri." D.S., 78

"frita o ovo fresco de galinha assim recém tirado aí tu deixa tufar e bota farinha e açúcar." D.S.M., 31

"Não. A minha logo no começo que foi feita, a primeira casa que foi feita, meteu. Meteu no fundo... Meteu no fundo que eu perdi um bocado de coisa, que meteu de noite, né, ninguém tava esperando [...] depois eu suspendi, aí nunca mais." M.C.S., 57.

"mas tem muita gente que gosta de ir, pra tomar banho, os moleques gostam. [...] os moleques gostam, de jogar bola pra lá, quando termina a água tá grande aí toma banho." L.S., 35.

"eu não gosto, eu tenho medo de pular em rio. Com medo de bicho. Sabe, eu só nasci no interior, mas eu fui mais criado na cidade. Aí eu tenho medo de pular no rio." E.S.F., 39

quantidade de poluentes nos rios, aumentando o número de doenças relacionadas à água (RODRIGUES, 2016). Na cidade a população deixa de ocupar as margens dos rios e igarapés, isso modifica a relação das pessoas com as hortas e plantações, e com o próprio rio – há resistência ao banho de rio justificada pela poluição das águas, ainda que boa parte da população veja o rio como agente principal da limpeza da cidade, embora se encontre uma grande quantidade de famílias que ainda plantam, enfrentando a maior dificuldade de acesso à água.

É muito comum ver pessoas que desconhecem essa lógica recriminarem os ribeirinhos por viverem dessa forma, já que a falta de serviço de abastecimento de água e de esgotamento, sanitário são problemas comuns nas cidades brasileiras, e que as soluções mais difundidas são inadequadas para a realidade da várzea.

As tecnologias urbanas reduzem a importância do relacionamento virtuoso com a natureza, do saber sobre a roça, que é transmitido às crianças de geração em geração, o saber sobre quando tomar banho ou não no rio, e sobre a relação do rio com a lua:

"não aqui a gente já vai saber, a maré, olha, dia de lua é tal dia, então dia de lua cresce mais dois dias, três dias... ah então a mare já chegou até ali ela pode entrar de noite no comércio, a gente já suspende as coisas, já levanta tudo que tá lá." L.C.S., 58

A flexibilidade da madeira frente à possibilidade de a maré cobrir o assoalho da casa, que possibilita a mudança de altura do piso de acordo com o regime de marés é um ponto positivo desse material, que tem sido cada vez mais encoberto pela "solidez" do concreto. Essa opção faz parte da negligência com o conhecimento nativo na medida em que as gerações avançam.

Ao conversar com pessoas mais velhas, que experimentaram muito de perto a experiência das florestas e dos rios e que dominam os conhecimentos tradicionais, percebemos que há uma baixa autoestima em seu discurso:

"O caboco do interior sabe de cada coisa e a gente não consegue, agora me diga escreve aqui meu nome, que eu sabia [escrever o nome] me esqueci, **eu sou muito rude**. No tempo do meu pai acabava de defumar negócio de

"eu trabalhava desde novo, com 10 anos eu já comecei a trabalhar em roça com o nosso pai, aí fiquei rapaz trabalhando em roça, me casei trabalhando em roça parei agora que efetivamente eu não tenho o que é meu mesmo, se não nem aqui eu tava, eu tava no interior" A.A.A., 75

"tu aprendeste a pescar com teu pai? foi, desde criancinha, desde que eu me entendia" M.L.P., 25

"Tu gostas daqui de Afuá? Gosto. Morarias em outro lugar? Não, que a gente não tem o conhecimento, a gente não sabe se vai dar ou não vai sorte pra lá, eu prefiro ficar aqui mesmo porque aqui eu conheço os quatro cantos da cidade." L.F.B.A., 37

"Deve ter sido um baque muito forte por indígenas, que querendo ou não, não tinham o conhecimento de nada." L.A., 22

[sobre o barco que ele havia construído]  
bom quem me ensinou mesmo a ser carpinteiro, primeiramente quem me ensinou primeiro foi o pai celestial, foi deus quem me deu essa inteligência, segundo foi o meu pai terrestre que me deu uma informaçãozinha sobre trabalho em carpintaria, mas muito pouco. M.S.M., 46

[...] "pra onde eu tava a paragem são duas maré quando não tem vento" O.G.

[sobre seu pai] "ele só tem até a quarta série e ele trabalha com madeira, ele mora até hoje nesse interiorzinho. Mas ele conseguiu botar todos os filhos pra estudar, somos todos formados." I.C., 44

seringueira, [...] ai nos ia com uma faquinha assim com o defumador eu e o meu irmão, aí aquele negócio fica só chamuscado e fica igual, aquela amendoazinha, tá igual castanha de caju, nós partia e comia com farinha, diz que **a pessoa fica rude**, eu sei que **eu sou demais rude**[...] é, nós, filho do mato cada coisa a gente conhece a fundo, sabe fazer, né, agora se a senhora disser assim pra mim: 'olha vai plantar essa roça pra mim, tal, limpa aí'. Não precisa falar mais nada eu sei tudinho. Macaxeira, arroz, eu sei tudo, é assim, eu sei plantar, eu sei tirar, meu arroz cê jura que é plantado, é plantado, nós fazia plantado quando eu trabalhava em roça"  
A. A. A., 75

Essa baixa autoestima provém de um pensamento generalizado sobre a falta de educação formal, é comum que os mais velhos, os mesmos que detém muitos conhecimentos sobre a floresta e o rio, acabarem atribuindo à "rudeza" a sua falta de conhecimento formal. Desse modo a educação formal adquire grande importância e será a origem da decisão de procura da cidade por esse motivo.

A educação formal é de extrema importância para o afuaense, é perceptível em suas falas que um dos principais motivos pelos quais a população busca se fixar na cidade é a educação formal, pois há uma expectativa de melhora de vida, assumindo-se que a vida urbana seja melhor do que a rural<sup>42</sup> e de dar melhores condições de vida para sua família a partir da proximidade com a educação formal e com as unidades básicas de saúde<sup>43</sup>. Das 46 entrevistas, 27 pessoas mencionaram a educação como um fator de importância para si próprio ou para seus filhos e parentes.

Entretanto, não há articulação entre cultura ensino formal na escola, - não só na escola de Afuá, mas no ensino brasileiro de

"eu trabalho com açai, trabalho com agricultura, trabalho com pesca, trabalho com pesca, aí tiro um pouquinho, aí construí essa embarcação, passo o açai pra Macapá [...] o senhor que construiu essa embarcação? Foi, eu mesmo que construí, comprei uma maquinazinha, um melhor, e aí a gente trabalha com plantação, banana é o açai, e sou carpinteiro também, trabalho em carpintaria também" M.S.M., 46

Não senhora, naquele tempo não tinha oportunidade como tem hoje. [...] A minha vida lá em Afuá foi boa, coloquei meus filhos pra estudar graças a Deus, eu não tenho letra, mas eu tenho filho formado, graça as Deus. [...] Olha, o meu é trabalho... trabalho grosseiro, criei meu filho com esses braço fazendo merenda..." A.F.S., 84

"Tenho 4, três meninas e um menino. A mais velha mora em São Paulo e os outros três em Macapá." I.C., 44

"Quando tu fores mais velha, tu queres ficar aqui ou sair? Prefiro sair. Pra onde? Macapá." E.M.R., 13

<sup>42</sup> A hierarquia que a dualidade entre cidade e campo cria e coloca a cidade em sobreposição ao campo, o universo urbano ofusca o rural, sendo ele o espaço da inovação e liberação do arcaico: "[...] e todos quererão partir do que ficar, prontos que estão a se incorporar aos novos modos de vida" (RIBEIRO, p. 249, 1995)

<sup>43</sup> A característica de como ocorria a fixação nas cidades é muito diferente de como ocorre hoje, muitas famílias mandavam o filho estudar, porém não deixavam suas terras e continuavam a retirar seu sustento dela, isso se tornou vantagem pois as gerações que iam à cidade estudar ainda aprendiam com seus pais como viver da floresta e do rio, as crianças, mesmo as que já viviam na cidade aprendiam a pescar, por exemplo, hoje esse cenário muda de figura na medida em que as crianças estão mais afastadas do universo rural, só aproveitando para o lazer no sítio de algum parente, ou dos pais, ou porque cuidar da terra é considerado trabalho, ou porque esse trabalho já é considerado penoso (inferior) já que a educação abre outros horizontes.

uma forma geral -, exceto por iniciativas pontuais de pesquisas históricas e culturais da cidade de Afuá que tem aderência na vida ribeirinha, mas não é experimentada dentro da vida da escola, ou seja, reproduzindo um *habitus* (BOURDIEU, 1989; 2008) dissociado do contexto local que reproduz valores do paradigma moderno-industrial-urbano, visto que as concepções de ensino são definidas para atender as demandas por mão de obra definidas pelo mercado de trabalho (urbano) seguindo a Base Nacional Comum Curricular, em parte direcionada à realização do ENEM.

Nesse sentido, segundo Bourdieu (1989) o poder simbólico e o protagonismo de instituições educacionais são decisivos na reprodução dessa estrutura simbólica hegemônica, a partir do *habitus* ou conjuntos de ações produzidas e reproduzidas a partir de um sistema simbólico. A educação vai ser um mecanismo de dominação e o ensino uma forma de violência simbólica que vai inserir o aluno nessa estrutura social, mesmo que estes não dominem os mesmos códigos simbólicos.

Em A Economia das Trocas Simbólicas, o autor transpõe as transformações que a língua francesa passou com desvalorização dos dialetos e a valorização de uma língua única, comum, nacional e destaca a importância da articulação entre educação formal – mercado – postos de trabalho, e explica:

“Contudo, o papel mais determinante na desvalorização dos dialetos e na instauração da nova hierarquia dos usos linguísticos é exercido pela relação dialética entre a escola e o mercado de trabalho, ou melhor, entre a unificação do mercado escolar (e linguístico), vinculada à instituição de diplomas escolares dotados de um valor nacional e independente (ao menos oficialmente) das propriedades sociais ou regionais de seus portadores, e a unificação do mercado de trabalho (entre outras razões, com o desenvolvimento da administração e do corpo de funcionários). [...] era preciso que a escola fosse percebida como o principal ou mesmo o único meio de acesso a postos administrativos tanto mais cobiçados quanto mais fraca fosse a industrialização.” (BOURDIEU, p. 36, 2008)

“O conflito entre o francês da *intelligentia* revolucionária e os idiomas ou os dialetos constitui um conflito pelo poder simbólico cujo móvel é a *formação* e a *re-formação* das estruturas mentais.” (BOURDIEU, p. 34, 2008)

“pra gente não sofrer mais ainda, a gente sai pro interior pra mariscar, saída assim pro interior, o pessoal convida a gente pra mariscar, né, aí quando a gente chega, as vezes a gente vende uma parte do produto que a gente traz pra comprar outras coisas, negócio de alimentação...” A.D., 55

“pra gente não sofrer mais ainda, a gente sai pro interior pra mariscar, saída assim pro interior, o pessoal convida a gente pra mariscar, né, aí quando a gente chega, as vezes a gente vende uma parte do produto que a gente traz pra comprar outras coisas, negócio de alimentação...” A.D., 55

“Quem te ensinou a plantar? Minha avó. Ela plantava verduras pra vender aqui no município, então a gente veio disso, porque nós fomos criados com ela quando nossos pais moravam no interior, quando a gente completava a idade de vir estudar, a gente vinha estudar, então já começou assim [...] só plantas ornamentais.” I.C., 44

“tu pensas em te mudar pra outra cidade? só se for interior, cidade assim... prefiro a calmaria.” N.C.F., 42

“já tinha duas filhas, né, pra educar.” I.M.V., 72

“Com certeza. Não vejo minha vida longe de Afuá. Tenho minha família aqui. Meus filhos todos nasceram aqui, tenho filha no RJ, tenho filha no Fórum de Macapá, tenho outra filha em Macapá, também.” A.M., 68

Situação muito similar acontece em Afuá, onde os sistemas de educação e comunicação modificam as estruturas simbólicas, ou melhor sobrepõem as suas estruturas simbólicas, já que há um conflito entre o que se ensina dentro da escola e o que é a realidade na vida dos alunos ou da estrutura simbólica vigente fora da escola. Nesse sentido há uma ruptura entre educação e modo de vida. Essa ruptura foi percebida mais significativamente através das atividades da segunda pesquisa de campo com as crianças, onde os elementos representativos da natureza e desejos para a cidade já se diferenciam da realidade de contexto local, como podemos ver na figura 34, abaixo.

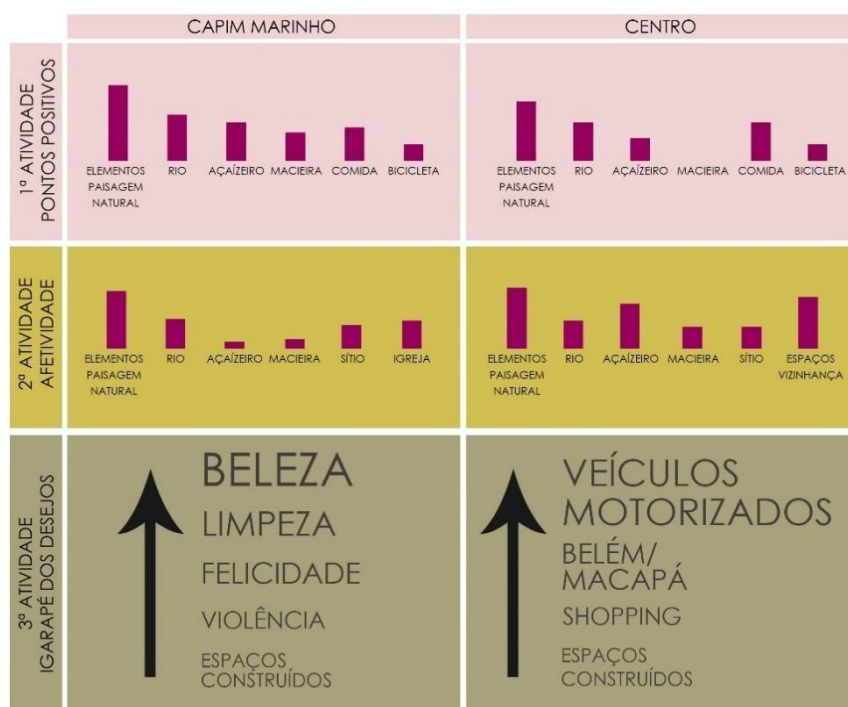


Figura 34 - Resultado das atividades feitas com as crianças na ocasião do segundo campo.

Podemos perceber através desses resultados (figura 34) que os elementos da paisagem natural e do universo rural que os cercam ainda é muito presente, porém estão sendo substituídos na medida em que as representações dos açaizeiros, estão sendo substituídas por macieiras<sup>44</sup>, em que os seus desejos para a cidade

"Lá no Cururu tinha escola? Tinha, mas é que o professor lá dá aula uma vez por semana, pros alunos voltarem pra lá passa dois três meses de novo. E pra lá só é pra ganhar dinheiro, que não vai o pessoal lá pra denunciar, né? [...] Fica longe" E.S.F., 39

"Lá no Cururu tinha escola? Tinha, mas é que o professor lá dá aula uma vez por semana, pros alunos voltarem pra lá passa dois três meses de novo. E pra lá só é pra ganhar dinheiro, que não vai o pessoal lá pra denunciar, né? [...] Fica longe" E.S.F., 39

"Eu fui pra lá [Macapá] em 2001, por motivo de filho estudar, porque na época o estudo aqui era uma negação, agora que já melhorou um pouco." D.O.D, 58

"só que eu pretendo agora quando ele completar o ensino médio eu não sei se eu vou deixar ele aqui. Porque eu também quando completei o ensino médio eu fui morar em Macapá, pra tirar [nota] melhor lá, porque aqui o ensino médio ainda é um pouco precário" J.R., 38

"A partir dos 9 anos o papai trouxe a gente pra cá pra estudar." M.P.M., 47

"Tá desempregado [seu neto], que não tem emprego, que tá um monte de gente desempregada, né, e aí tá aí." L.C.N., 64

<sup>44</sup> Tanto Adichie (2009) quanto Ezanya-Esiobu (2017) alertam sobre a ruptura entre educação e referências locais. Adichie (2009) evidencia a falta de referências que experimentou quando criança, e Ezanya-Esiobu (2017) fala sobre a falta de articulação entre educação e ambiente em que as crianças vivem, ambas evidenciam o fato de que essa atuação gera uma invisibilidade de toda uma cultura e suas práticas, que por sua vez poderiam ser benéficas para a produção e desenvolvimento locais.

de Afuá tenham relação íntima com elementos urbanos, metropolitanos. No primeiro contato que tive com crianças quando visitei Afuá pela primeira vez ao perguntar o que gostariam de se tornar ao crescer, as respostas foram: médico, pediatra, cozinheiro, modelo, professora e fotógrafo. Quando a pergunta é se queriam ficar na cidade para morar, a resposta foi negativa em metade dos casos, e algumas jovens com quem conversei (entre 15 e 18 anos), também querem sair da cidade. Não há nenhum tipo de articulação entre educação e vida ribeirinha, a não ser o contato cotidiano que algumas crianças – principalmente as do bairro do Capim Marinho – ainda possuem com esse estilo de vida.

Essa situação causa um desequilíbrio em relação ao número de empregos ofertados dentro da cidade e o número de pessoas que se formam no ensino médio, nesse momento o fator renda passa a ser essencial, já que quem tem poder aquisitivo manda os filhos para fazer faculdade em Macapá ou Belém – isso se já não os tinham enviados para cursar o ensino médio – ou quando algumas faculdades particulares se apresentam para dar cursos por um período de tempo em parceria com a secretaria da educação no município. Os habitantes que não conseguem se encaixar na demanda do mercado de trabalho formam a massa de desempregados que tem aumentado ano a ano, questão agravada pelo fato de muitos desses jovens não saberem mais como lidar com a floresta e o rio para geração de renda.

A falta de opções ocasiona um aumento na taxa de violência, esse problema foi repetido em inúmeras entrevistas, como um dos maiores problemas tanto na entrevista como nas atividades com a população (tanto as crianças como os adultos apontaram esse tipo de problema) e que tem afetado diretamente a relação público-privada do espaços, como apresentado na figura 16, embora reconheçam que Afuá é ainda uma cidade muito segura, e que podem deixar seus filhos na rua com tranquilidade, ou irem e voltarem da escola sozinhos e andarem pelas ruas até altas horas sem problemas.

Uma das medidas que amortece a violência no espaço urbano foi o Bolsa Família, como já visto na figura 12, as famílias só não são ficam completamente desassistidas por causa do auxílio do programa, principalmente porque não há políticas públicas

"aqui é, como diz a história, quem conta a verdade não merece castigo, aqui o negócio é meio devagar pra gente, né, a gente desempregado... sabe que na cidade tudo é comprado, né, e aí quando a gente não tem emprego, quem tem emprego já passa meio devagar, imagina quem não tem, né, e aí [...] pinta as vezes algum negócio de servicinho, aí eles ligam pra gente fazer, né, aí a gente faz aquele bico, mas aí só dá pra um dia, né, um bombonzinho." A.D., 55

"[...] mas é porque não tem emprego, Afuá não tem emprego, os jovens eles terminam os estudos deles não tem pra onde ir, a opção é Macapá, Belém é muito longe porque pertence pro Pará é Belém, mas não tem como ir pra lá aí os jovens vão tudo pra Macapá, mana, os que podem que tem mais condições vai pra Macapá, os que não podem terminam o segundo grau aqui e pronto, não tem uma fábrica, não tem uma coisa pros jovens trabalharem." F.F.S., 45

"Trabalha assim... de diária, ele é diarista... eu botei ele pra estudar... nenhum filho meu quis estudar, nenhum, tá entendendo? Aí trabalhava, aí foi pra Belém, pagava colégio particular, nunca quiseram estudar, aí vendi minha casa de Belém que eu tinha uma casa em Belém, aí vieram embora." M.L.C.N., 64

"Olha aqui, o que nós faz é só em casa mermo, cuidando dos filhos, cuidando da casa, é só o que nós faz, trabalho não tem." M.C.S., 57

para o aumento do número de postos de trabalho e nem de valorização do trabalho ribeirinho, que poderia ser um modo de absorção de mão de obra, além de garantir a frequência das crianças na escola.

Por esse motivo há um mito que também circula dentre os afuaenses, principalmente quem possui mais condições financeiras e enxergam o trabalho a partir de seus próprios parâmetros. O mito do ribeirinho preguiçoso, que é bem similar ao mito do indígena preguiçoso principalmente porque a maioria das críticas que fazem aos ribeirinhos tem relação com sua “falta de vontade de crescer” ou ao “não querem progredir” que se traduz através do costume da não acumulação. Por esse motivo, o ribeirinho acaba sendo visto como preguiçoso, principalmente depois das bolsas e auxílios. As amostras de entrevistas do quadro 7, apresentam vários pensamentos sobre o ribeirinho e sobre os auxílios que lhes são dirigidos.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>“Eu particularmente no modelo que está hoje eu sou contra, não concordo, [...] apenas expandiram o Bolsa Família como programa eleitoreiro [...] apenas expandiram o Bolsa Família como programa eleitoreiro. Eu vi claro isso. E isso prejudicou muito o nosso caboclo lá, o ribeirinho, [...] se você sair aqui pelo interior é difícil você encontrar um cara que plantou um limoeiro que crie um porco, que crie uma galinha, [...] então eu acho que isso aqui tornou a nossa população vadia” E.P., 66</p> | <p>“O povo aqui é meio preguiçoso, eu digo assim que um povo mais acomodado, [...] o povo aqui ele quer tipo, ah eu quero comer bem, beber bem... não tem aquela visão de “ah eu quero expandir ser um cara mais rico”, não, tá bom aquela vidinha dele, se alimentando bem, comendo e tendo o que ele quer, entendeu? [...] porque o afuaense mesmo ele tá acostumado com aquela vida tranquila, ele vive bem, ele come o peixe dele, toma o açai, e a maioria do interior é assim.” R.S., 38</p> | <p>“Porque não significa que a pessoa tá ganhando uma bolsa que ela vai se tornar preguiçosa, claro, a gente vê alguns casos, mas eu não vou julgar a exceção como se fosse a amostragem, acontece sim, mas assim a maioria se tu for no papel elas estão alimentando [...], e é um milagre tu veres essas pessoas ganharem só isso e se sustentar [...]” E.S.D., 32</p> <p>***</p> <p>“Não, porque o ribeirinho, agora, ele só quer tá se balançando na rede, ele não trabalha mais como antes” L.C.S., 58</p> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Quadro 7 - Entrevistados a respeito do Bolsa Família

No entanto alguns trabalhos feitos em áreas ribeirinhas que recebem esse auxílio apontam que as famílias continuam trabalhando na sua roça, na manipulação da floresta e nos rios, para seu sustento, ou seja não há ligação direta entre os auxílios e inatividade, Dou (2016) observa os auxílios e os perfis de gastos dos ribeirinhos, Piperata (2016) observa uma piora no padrão alimentar, o último estudo observa uma retração na porcentagem de roça,

“A vida aqui é na mão de Deus que não tem ganhome, não tem serviço não tem nada, a gente fica aí. Quem é aposentado... quem não é aposentado fica sofrendo porque não tem serviço não tem nada e é isso” A.A.A., 75

“E a bolsa família aqui é importantíssima.” E.S.D., 32

“Agora já está ficando meio perigoso... antigamente a gente saía na rua deixava tudo aberto, a gente dormia a noite inteira deixava tudo aberto, hoje nós não podemos mais fazer isso, o ladrão tá de passo a passo com a gente, tem muito já... [...] Aqui dentro da casa, ladrão já entrou uma noite aqui, fez o diacho. [...] entraram e roubaram coisa da minha filha, sapato, roupa, tudo eles levaram.” I.M.V., 72

“Agora já está ficando meio perigoso... antigamente a gente saía na rua deixava tudo aberto, a gente dormia a noite inteira deixava tudo aberto, hoje nós não podemos mais fazer isso, o ladrão tá de passo a passo com a gente, tem muito já... [...] Aqui dentro da casa, ladrão já entrou uma noite aqui, fez o diacho. [...] entraram e roubaram coisa da minha filha, sapato, roupa, tudo eles levaram.” I.M.V., 72

que pode estar ligada à matrícula dos filhos na escola – ou seja diminuição do número de mãos/ajuda – ou pela mudança de padrão alimentar – diminuição do consumo de produtos da roça. Um outro efeito que o Bolsa família causa também é a possibilidade de recusa do trabalhador de condições ou trabalhos de baixa remuneração, o que pode ser interpretado também, dependendo da perspectiva, como uma recusa ao trabalho ou desejo de não realizar nenhum tipo de atividade. Essa ideia se constituiu a partir de um mito, da influência de uma visão externa de produtividade e de uma expectativa de exploração de uma população que durante séculos trabalhou em regime de escravidão, como o praticado no regime de aviamento e de exploração através de meeiros.

"A vida em Afuá é assim, a vida em Afuá é muito boa, já foi melhor, hoje nós já estamos enfrentando problema das grandes cidades, como drogas de maneira geral, as pessoas que tem filhos criança, eu tenho netos, crianças adolescentes, eu me preocupo muito" I.C., 44

#### **h) A Questão da Madeira e a Mudança no Padrão Construtivo**

A questão da madeira é um assunto bastante delicado para a Região Amazônica já que é um dos produtos de destinação nacional e internacional, e contribui com o desmatamento e a violência no campo (ARRAES ET AL., 2012; SANTANA ET AL., 2010; SANTANA, 2016).

"dura mais, até porque a madeira hoje, já tá muito madeira verde, não tem mais madeira boa e é caro, madeira tá mais caro de que alvenaria hoje." A.F.S., 84

Afuá, registrou em 2008 a maior diferença entre os dados de extração de madeira, divulgados pela SEMA e pelo IBGE, revelando alto grau na extração ilegal de madeira (SANTANA ET AL., 2010), - visto que a demanda do município não é compatível com diferença de 95% entre os dados - além de ser responsável pela exportação de madeira através de empresa exportadora instalada no município.

"De quanto em quanto tempo a senhora manda pintar a casa? De 3 em 3 anos." I.M.V., 72

Essa situação gera uma problemática para quem vive no município, visto que a madeira, material tradicional utilizado nas habitações está cada vez mais escassa<sup>45</sup> e cara, justificando a mudança de materiais usados na construção civil na sede do município.

"De madeira... de alvenaria é muito quente. E também de madeira é bonita, né [...] É. Olha por isso que eu não vendi esses do lado que já quiseram comprar. Porque se não ficar quente." D.S., 78

"Olha, se pudesse escolher, de alvenaria, se tivesse condição, né, pra gente fazer... De alvenaria..." A.D., 55

<sup>45</sup> A exploração de madeira é uma atividade extremamente lucrativa, segundo pesquisa de Santana et al. (2016), concluiu-se que a extração de madeira manejada apresenta valor econômico superior à agricultura tradicional de grãos e a pecuária extensiva. No entanto a extração ilegal de madeira ameaça a prática de manejo deixando o preço da madeira extremamente competitivo (AVANCINI,

Uma ponderação importante sobre tal mudança é o impacto que ela causa sobre as tipologias e também nos acessos às edificações - as transições público-privado, assunto que recebeu atenção especial no capítulo anterior (As Heterotopias de Afuá - Relações Espaciais no Capítulo 3).

Há uma relação forte entre a madeira, a economia (de grande e pequena escala), a ocupação de mão de obra em construções do tipo palafitas, e na habitação e produção do espaço vernáculo ribeirinho. A madeira é fator de identidade, sujeita à mudança na medida em que avança a adaptação à perspectiva urbano-industrial, com a introdução de novos materiais e modificação na demanda dos materiais tradicionais.

A escassez da madeira é a primeira justifica dada para a mudança. O que ocorre é que a extração de madeira foi, por muito tempo, uma das principais atividades do município, que movimentou e dinamizou a economia urbana e rural<sup>46</sup>. A sua exploração utilizou por muito tempo o saber sobre a floresta, do extrativismo de coleta, para realizar o extrativismo de aniquilação, como já pontuado nos itens anteriores. O que ocorre é que a madeira de boa qualidade está em franco desaparecimento, algumas pessoas compram madeira de lei de Breves ou de Portel, essa situação faz com que as pessoas que necessitam desse material para a realização de parte do seu modo de vida - a habitação, tenham dificuldades de encontrar o material em quantidade, qualidade e preço satisfatórios.

Segundo as informações de moradores que conhecem o material, as árvores não chegam mais a maturidade para a retirada de madeira de maior qualidade, como é necessário para a construção de habitações, e ainda, para a realização da exportação e da construção civil fora do município, a durabilidade dela cai pela metade ou até menos da metade do que a madeira

"É andiroba. Essa casa aqui tem 36 anos. [...] Aqui, de 6 em 6 anos, fica 15 centímetros acima do assoalho [...] Mesmo assim, o piso ainda é o mesmo? É o mesmo. [...] é essa parte antiga aqui é ela todinha, nunca foi trocado tábuas [...] Eu queria botar alvenaria ali naquela, mas só que a minha prima diz "mana, alvenaria é muito quente..." a madeira tá mais cara, sai mais caro construir de madeira, mas ainda é melhor, aqui em casa é um paraíso, porque que eu ainda não me mudei pra lá? Por causa disso, que é... [...] - Aqui é bem fresquinho mesmo." M.L.C.N., 64

"Olha, pra nós que estamos nessa idade, é importante a madeira, só que está acabando, né? Nossa casa mesmo, é construída em madeira de lei, sucupira, pau mulato, de altos, tem vários quartos, a nossa casa é uma casa bem sólida. E porque que a senhora prefere madeira? Porque é mais arejado, mais... mas só que a madeira está acabando... agora a alvenaria porque dura mais, claro. Mas como a nossa, nós temos... já estamos morando a 18 anos nessa nossa casa, nunca foi feito uma reforma, é de madeira boa mesmo, madeira de lei." A.M., 68

É porque alvenaria aqui é muito quente" M.F., 20

2014; CAPELLO 2017). Fato que torna a floresta e o modo de vida ribeirinho extremamente ameaçados, face a busca pelos ganhos madeireiros na região associado às desigualdades socioeconômicas do arquipélago do Marajó.

<sup>46</sup> Ainda que a madeira para exportação não pague ICMS (ver Lei Kandir, 1996) e a extração ilegal da madeira não gere renda para o município, há toda uma cadeia produtiva que por consequência se "beneficia" – embora o emprego da palavra seja questionável já que algumas relações são muito assimétricas -, dessa atividade como fonte de renda, ainda que irrisória.

retirada anos atrás, que alcançava durabilidade de até 60 anos, em alguns casos, 80 anos<sup>47</sup>:

"porque na época ela fez só de madeira de lei, o acapu, que hoje a madeira de lei mesmo, se você comprar o acapu, sucupira, na época eles eram mais rígidos, que eu digo assim, né, hoje a madeira tá em carência, só que hoje eles tiram a sucupira comum, mais... eles tiram com dificuldade a tora, que eles falam tora, né, mas eles tiravam com diâmetro de um metro, hoje eles já tiram com diâmetro de 20 [centímetros], ou seja não tá tempo de "fibrar", hoje ela não tem a mesma durabilidade que ela tinha antes." R.S., 38

Outra questão seria o custo que relacionado à durabilidade, faz com que as pessoas optem pela alvenaria, que já é objeto do sonho de muitas donas de casa. A alvenaria e o concreto, portanto, passam uma sensação de solidez e durabilidade, em alguns casos, são vistos como os "verdadeiros" materiais de construção, enquanto a madeira não. Os novos materiais são símbolos ideológicos da paisagem urbana desejada, moderna, hegemônica materializada por prédios sólidos, altos, cobertos de vidro e que transmitem uma "sensação" de modernidade, progresso e desenvolvimento. Esse material e os modos de construir exógenos têm sido mais difundidos na medida que novos técnicos, profissionais oriundos de contextos metropolitanos, atuam nos espaços da cidade e na arquitetura privada, de comércio e serviços.

"[...] antes de nós aqui. Afuá. Sempre o pessoal trabalhou com madeira, aqui. Quando nós chegamos aqui... nós tamos mudando a mentalidade de muitas pessoas aqui, por isso que passou a ter mais edificações de alvenaria [...] tá mudando essa cultura de casa de madeira pra casa de alvenaria, só que o pessoal agora tão com uma cultura aqui que na minha técnica, de ver, eu não concordo muito. Eles fazem a estrutura toda de madeira e fazem a laje, eu não concordo muito com isso aí... mas isso aí é uma cultura que eles... ou seja, caiu no gosto da população aqui..." E.A., 38

Embora a madeira esteja em vias de substituição, é recorrente a menção de seu melhor aproveitamento quanto ao

"Madeira. A minha só a frente que é tipo de alvenaria... e o assoalho dela, as parede é tudo de madeira."

"A minha não, é só o piso que é [concreto] [...] É porque agora a gente já tá fazendo de piso porque tá sendo mais fácil, porque já tem alguns depósito que já traz, né, pra cá o material [...] agora já tem vários depósitos de material de construção aqui, aí a maioria das casas já tão sendo trabalhada de material de construção mesmo, de cimento, né..." M.C.S., 57

"Ah eu acho que alvenaria, to doida pra mudar a minha. Porque? Não sei, é mais seguro. Vou fazer que nem a Vitória, a de tijolo o lobo não derruba." C.C.S., 36

"eu escolheria de madeira mesmo só o piso que fica muito mais fácil de limpar mesmo, porque a madeira é mais difícil pra limpar." L.S.S., 35

"assim de madeira, só o piso. Todo mundo aqui, todo mundo aqui só é o piso." M.C.S., 57

"Madeira. Porque a madeira ela não é tão quente, a alvenaria é mais quente" D.F.M., 36

"Hoje eu prefiro alvenaria, né? Até porque a madeira tá difícil, né? Tá escassa... Tu não achas que ela é mais quente? De dia é, mas de noite não. E a durabilidade não tem diferença, né, que hoje a madeira tá muito fraca e no máximo dois anos tem que tá trocando. Ah madeira de qualidade, aí tudo bem, né, sem dúvida. Mas sai mais caro..." E.R.M., 41

<sup>47</sup> Esse é o caso de uma casa muito antiga de localização na Praça da Quadra de Afuá e que tem quase cem anos.

conforto térmico, já que o concreto e a alvenaria tornam o ambiente mais quente, e, portanto, mais desconfortável, no clima tropical quente e úmido da Amazônia. São pesos e medidas que tornam a decisão sobre a utilização e a escolha ou substituição da madeira algo complexo. Não só no que diz respeito ao simples gosto pessoal, mas à economia e ao saber disponível na zona rural e urbana, assim como à disponibilidade de energia para refrigeração das novas edificações.

A escassez da madeira gerou um modo híbrido de construir que mistura os materiais, em alguns casos, a fundação é o esteio em madeira, com uma leve camada de concreto para o piso, formando uma laje sobre a estrutura de madeira, e o fechamento da parede em madeira. Em outros, a fundação e a laje são de concreto, e o fechamento em madeira, em alguns casos a construção é toda feita em madeira e os banheiros – e ocasionalmente a área da cozinha – são em alvenaria, a figura 35, ilustra esse novo híbrido muito comum na região.



Figura 35 - Construção em andamento com o sistema híbrido esteio de madeira e piso em concreto. Acervo: autora, 2016.

Alguns profissionais e moradores mais velho desaprovam o método, que tem sido cada vez mais utilizado, visto que as mulheres preferem o piso revestido em revestimento cerâmico, que segundo elas é “melhor de limpar” – visto que o piso de acapu e pau amarelo tem encarecido, e as madeiras devem ser resistentes à

“Tu achas que fez uma diferença muito grande esse concreto ai fora? Muito grande, ixé. Eu botava uma rede ali no pátio, o Junior botava uma rede ai do outro lado, dava frio na gente. A gente se embrulhava, aí depois que fizeram essa quadra, depois fizeram esses prédios ai, ai foi cobrindo de Brasilit também, aí depois passou o concreto aqui ai pronto, ai foi esquentando, bate o vento só que não e mais aquele ventinho fresco. Essa rua aqui tinha uma mangueira ali, tinha uma mangueira aqui nessa esquina tinha mais umas cinco mangueiras e jambeiros aqui nessa rua, até nessa esquina ali, não tem mais nada, ainda tem, ainda, um jambeiro lá na frente só. Mas esse jambeiro já é mais novo, que tiraram tudinho. [...] pra lá [capim marinho] é mais arejado que a floresta tá mais próximo. Por enquanto. Porque depois vai começar a correr as ruas de concreto. A madeira hoje tá muito difícil tu não pegas mais recurso, dinheiro pra fazer nada de madeira, não sei, não é liberado mais.” L.C.S., 58

“Olha mana, é porque eu não tenho condições né, se não, eu mandava fazer uma casa de alvenaria que é mais melhor [...] Por causa que dura mais, né. E a madeira não, se acaba e tem que trocar de novo. Essa aqui já foi um sacrifício pra fazer [...]” F.P.S., 15

“Madeira. Por vários motivos, o um é pelo conforto e pela questão social que você tá dando emprego pras pessoas e elas vão... e elas tão se educando pro manejo da própria madeira e isso da uma oxigenada na própria economia local” E.S.D., 32

água devido ao risco de encharcamento pela lançante -, além disso esse piso dá mais possibilidades de decoração da casa, um elemento novo e objeto de desejo entre as donas de casa, hoje. Não há nenhum tipo de indício, através das entrevistas, que esse modo de construir seja inseguro ou inadequado, porém as construções que seguem esse método ainda são muito novas.

A substituição no material, promove uma tendência de ocultação do saber e da ocupação de quem trabalha com esse material para sua sobrevivência, e é portador do conhecimento sobre sua retirada e a manipulação do material na construção civil ou manufatura de móveis. Além do ribeirinho, o moveleiro e o construtor que se estabelecem na cidade também experimentam uma diminuição no volume de trabalho com esse material, além da diminuição na difusão dessa habilidade. A figura 36, mostra imagens de um carro todo produzido em madeira com a estrutura de duas bicicletas, similar ao bicitáxi, de pedal e corrente, com som automotivo acoplado no lugar correspondente ao porta-malas de um carro convencional.

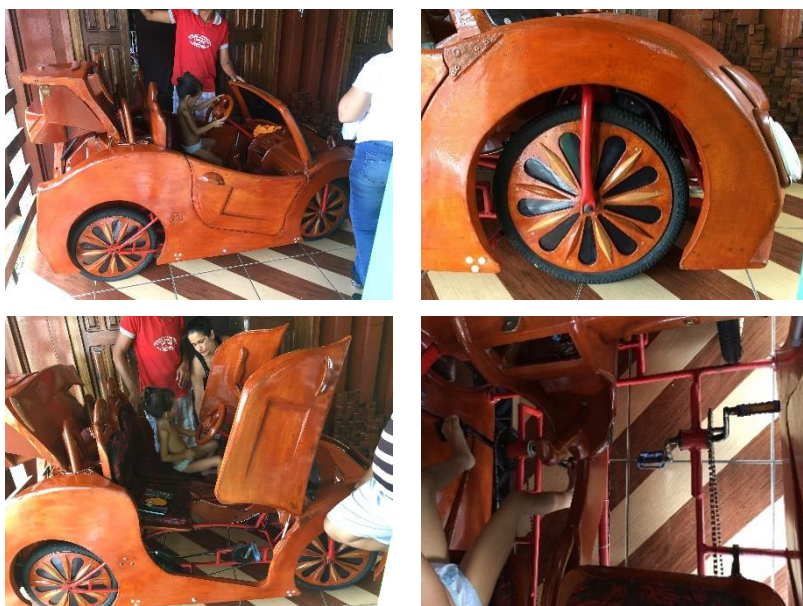


Figura 36 - Imagens do carro confeccionado em madeira (de lei) e estrutura interna de bicicletas acopladas. Acervo: Autora, 2016.

Se por um lado a utilização de madeira em larga escala foi uma ameaça às florestas amazônicas, por outro o uso desse material em contexto local gerou inúmeros resultados que compõem a identidade, a paisagem e o saber popular local (ver figura 37), e que são ameaçados por essa exploração em larga escala, e

"Afuá tá passando por um processo de mudanças em relação ao tipo de construção, [...] a maioria das casas eram tudo de madeira, [...] quando nós chegamos aqui nós trouxemos uma mentalidade de fora: Não! que mesmo sobre a influência do\\\ lançante dá pra fazer uma obra com sapata, [...] e hoje em dia pode você ver construção de alvenaria aí" E.A., 38

"porque o nosso solo aqui apesar de ser lançante, o nosso solo aqui ele é bom pra trabalho [...] trabalho de áreas grandes, porque, sapata, [...] mas aqui também faz com fundação de estaca também né. **Aqui quantos metros dá a estaca?** [...] segundo a sondagem o mínimo de\\\ resistência aprofundada é 6m [...] mas aqui tem até 14 metros de profundidade, lá no ginásio é de 17 metros" E.A., 38

"hoje a madeira tá frágil, hoje a madeira no máximo, no máximo escolhida dura seus 15 anos. Antigamente ela durava mais. [...] Aqui alvenaria acaba ficando mais caro por causa do transporte, aí já se torna mais caro um pouco, mas na capital não é barato. [...] isso é banal, porque vai chegar um momento no nosso Brasil que as casas vão ter que mudar tudo pra alvenaria, porque o governo não permite mais nós tirar madeira, a madeira tá frágil, como eu to lhe falando olhe, se eu botar uma tábuia dessas aqui se não for sucupira, madeira de lei com 6 meses 7 meses tá tudo podre. Aí prefiro casa de alvenaria? É mais bonita, quem e que não quer uma coisa melhor?" D.O.D., 58

ameaçam ainda, a escolha e o acesso de uma parte da população à madeira (e à alvenaria, cujo custo é similar ao da madeira de lei), visto que não houve uma articulação entre o conhecimento, a economia em escala local, a economia de extração em escala industrial (para exportação), consciência ecológica e sustentabilidade em relação ao material: outra assimetria identificada com relação aos produtos e o saber da floresta articulados ao extrativismo que atendia a demanda da construção civil externa (nacional e internacional).



Figura 37 - Construções em madeira. Acervo: autora, 2016.

Se para Santana et al. (2016) a exploração manejada de madeira apresenta viabilidade e lucratividade, essa atividade poderia ser realizada através de cooperativas e arranjos de pequenos produtores para criar uma articulação virtuosa entre poder público (prefeitura) e o saber das comunidades locais que tenham experiência na atividade, tanto para o consumo público de madeira (das ruas da cidade) como para atender demandas da construção civil.

Mesquita (2017) se refere a um estudo no qual a intenção de substituição de materiais chega a 75%. Nas entrevistas realizadas esse número fica balanceado, como ilustra o gráfico 2, os motivos variam de acordo com as necessidades e prioridades de cada entrevistado.

- ai tá aí a questão, esse é o grande problema é a manutenção, pra gente é mais prático... o que movimenta a economia e construir em madeira, por exemplo as passarelas em madeira, se você observar é mais bonito, a questão do conforto térmico, do clima... ela absorve calor, ao contrário do concreto, né, só que o problema é a manutenção, essas ruas já não duram mais. É em média de 2 a três anos, tem ruas que o trânsito é intenso e não dura mais nem um ano e meio, nem um ano... aí isso gera muito custo pra prefeitura, não só o custo da manutenção, mas pra adquirir essa madeira, que já é... hoje já se tem dificuldade. Você é obrigado a tirar nota fiscal e a licença da SEMA, praticamente a manutenção dessas ruas é feita diariamente, ou seja, a prefeitura compra em média, 5 dúzias, 6 dúzias de madeira todo dia.\* Ou seja, de alvenaria, não, o problema é a manutenção.

\*Valores diários não discriminados nos gastos da prefeitura disponível na plataforma do site de gastos.

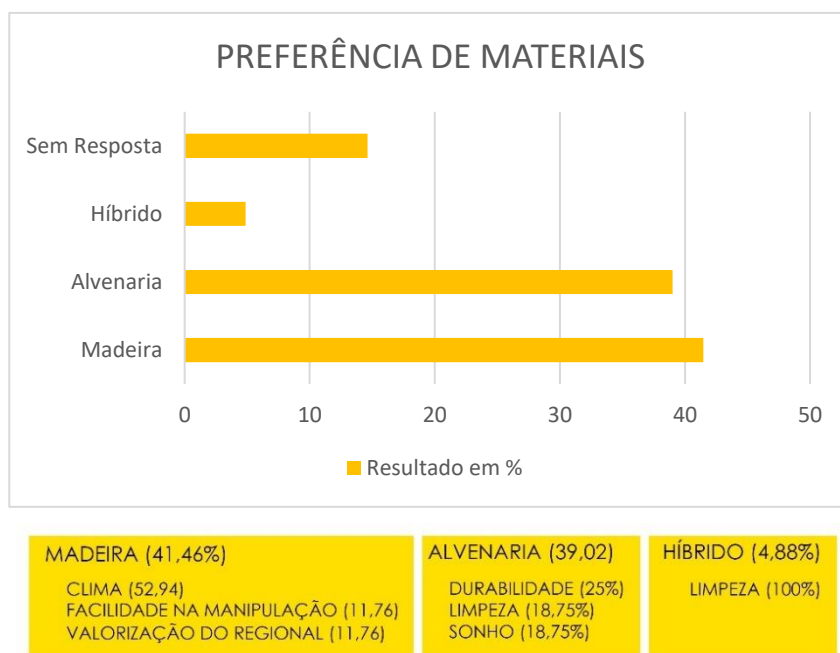


Gráfico 2 - Preferência de materiais de construção entre a tradicional madeira e a alvenaria. Fonte: Entrevistas, 2016. Elaboração: Autora, 2018

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O que fica evidente em Afuá são as rupturas com o modo de vida ribeirinho, percebidas a partir das entrevistas. A análise do discurso da população demonstrou que o modo de vida ribeirinho tem sido invisibilizando pela reprodução de discursos que se estabelecem a partir da visão desenvolvimentista da economia formal, da macroeconomia, de empregos e funções formalizadas, de símbolos estéticos da cidade grande. Nesse sentido buscou-se descortinar os aspectos não-físicos que impactam nas mudanças do espaço, identificou-se, portanto, que (1) a questão fundiária é chave para a resistência ao avanço da fronteira agropecuária e da indústria da construção civil, atrelada ao mercado imobiliário, já que se constitui como um entrave à propriedade privada.

Com as indefinições de propriedade (união, "da santa", concessão de uso), a prática indica que o valor de uso da terra é mais importante que o valor de troca (embora exista um mercado de terras e este se caracterize como em uma cidade convencional, pela diferenciação dos terrenos mais e menos valorizados de acordo com a sua localização, tamanho, atributos específicos de terreno e etc), porém se constitui como um desafio à gestão da cidade que não recebe em valor integral o IPTU, imposto que poderia ajudar a criar e manter serviços públicos de forma mais eficiente.

No entanto a questão fundiária não impede a transformação estética da cidade, de cunho simbólico e ideológico e nem as transformações da configuração urbana já em curso. Propõe-se uma discussão do uso comum da terra urbana, já que no espaço dessa cidade

identifica-se como microcosmos de interação análogas às interações próprias dos ribeirinhos como a solidariedade e atividades de diferentes aspectos acontecendo nos mesmos espaços (religiosas, políticas, econômicas e sociais). E impressiona como a relação estabelecida com a água, se desvanece na medida em que a laje simula a terra. A laje aproxima as práticas locais de práticas de cidades construídas sobre terra firme.

A educação formal (2), que não se relaciona com o modo de vida ribeirinho e não prepara as crianças e jovens, é um dos principais rompimentos com o modo de vida da região, visto que prepara a criança e o jovem unicamente para atividades formais, urbanas, voltadas ao preenchimento de vagas de trabalhos não-especializados e genéricos, produz o relacionamento com novos elementos simbólicos aproximação com o modo de vida do paradigma urbano-industrial, com uma estética da cidade ideologizada e a desvalorização do modo de vida tradicional ribeirinho, gerando um sentimento de baixa autoestima em quem ainda detém o conhecimento ribeirinho e ainda não detém o conhecimento da educação formal. Esse percurso pode é ilustrado pelo esquema da figura 38.

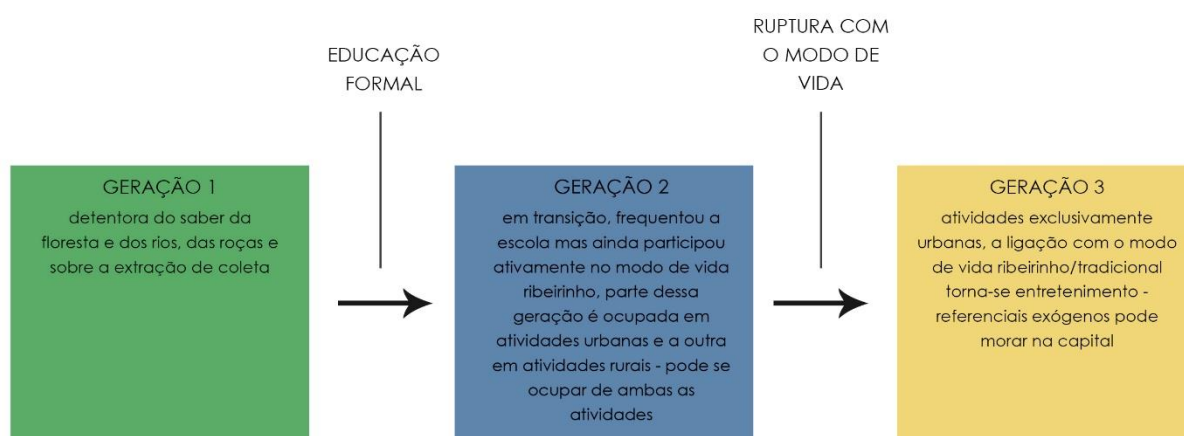


Figura 38 - Esquema que mostra a ruptura do campo da educação com o modo de vida ribeirinho. Elaboração: autora, 2018.

A demanda por emprego e a desvalorização do modo de vida, contribui com a falta de interesse de jovens se envolverem com essa atividade, que por sua vez não é resolvida com nenhum outro tipo de atividade a não ser o aumento de vagas para as atividades no setor público. A estratégia de aumento de vagas no setor público não resolve o problema e relações de trabalho arcaicas se intensificam e consolidam as desigualdades.

A economia de pequena escala (extrativismo, comércio, serviço) que caracteriza a economia de sobrevivência mínima é invisibilizada pela economia de retirada em grande escala (extrativismo para exportação) (3) e pela receita permanente e estável do município, marcando um aspecto da crise no discurso. Por um lado, a crise e o discurso, da crise são experimentados por um seguimento econômico (comércio e serviços), e se retroalimentam da antecipação e retenção de gastos pela disseminação do discurso da crise e da instabilidade político-econômica do país, que também é difundida no âmbito do poder

público embora este não tenha apresentado recessões (gráfico 1). Por outro o modo de vida ribeirinho é resiliente em relação à crise, pela flexibilidade que a retirada do mínimo necessário para viver da biodiversidade viabiliza.

A retirada de madeira e palmito na modalidade de exploração em escala industrial, ensejou forte desequilíbrio, contribuiu para o desemprego e impediu o desenvolvimento de atividades capazes de articular saber ribeirinho sobre madeira, educação, exploração consciente e produtividade adequada à essas articulações. A falta de investimento em práticas endógenas impede que o pequeno produtor e uma nova economia mais consciente e produtiva adequada a região se consolidem, agravando as problemáticas socioeconômicas.

O discurso desenvolvimentista (4) chega na cidade dentro do discurso político eleitoral que se concretiza nas obras das ruas. Esse tipo de barganha eleitoral é muito comum nas cidades do Brasil, já que a rua é relacionada ao automóvel e ao valor da terra. Esse discurso contribui com a impressão de que a maior quantidade de obras, maior é o desenvolvimento do município ou da cidade. Atrelado a falta de madeira justifica mudanças que a) são inadequadas b) não são planejadas estrategicamente. A falta da madeira rompe com a possibilidade de usar um material mais flexível/resiliente, que melhor se adapta ao movimento das marés.

As rupturas relacionadas à educação e economia, políticas públicas inadequadas e a valorização do modo de vida na cidade provocam ondas de (5) migração, causando desequilíbrios como aumento de densidade, de extensão do perímetro urbano e no relacionamento entre a zona rural e a zona urbana que concentrados geram um desequilíbrio ambiental, e impedem que a realização de atividades que antes eram corriqueiras como o banho no rio, o consumo da água do rio (que se encontra poluída). A concentração de pessoas contribui para a poluição dos rios e igarapés, problemática anteriormente controlada pela baixa densidade e a clareza da dependência do rio e pelo respeito ao mesmo.

O crescimento populacional gerou demandas que não têm sido enfrentadas pelo poder público, a figura 39, demonstra o esquema de demandas da população. Enquanto a população procura soluções para ocorra o acesso à água tratada e ao saneamento, o poder público tem construído ruas, substituindo as estivas existentes que já permitem a circulação na cidade, sem articular prioridades entre as demandas da população e as suas ações.



Figura 39 - Demandas da população por prioridades. Elaboração: Autora, 2018

A dificuldade de diálogo histórica entre população e poder público, a incompreensão entre modos de vida e o avanço da fronteira capitalista e do paradigma urbano-industrial sobre a fronteira amazônica tem intensificado as desigualdades e rupturas com o modo de vida ribeirinho. Essas mudanças têm se evidenciado no espaço da várzea com a substituição de materiais, reformas em elementos urbanos de destaque na cidade, a mudança da tipologia tradicional e promovendo novas formas de lidar com o rio, elemento principal e estruturante do espaço da várzea amazônica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO

Este trabalho buscou demonstrar processos que têm origem na colonização portuguesa do Brasil, abrangendo desde a visão de produtividade e exploração até a desvalorização da estética e do modo de vida de vida indígena. Apesar da negação do colonizador, a política de miscigenação colaborou com a perpetuação e a reprodução de parte desse modo de vida. Fica claro que a colonização, que marca o "começo" da história europeia no Brasil, inicia a partir desse paradigma complexo de incompreensão.

Pelo fato de tudo sempre ter sido centralizado na metrópole, ou em grandes centros, o conhecimento e modo de vida tradicional foi encoberto. Foi encoberto pela revolução industrial, pela modernidade que está intrinsecamente ligada a esse momento da história, mas ao mesmo tempo está ligada com o encobrimento do "outro", segundo Dussel (1994) a própria noção de modernidade europeia também se forma na medida em que domina a América. Sendo assim, o próprio advento da modernidade é a prática do poder sobre o outro, sobre outros povos, outras culturas, outros saberes (Santos, 2008; Mignolo, 2006).

E é evidente esse encobrimento vai se estabelecer sobre as nossas cidades que nasceram com o objetivo de dominação do território. A história das nossas cidades é, portanto, a história da dominação, da dominação do território, da dominação da cultura indígena e negra, da dominação da natureza e da dominação simbólica, o que passa a ser aceitável ou inaceitável de acordo com os padrões do paradigma dominante, como apresentado no capítulo 2.

É claro que nem tudo a modernidade deu conta de apagar, ainda há manifestações e resistências por todos os cantos do Brasil e na Amazônia principalmente porque nunca foi possível de fato completar essa jornada que o paradigma dominante já inaugurou e abandonou desde os princípios da colonização na região. E por isso mesmo sempre foi emblemática, ora inferno verde, ora pulmão do mundo, era ora salvação do Brasil e dos Nordesteiros, ora dizimou famílias inteiras com surtos de malária.

Verifica-se que a modernidade se constitui em contexto de periferia de forma específica, porque ela segrega o espaço a partir da formação de centros de poder, mais modernos e menos modernos, a construção de demandas a partir de um ideário moderno, se constitui uma elite moderna, práticas e valores da modernidade e uma série mudanças que encobrem o que se manifestava dentro do tradicional, das habitações, dos materiais da indústria da construção, as antigas funções dão lugar a novas funções mais produtivas. O moderno vem atrelado de uma imagem, essa imagem ela nem sempre vai coincidir com a realidade local e mais ainda, ela agrava as desigualdades preexistentes, porque ela está sempre pronta a avançar, ela não para ela transforma o presente, sempre aspirando o futuro.

É tarefa complexa capturar as transformações da cidade de Afuá, visto que os temas tratados se inter-relacionam de forma muito intrincada. O crescimento populacional e

econômico de Afuá é diretamente relacionado às atividades extrativas de escala industrial, cuja implantação demandou políticas públicas conservacionistas, que ainda seguem o modelo norte americano, que nega a permanência da população em áreas protegidas, e à ausência de políticas públicas que incentivem a agregação de trabalho novo (JACOBS, 1970) ao trabalho já realizado no lugar, que poderiam valorizar as tradições locais e a configuração da sede do município em meio a “modernização” em curso nos diversos assentamentos e cidades marajoaras.

De forma resumida utiliza-se o Mapa Conceitual na figura 40, abaixo para ilustrar o caminho da pesquisa e os resultados. Entende-se que as manifestações da modernidade e os aspectos históricos influenciam nos espaços de centro e periferia de forma diferente e que a modernidade da periferia, segrega pois não considera aquilo que não encaixa nos seus parâmetros.

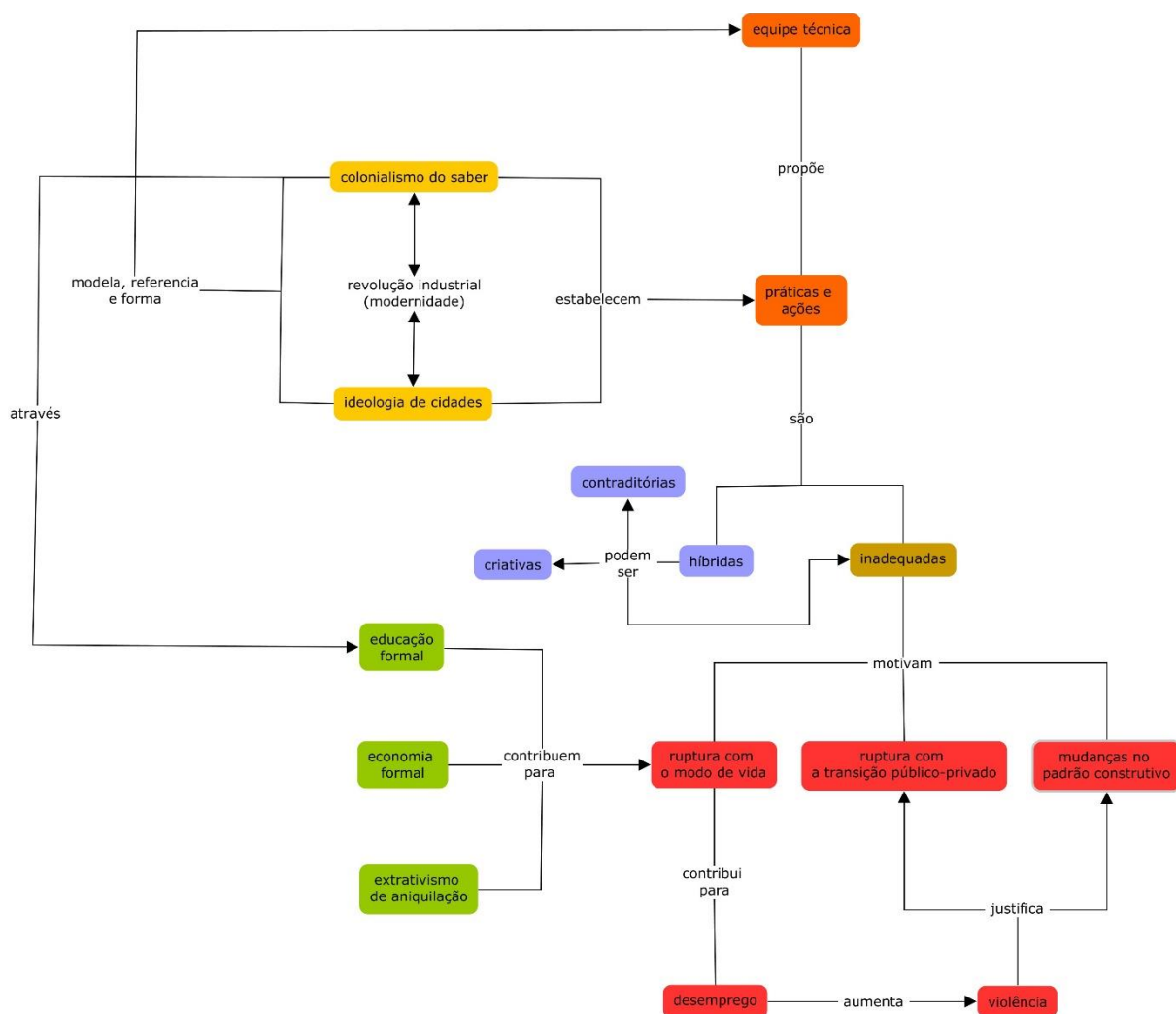


Figura 40 - Mapa Conceitual das conclusões finais da pesquisa. Elaboração: Autora, 2018.

Alinhados aos objetivos iniciais, buscou-se no primeiro capítulo discutir a colonialidade do saber (do poder e do ser), o pensamento ocidental, a ciência e seus parâmetros. Tais parâmetros tem influência direta nas prática do planejamento urbano e pelos quais são

pautadas as prioridades, ações e políticas públicas das cidades da Amazônia, e desse modo também Afuá. Desde a leitura dos dados do IBGE (2010) até o desenho de políticas públicas e as ações constituídas para se adequar ao contexto, como é o caso do plano diretor, se tornam inadequados na medida em que se orientam a partir de realidades dissemelhantes e que tem o privilégio da concentração de poder que acabam ajustando prioridades e medidas a partir de leituras de dados e parâmetros equivocados, e de uma ótica da grande escala que acaba não se relacionando com as necessidades reais da população. Nesse sentido discute-se o papel do arquiteto e urbanista, como técnico que por consequência da formação, além de não conseguir articular as necessidades reais da população, não se utiliza do conhecimento local que ainda resiste, como parâmetro na prática da atividade profissional, para a intervenção naquele espaço secular. Tal discussão balizou a escolha da metodologia de pesquisa desse trabalho.

Sendo assim no segundo capítulo discutiu-se o percurso dessa modernidade e como ela se relacionou com o espaço amazônico a partir do discurso e do projeto desenvolvimentistas. Trinta anos depois, os elementos da propaganda e do discurso identificados são os mesmos utilizados na ocasião do anexo da região amazônica ao restante do país, exprimindo a característica de fronteira da região marajoara. Esse discurso possui vinculação com o discurso eleitoral, e provoca diversas rupturas ideológicas com o modo de vida tradicional ribeirinho-varzeiro que são identificadas nos campos educacional e econômico. Essas rupturas geram uma série de consequências, como a baixa autoestima da população e desemprego em massa que por sua vez geram diversas modificações no espaço da cidade, como foi possível perceber através das novas obras e das mudanças na tipologia das construções típicas que dão o tom característico da cidade de Afuá.

O terceiro capítulo do trabalho busca entender as acomodações entre os modos de vida que ali se relacionam a partir do espaço construído, do ponto de vista dos acontecimentos diversos que tem o rio como centralidade principal e a partir de onde são identificadas heterotopias, contradições que habitam o mesmo espaço, já que pelo ponto de vista da complexidade as visões se relacionam de forma muito intrínseca e particular. Nesse capítulo também identifiquei rupturas em relação a sociabilidade e sua realização no espaço. As transições observadas na paisagem da cidade apontam para diversas possibilidades de aproveitamento dessa diversidade. Contudo, diversas frentes atuam para enfraquecer as componentes que não respondem à visão hegemônica de desenvolvimento. No entanto a heterotopia é marcada na medida em que mudanças e resistências coexistem no mesmo espaço. Embora essas mudanças ocorram, muitas se processam de forma adaptada, como por exemplo a conservação do uso cores e de alguns elementos estéticos como as janelas de madeira ou o telhado aparente de madeira, na mistura dos materiais. Embora possamos apontar as mudanças muito significativas Afuá ainda se caracteriza como a cidade que conserva um urbano-tradicional ribeirinho, como essa articulação de visões de

mundo dentro de um contexto onde a fronteira do 'outro' se retrai e a fronteira moderno-hegemônica se expande. A heterotopia é própria da complexidade da cidade que se evidenciou através das análises, pois vai caracterizar o espaço a partir de sua transformação e contradições observadas como consequência da acomodação do modo de vida urbano-tradicional e urbano-industrial simultaneamente.

É importante ressaltar que algumas mudanças acompanham as mudanças que ocorreram e ainda ocorrem nas grandes cidades como a apropriação de todo o espaço do lote para a construção rompendo com o espaço livre da várzea, como demonstrado no capítulo 3 e posteriormente no 4, com as entrevistas. Essa característica revela uma ruptura muito contraditória em relação ao espaço da várzea, primeiro porque cria uma barreira em relação aos ventos, segundo porque cria um microclima insuportavelmente quente dentro do espaço urbano. Nesse sentido verifica-se a necessidade da criação de diretrizes para práticas mais saudáveis e adequadas à várzea onde a cidade se localiza.

Há uma confusão, causada pela dificuldade em delimitar até onde o desenvolvimentismo desestrutura o modo de vida tradicional, e onde as novas dinâmicas oferecem potencial de realização de trabalho novo, por falta de repertório e capacidade de análise do contexto local por autoridades e técnicos. Essa confusão reflete a potência do pensamento colonizador que permeia não só o Brasil, mas todo o Sul Global, dificultando a melhoria de condições de vida em regiões como a Amazônica, duplamente colonizada por pensamentos descontextualizados internacionais e nacionais.

Assim, a perspectiva do Bem Viver poderia se constituir como prática conjunta e alternativa à trajetória da ruptura que foi identificada ao longo desse trabalho, uma diversidade de práticas conduzidas em países do Norte Global ao Sul Global (AGRUCO-COMPAS, 2008, ACOSTA, 2014, ESCOBAR) têm resultado em casos de desenvolvimento endógeno, viabilizados a partir do empoderamento das populações locais, do seu saber, sua identidade, forma de aprender e compartilhar.

O tema do contexto urbano da várzea não se esgota, visto que pode ser adereçado a partir de inúmeras perspectivas já que o espaço da várzea está ligado à várias escalas e tipos de cidades ao redor da Amazônia, Afuá se constituiu como uma trajetória muito particular. Deve-se, portanto, falar sobre as rupturas, entender o espaço junto à população, buscar as experiências passadas para entender que rumos desejam para a cidade e qual o preço das mudanças que se manifestam na cidade, ainda que os muros pareçam irrelevantes em meio ao mar de pontes da cidade.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, más allá del desarrollo. In: RAMOS, G. C. D. (Coord.) **Buena vida, buen vivir : imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad**. México : UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2014.
- ADEGBEYE, OluTimehin. **Who belongs in a city?** (vídeo), 2017. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/olutimehin\\_adegbeye\\_who\\_belongs\\_in\\_a\\_city/up-next](https://www.ted.com/talks/olutimehin_adegbeye_who_belongs_in_a_city/up-next)>. Acesso em: mar. 2018.
- ADICHIE, C. **The danger of a single story**. (vídeo), 2009 Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html)>. Acesso em: 15 Nov 2016.
- AGRUCO-COMPAS. **Aprendiendo el desarrollo endógeno: Construyendo la diversidad bio-cultural**. Cochabamba: Plural editores, 2008
- ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **Uma Linguagem de Padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008
- ALMEIDA, D. S. **Famílias Colonizadoras Do Maranhão E Grão-Pará E Os Aglomerados Urbanos Originados Dos Projetos Administrativos Do Governo Colonial**, 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/i-i-familias-colonizadoras-do-maranhao/94158> Acesso em set/2018
- ANGELO, M. **Fim do Bolsa Verde deixa mais de 50 mil pessoas em situação de extrema pobreza desamparadas**, 2018. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2018/03/fim-do-bolsa-verde-deixa-mais-de-50-mil-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza-desamparadas/> Acesso em Set/2018
- ANTAQ. **Caracterização da oferta e da demanda do transporte fluvial de passageiros da região amazônica**. Brasília: ANTAQ, 2013.
- ARRAES, R. A; MARIANO, F. Z; SIMONASSI, A. G. **Causas do Desmatamento no Brasil e seu Ordenamento no Contexto Mundial**, RESR, Piracicaba-SP, V. 50, n. 1, p. 119-140, 2012;
- AVANCINI, M. **Extração ilegal de madeira: alta lucratividade dificulta repressão desse crime**, 2014. Disponível em <<http://pre.univesp.br/extracao-ilegal-de-madeira#.W5Uyl8DPyHv>> cesso em Set/2018
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, pp. 89-117, 2013
- BECKER, B; MIRANDA, M; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica. Questões sobre a gestão do Território**, Brasília, 1990.
- BECKER, Bertha. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BENATTI, J. H; SURGIK, A. C. S; TRECCANI, G. D; MCGRATH, D. G; GAMA, A. S. P. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edições Ibama / ProVárzea, 2005
- BENEVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BIBAS, L. B; CARDOSO, A. C. D. Apropriação do espaço e práticas endógenas como estratégia para a criação de um sistema urbano articulado: o caso da ilha do Combú. IN: **Anais do XI Colóquio QUAPÁ-SEL. Quadro do Paisagismo no Brasil**, Salvador, 2016

BIBAS, L. B; CARDOSO, A. C. D. **Espaços públicos da cidade de Marabá: desdobramentos na cidade de fronteira**, 2015. Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

BIBAS, L; CARDOSO, A. C. Os Perigos de Uma Trajetória Única para as Cidades Amazônicas. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, São Paulo, 2017.

BIBAS, L; CARDOSO, A. C. Redesenhos para Marabá-PA: Aspectos socioambientais e desenho urbano. **Arquitextos**, ano 17, 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.199/6357>>. Acesso em: out/2017.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand, 1989;

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008

BRASIL. **DECRETO de LEI Nº 9.760, Dos Bens Imóveis da União**, 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del9760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9760.htm)> Acesso em Set/1028

Brasil. **DECRETO Nº 8.750. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais**, 2016. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm)> Acesso em Set/2018

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 46**. Ministerio do Planejamento e Desenvolvimento, 2005. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc46.htm)> Acesso em Set/2018

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília, Camara dos Deputados, 2001.

BRENNER, N. Theses on urbanization. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/Explosions – Toward a study of planetary urbanization**. Jovis Verlag, 2014.

BRENNER, N; SCHMID, C. **Toward a new epistemology of the urban? City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**. Vol. 19, 2014

Campelo, L. **Justiça "atropela" Incra e despeja ribeirinhos assentados no Marajó**, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/21/justica-atropela-incra-e-despeja-ribeirinhos-assentados-no-marajo/>> Acesso em Set/2018

CANTO, O. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

CAPELLO, G. **Na rota da madeira: o caminho da ilegalidade da matéria-prima**, 2017. Disponível em: <<https://arquiteturaeconstrucao.abril.com.br/materiais/na-rota-da-madeira-os-caminho-da-ilegalidade-da-materia-prima/>> acesso em Set/2018

CARDOSO, A. C. D. (org.) **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J.J. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para quê e para quem? In: CARDOSO, A. C. D. (org.), **O Rural e o Urbano na Amazônia Diferentes Olhares em Perspectiva**. Belém: EDUFPA, 2006.

CARDOSO, A. C. D; VENTURA NETO, R. S; MIRANDA, T. B; OLIVEIRA, K. D; VICENTE, L. R; OLIVEIRA, R. C. B; PINHO, T. V. G. **Desenvolvimentismo e mercantilização da terra: há novos caminhos para a várzea e seus habitantes na Amazônia contemporânea?** IN: Anais do XVIII Seminário de Diamantina - CEDPLAR. Diamantina, 2018.

CARDOSO, A. C; CANDIDO, L; MELO, C. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.20, n.1, 2018.

CARDOSO, A. C; CARVALHO, G. **Planos diretores participativos: experiências amazônicas**. Belém, 2007.

CARDOSO, A. C; FERNANDES, D. A; BASTOS, P. Relatório UrbisAmazônia. IN: CARDOSO, A. C. D; MONTEIRO, A. M. V. **3º Relatório de acompanhamento de projeto: Qual a Natureza do Urbano**

**na Amazônia contemporânea? O urbano extensivo e os circuitos da economia: o papel das redes na construção dos lugares e na configuração multi-escala do urbano amazônico**, 2015. Disponível em: <

[http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:producoes:projeto\\_urbis\\_relatorioparcial\\_ano\\_3\\_completo.pdf](http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:producoes:projeto_urbis_relatorioparcial_ano_3_completo.pdf)>. Acesso em: jul. 2016.

CARDOSO, A.C; GOMES, T.V; MELO, A.C; BIBAS, L.B. Quando o projeto disfarça o plano: o exemplo de construção de agenda de planejamento urbano e metropolitano em Belém (PA). **Cadernos Metrópole**, v18, n. 37, p. 823-844, set/dez2016.

CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, F. F. **A Cidade Sebastiana. Era da Borracha, Memória e Melancolia numa Capital de Periferia da Modernidade**. Belém, Edições do Autor, 2010.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. **Revista IEB**, São Paulo, n. 55, p. 89-107, 2012.

CLEMENT, C. R; DENEVAN, W. M; HECKENBERGER, M. J; JUNQUEIRA, A. B; NEVES, E. G; TEIXEIRA, W. G; WOODS, W. I. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proc. R. Soc. B** 282: 20150813, 2015.

CORREIA NETO, J. S; MEDEIROS, J. M. Afuá: A Cidade-Palafita. Território e Espaço Público entre Águas. In: **Anais da XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.

COSTA, F. A. Administrador secular da biodiversidade: sobre a formação e contemporaneidade econômico-cultural de um campesinato amazônico. In: MALCHER, M; MARQUES, J; PAULA, L. **História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia**. 1ª Ed. São Paulo: Acquerello, 2012.

COSTA, F. A. **Racionalidade Camponesa e Sustentabilidade**. Papers do NAEA nº 29, 1994.

COSTA, Stael de A. P; GIMMLER NETTO, Maria M. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DE LANDA, M. **A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity**. London; New York: Continuum, 2006.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho Urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo, 1989.

DIAS, M. B; SILVA, M. J. B. Afuá: Veneza Marajoara, Pará-Brasil. **Revista Geográfica da América Central, Número Especial EGAL**, p. 1-18, Costa Rica, 2011.

DINIZ, K.; CARDOSO, A. C. **Caracterização dos espaços públicos as margens de rio na cidade de Santarém**, 2016. Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq na Universidade Federal do Pará, Belém.

DOU, Yue. **The Impacts of Cash Transfer Programs on rural Livelihoods: a Study of Caboclos in the Brazilian amazona Estuary Region**. A thesis presented to the University of Waterloo in fulfillment of the thesis requirement for the degree of Doctor of Philosophy in Geography. P. 202, 2016.

DUSSEL, Enrique. "Europa, modernidad y eurocentrismo", in: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000.

DUSSEL, Enrique. **1942: el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidade**. La Paz: UMSA, 1994.

ESCOBAR, A. **La invención del desarrollo**. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

EZANYA-ESIOBU, Chika. **Como a África pode usar seus saberes tradicionais para progredir**. (vídeo), 2017. Disponível em: <

[https://www.ted.com/talks/chika\\_ezeanya\\_esiobu\\_how\\_africa\\_can\\_use\\_its\\_traditional\\_knowledge\\_to\\_make\\_progress/transcript?language=pt-br#t-7266](https://www.ted.com/talks/chika_ezeanya_esiobu_how_africa_can_use_its_traditional_knowledge_to_make_progress/transcript?language=pt-br#t-7266)>. Acesso em: mar. 2018.

FERREIRA, D. S. C; FERREIRA, F. F. V. C. Integração do mapa cognitivo e poema dos desejos, aplicação ao lugar “Ilha dos Mineiros”. **Revista Poéticas Visuais**, Bauru, v5, n.1, p. 83-94, 2014.

FIGUEIREDO, G. C. S. **Formação em urbanismo no Brasil: de tema residual a campo autônomo e transdisciplinar do saber**. IN: GONZALES, S; FRANCISCONI, J. G; PAVIANI, A. (Orgs.) Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria e prática. São Paulo, Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

FORD, L. R. **The Spaces between Buildings**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000

FOUCAULT, M. Outros Espaços (1984). In: MOTTA, M. (Org.) **Michel Foucault – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2009

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GEHL, J. **La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios**. Barcelona: Reverté, 2009.

GOMES, T. V. **Santarém: uma articulação possível entre urbanização e natureza**. Belém, 2017.

GOMES, T; CARDOSO, A. C. **A cidade da fronteira amazônica: dos processos econômicos, sociais e ambientais ao urbanismo**. 2014. Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq na Universidade Federal do Pará, Belém.

GUIMARÃES, Pedro. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: PróLivros, 2004.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HECKENBERGER, M. J; RUSSELL, J. C; FAUSTO, C; TONEY, J. R; SCHMIDT, M. J; PEREIRA, E; FRANCHETTO, B; KUIKURO, A. Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon. **Science** Vol. 321, 2008.

IBEU. **Índice de Bem-estar Urbano**. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro (Org.), 1ª ed, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

IBGE. **Base cartográfica vetorial SHP**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Afuá (PA), 2010.

IBGE. **Censo 2020: IBGE faz primeira prova piloto em áreas de comunidades tradicionais**. Agência IBGE Notícias, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22214-censo-2020-ibge-faz-primeira-prova-piloto-em-areas-de-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: ago. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico Anual**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

IBGE. **Mapas dos setores urbanos municipais**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Afuá (PA), 2010.

INCRA, Portal. **Bolsa Verde beneficiará assentados que preservam o meio ambiente**, 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/bolsa-verde-beneficiara-assentados-que-preservam-meio-ambiente>>. Acesso em: out. 2018.

INCRA. **Relatório de Assentamentos Geral da Superintendência Regional do Pará (SR-01)**, 2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/belem>>. Acesso em: out. 2018.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3ª Edição. São Paulo. Martins Fontes, 2011.

JACOBS, J. **The economy of cities**. Random House Inc., New York. 1970

- KAMALIPOUR, H; PEIMANI, N. Assemblage Thinking and the City: Implications for Urban Studies. **Current Urban Studies**, 3, p. 402-408, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4236/cus.2015.34031>>. Acesso em: Jun 2017
- KARSSSENBERG, H; LAVEN, J. A cidade a Nível dos Olhos. In: KASSENBERG et al (Org.) **A cidade ao Nível dos Olhos: Lições para os Plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **Apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora UnB, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- LENGEN, Johan Van. **Manual do arquiteto descalço**. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2008.
- LIMONAD, Ester. Em Busca do Paraíso: Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.15, n.1, p. 125-138, Maio/2013.
- LOGAN, J; MOLOTCH, H. **Urban Fortunes**. University of California Press, London, 1987.
- LOMBA, R. M; NOBRE-JÚNIOR, B. B. A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: o papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA). **Revista Franco-Brasileira de Geografia - Confinis**, 18, n. 18, 2013.
- LOPES, R. 1499: **O Brasil antes de Cabral**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, 16(45), p. 107-121, 2002.
- LYNCH, K. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo, 1980.
- MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MACHADO, E. S; AZEVEDO, G. A. N; ABDALLA, G. F. A importância do olhar dos usuários em ambientes da arquitetura hospitalar: uma aplicação do poema dos desejos. IN: **Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído**. Rio de Janeiro, 2011
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. et al. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.
- MARSHALL, Stephen. **Cities, Design & Evolution**. London: Routledge, 2009.
- McHARG, Ian L. **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History, 1971.
- MDS. **Bolsa Família e Cadastro Único** – Resumo, Afuá, 2018
- MELO, C. **Modernização e transformações recentes nos processos intraurbanos no sudeste do Pará**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2015
- MESQUITA, F. **Arquitetura vernacular ribeirinha, patrimônio cultural nas Amazônia: o caso de Afuá, PA**. 2017. 222 f. Dissertação. Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. 2017.
- MESQUITA, F.; BRANDÃO, J. Desafios para proteção do patrimônio cultural ribeirinho na Amazônia: o caso de Afuá-PA. In: **Anais do II Congresso Internacional de Arquitetura e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus, 2016.
- MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versidade epistêmica. IN: SANTOS, B. S. (Org.) **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. Cortez, 2006, p. 667-707.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Bolsa Verde: Sobre**, 2011. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em: out. 2018.
- MIRANDA, T; CARDOSO, A. C. **Compreendendo o espaço público da área de expansão de Belém a partir de cartografias e análises morfológicas**. Trabalho desenvolvido com o apoio

do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq na Universidade Federal do Pará, Belém, 2016

MONTE-MOR, R. Extended Urbanization and Settlement Patterns in Brazil: An Environmental Approach. IN: BRENNER, N. (Ed.) **Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization**. Berlin: Jovis, 2014.

MONTE-MÓR, R. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p.169-181

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MTE. **Perfil do Município**, 2016. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso em: out. 2018.

NEVES, I; MIRANDA, D. S. M. Vamos para as ruas! Uma experiência em Afuá, no arquipélago do Marajó, em Julho de 2013. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática – ANIMUS**, v.13, n. 25, 2014.

PACHECO, A. S. História e literatura no regime das águas: práticas culturais afroindígenas na Amazônia marajoara. **Amazônica**, 1 (2): 406-441, 2009.

PALHETA, C. S. A; RODRIGUES, C. I. A Casa de Afuá: Estética popular em uma cidade sobre palafitas. **IARA Revista de Moda, Cultura e Arte**, v.5, n1, Mai 2012.

PARÁ, Governo do Estado do. **Estatística Municipal**. Fundação Amazônia de Amparo e Estudos e Pesquisas do Pará. Afuá, 2015.

PARÁ, Governo do Estado do. **Estatística Municipal**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Afuá, 2011.

PARÁ, Governo do Estado do. **Parque Estadual do Charapucu**. Áreas Protegidas. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2010. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/diretorias/areas-protegidas/parque-estadual-do-charapucu/>>. Acesso em mar. 2018.

PASSOS NETO, A. P. **O projeto como objeto de investigação: Processo de projeto de arquitetura institucional em Afuá (PA)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, 2016.

PELTONEN, L.; SAIRINEN, R. In Integrating Impact assessment and conflict management in urban planning: Experiences from Finland. **Environmental Impact Assessment Review** 30 (2010) 328-337.

PIPERATA, A; MCSWEENEY, K; MURRIETA, R. S. **Conditional Cash Transfers, Food Security, and Health. Biocultural insights for poverty-alleviation policy from the Brazilian Amazon**. Current Anthropology, v57, n6, Dez/2016.

PNCSA. **Jovens de Comunidades Tradicionais do Baixo Tocantins 2**. Crianças e adolescentes em comunidades tradicionais da Amazônia, 2008.

PNUD. Programa das Nações Unidas. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em> 15 Nov 2016. política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

PONTES, L. B; BIBAS, L. B; CARDOSO, A. C. D. Espaços livres em Marabá-Pa: nuances da forma e da apropriação dos espaços públicos. In: **Anais da 4ª Conferência do PNUM**. Brasília, 2015.

PONTES, Louise. **Cidade, Desenho e Natureza: uma reflexão sobre os espaços livres de Marabá**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ. **Base cartográfica vetorial DWG**. Afuá (PA), 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ. **Mapa da Cidade de Afuá, fotografia de drone Phantom 3 e Phantom 4**. Afuá (PA), 2017.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ. **Plano Diretor de Afuá**. Afuá, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ. **Plano Municipal de Saúde – Afuá**. PSM/Afuá, 2017.
- PREFEITURA, Site da. **Notícias: Assinatura de convênio para a construção de passarelas de concreto em Afuá, 2018**. Disponível em: <<http://www.afua.pa.gov.br/assinatura-de-convenio-para-construcao-de-passeiras-de-concreto-em-afua/>>. Acesso em: mar. 2018.
- PREFEITURA, Site da. **Portal da Transparência: Despesas**. Disponível em: <<http://www.afua.pa.gov.br/portal-da-transparencia/>>. Acesso em: mar. 2018.
- RIBEIRO, A.C.T; BARRETO, A.R.S; LOURENÇO, A; COSTA, L.M.C; AMARAL, L.C.P.A. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. IN: **Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. – ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) – Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1986
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROBINSON, J. **Ordinary Cities: Between Modernity and Development**. London: Routledge, 2006
- ROCHA, Marlysse. **Quando a cidade convida: lições de urbanidade e configuração em assentamentos limitados**. 2017. 271 f. Dissertação. Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nacional de Brasília, Brasília. 2017.
- RODRIGUES, J. S. **Saneamento Básico: sua complexidade com as políticas públicas em saúde na Cidade de Afuá-PA**. 2016. 28f. Monografia. Especialização em Gestão da Vigilância Sanitária do Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2016.
- ROY, A. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v35, n2, 2011.
- ROY, A. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. **Journal of the American Planning Association**, Vol. 71, No. 2, p. 147-158, 2005
- SANOFF, Henry. **Creating Environments for Young Children**. Mansfield, Ohio: BookMasters, 1995. Disponível em: <[https://www.oxfordshire.gov.uk/cms/sites/default/files/folders/documents/childreducationandfamilies/informationforchildcareproviders/Toolkit/My\\_Space\\_Creating\\_enabling\\_environments\\_for\\_young\\_children.pdf](https://www.oxfordshire.gov.uk/cms/sites/default/files/folders/documents/childreducationandfamilies/informationforchildcareproviders/Toolkit/My_Space_Creating_enabling_environments_for_young_children.pdf)>. Acesso em 1 de jun. 2017.
- SANOFF, Henry. **School Building Assessment Methods**. Washington: National Clearinghouse for Educational Facilities, 2001. Disponível em: <<http://www.ncef.org/pubs/sanoffassess.pdf>>. Acesso em 1 de jun. 2017.
- SANTANA, A. C; SANTANA, A. L; OLIVEIRA, C. M; SANTOS, M. A. S; AMIN, M. M; COSTA, N. L. O valor econômico da extração de madeira em tora na Ilha do Marajó, Pará. **Teoria e Evidência Econômica**, Ano 22, n47, p. 296-311, jul./dez. 2016.
- SANTANA, A. C; SANTOS, M. A. S; OLIVEIRA, C. M. Comportamento histórico da produção e comércio de madeira do Estado do Pará nos mercados local e internacional. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v6, n11, jul./dez. 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010133002007000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002007000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em out. 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói. EDUFF. São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, Carlos; VOGEL, Arno (Coord.) **Quando a Rua Vira Casa. A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro**. São Paulo: Projeto, 1985.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

- SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Edusp, 2013.
- SCOTT, A; STORPER, M. The nature of cities: The Scope and Limits of Urban Theory. **International Journal of Urban and Regional Research**, p. 1-15, 2014
- SEGRE, R. **América Latina, fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura**. São Paulo Studio Nobel, 1991.
- SEGRE, R; CARDENAS, E; ARUCA, L. **História de la Arquitectura y del Urbanismo: America Latina y Cuba**. Ciudad de La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1988.
- SILVA, C. A; RIBEIRO, A. C. T; CAMPOS, A. (Orgs.) **Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ: CAPES, 2011.
- SILVA, J. C. (Coord.) **Nos banheiros do rio: ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em comunidades ribeirinhas amazônicas**. Porto Velho: EDUFRO, 2002.
- SILVA, J. C; SOUZA FILHO, T. A. O viver ribeirinho. IN: SILVA, J. C. (Coord.) **Nos banheiros do rio: ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em comunidades ribeirinhas amazônicas**. Porto Velho: EDUFRO, 2002.
- SILVA, W. T. L; MARMO, C. R; LEONEL, L. F. **Memorial descritivo: montagem e operação da fossa séptica biodigestor**. São Carlos SP: Embrapa Instrumentação, 2017.
- SOJA, E. **Postmetropolis**. Malden, MA: Blackwell, 2000.
- SOJA, E. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places**. Oxford, UK and Cambridge, MA: Blackwell, 1996.
- SORRE, M. **El Hombre en La Tierra**. Barcelona: Labor, 1961.
- SUESS. Paulo. **Elementos para a busca do bem viver (sumak kawsay) para todos e sempre**, 2010. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2010/12/elementos-para-a-busca-do-bem-viver-sumak-kawsay-para-todos-e-sempre/>>. Acesso em: out/2017.
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo, 1980.
- VENTURA NETO, R. **A (Trans)formação socioespacial da Amazônia: Floresta, Rentismo e Periferia**. 2017. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (Orgs.) **O processo urbano no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- WATSON, V. Conflicting Rationalities: Implications for Planning Theory and Ethics. **Planning Theory & Practice**, Vol. 4, No. 4, p. 395–407, Dez 2003
- WATSON, Vanessa. 'The Planned city sweeps the poor away...': Urban planning and 21st century urbanization. **Progress in Planning, Elsevier**, 72, p. 151-193, 2009.